

*This document contains translations of extracts of the September 2016 version of the “Guidelines Assessment of RDP Results: How to Prepare for Reporting on Evaluation in 2017”. These extracts are provided to make the Guidelines more useful and accessible to all stakeholders. It should be noted that the English version and its related annexes should be used as the definitive reference text. The English version and its annexes are available at the*[*following link*](https://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/guidelines-assessment-rdp-results-how-prepare-reporting-evaluation-2017_en)*.*

GUIDELINES

ASSESSMENT OF RDP RESULTS:   
HOW TO PREPARE FOR REPORTING ON EVALUATION IN 2017

September 2016

Copyright notice

© European Union, 2016

Reproduction is authorised provided the source is acknowledged.

Recommended citation: EUROPEAN COMMISSION – Directorate-General for Agriculture and Rural Development – Unit E.4 (2016): Guidelines. Assessment of RDP results: How to prepare for reporting on evaluation in 2017. Brussels

Disclaimer:

The information and views set out in this report are those of the author(s) and do not necessarily reflect the official opinion of the Commission. The Commission does not guarantee the accuracy of the data included in this report. Neither the Commission nor any person acting on the Commission’s behalf may be held responsible for the use which may be made of the information contained therein.

The Evaluation Helpdesk is responsible for the evaluation function within the European Network for Rural Development (ENRD) by providing guidance on the evaluation of RDPs and policies falling under the remit and guidance of DG AGRI’s Unit E.4 'Evaluation and studies' of the European Commission (EC). In order to improve the evaluation of EU rural development policy the Evaluation Helpdesk supports all evaluation stakeholders, in particular DG AGRI, national authorities, RDP managing authorities and evaluators, through the development and dissemination of appropriate methodologies and tools; the collection and exchange of good practices; capacity building, and communicating with network members on evaluation related topics.

Additional information about the activities of European Evaluation Helpdesk for Rural Development is available on the Internet through the Europa server (http://enrd.ec.europa.eu).

GUIDELINES

ASSESSMENT OF RDP RESULTS:   
HOW TO PREPARE FOR REPORTING ON EVALUATION IN 2017

September 2016

Content

Contents

[Content 1](#_Toc474941283)

[Tables, Figures and Tools 1](#_Toc474941284)

[INTRODUCTION 4](#_Toc474941285)

[PARTE I — INCIDÊNCIA, GESTÃO E COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO 6](#_Toc474941286)

[1 Requisitos em matéria de comunicação de informações em 2017 8](#_Toc474941287)

[1.1 Requisitos de acompanhamento e de avaliação no RAE de 2017 8](#_Toc474941288)

[1.2 Elementos de prova utilizados na avaliação em 2017 11](#_Toc474941289)

[1.3 Comunicação de informações em caso de reduzida adesão e de programas de pequena dimensão. 11](#_Toc474941290)

[1.4 Comunicação de informações sobre a avaliação dos elementos específicos do PDR 12](#_Toc474941291)

[2 Relações entre os outros requisitos em matéria de comunicação de informações da UE e os requisitos em matéria de comunicação de informações para além de 2017 16](#_Toc474941292)

[2.1 Relações e sinergias entre o RAE de 2017 e os outros requisitos em matéria de comunicação de informações da UE 16](#_Toc474941293)

[2.2 Relações entre a comunicação de informações em 2017 e os requisitos gerais em matéria de comunicação de informações sobre o desenvolvimento rural no período 2014-2020 20](#_Toc474941294)

[3 Garantir uma avaliação de qualidade em 2017 21](#_Toc474941295)

[3.1 Planeamento e preparação cuidadosos da avaliação 21](#_Toc474941296)

[3.2 Garantia da qualidade e controlo da qualidade ao longo de todo o processo de avaliação 21](#_Toc474941297)

[4 Divulgação, comunicação e seguimento dos resultados da avaliação 24](#_Toc474941298)

[4.1 Divulgação e comunicação da avaliação em 2017 24](#_Toc474941299)

[4.2 Seguimento das constatações da avaliação 24](#_Toc474941300)

[PART II SETTING UP THE SYSTEM TO ANSWER EVALUATION QUESTIONS AND ASSESSING RDP ACHIEVEMENTS 26](#_Toc474941301)

[5 PREPARAÇÃO DA AVALIAÇÃO 28](#_Toc474941302)

[5.1 Reexaminar a lógica de intervenção do PDR 29](#_Toc474941303)

[5.2 Ligar a lógica de intervenção aos elementos de avaliação 35](#_Toc474941304)

[5.2.1 Definir os elementos de avaliação: questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores 35](#_Toc474941305)

[5.2.2 Verificar a coerência das questões da avaliação e dos indicadores com a lógica de intervenção do PDR 39](#_Toc474941306)

[5.2.3 Definir os elementos da avaliação específicos do PDR 44](#_Toc474941307)

[6 STRUCTURING THE EVALUATION 51](#_Toc474941308)

[6.1 Set up a consistent evaluation approach 51](#_Toc474941309)

[6.1.1 Selection of a suitable evaluation approach for the evaluation of RDP results in 2017 51](#_Toc474941310)

[6.1.2 Select evaluation methods and their combinations 54](#_Toc474941311)

[6.2 Establish the evidence for evaluation 58](#_Toc474941312)

[6.2.1 Review data requirements for the chosen methods 58](#_Toc474941313)

[Since the programme start 59](#_Toc474941314)

[6.2.2 Manage and collect data for evaluation 65](#_Toc474941315)

[7 CONDUCTING THE EVALUATION 70](#_Toc474941316)

[7.1 Observing 70](#_Toc474941317)

[7.2 Analysing 72](#_Toc474941318)

[7.3 Judging 77](#_Toc474941319)

[PART III - Annexes 79](#_Toc474941320)

[Anexo 1 — Modelo SFC proposto para preenchimento do ponto 7 do RAE de 2017 80](#_Toc474941321)

[Annex 2 - Elements of the CMES and their use in evaluation 105](#_Toc474941420)

[Annex 3 - Overview of reporting requirements for the RDP implementation and the evaluation in the programming period 2014-2020 108](#_Toc474941421)

[Annex 4 – Working Steps in Setting up the System to Answer the evaluation questions in 2017 111](#_Toc474941422)

[Anexo 5 — Lista de verificação para avaliar a qualidade do relatório de avaliação 116](#_Toc474941423)

[Annex 6 - The role of rural development stakeholders in the dissemination and communication of the evaluation results 118](#_Toc474941424)

[Annex 7 - Minimum requirements and good practices for the reporting on the evaluation in the AIR 119](#_Toc474941425)

[Annex 8 - Timing for preparing and implementing the system to answer the CEQ and answering CEQs 121](#_Toc474941426)

[Annex 9 – Criteria for the selection of the evaluation approach 123](#_Toc474941427)

[Annex 10 - Tools for qualitative appraisal of RDP operations´ primary and secondary contributions to focus areas and synergies between measures, between FAs and between RD priorities 124](#_Toc474941428)

Tables, Figures and Tools

[Quadro 1. Relações entre o RAE de 2017 e outros requisitos em matéria de comunicação de informações da UE 18](#_Toc474420874)

[Quadro 2. Exemplo de critérios de apreciação para as QAEP e as QAC relacionadas com a área de incidência 36](#_Toc474420875)

[Quadro 3. Evaluation task and data needs in 2017 59](#_Toc474420876)

[Quadro 4. Types of data used in rural development evaluation 59](#_Toc474420877)

[Quadro 5. Methods and related data needs (example) 61](#_Toc474420878)

[Quadro 6. Evaluation stakeholders and their role in ensuring data availability and quality 63](#_Toc474420879)

[Quadro 7. SFC template for point 7 concerning Common Evaluation Question no. 4 (empty template) 81](#_Toc474420880)

[Quadro 8. Modelo SFC para preenchimento do ponto 7 relativo à questão de avaliação comum n.º 4 (exemplo) 86](#_Toc474420881)

[Quadro 9. SFC template for point 7 concerning programme specific evaluation question linked programme specific focus area (empty example) 96](#_Toc474420882)

[Quadro 10. Modelo SFC para o ponto 7 relativo à questão de avaliação específica do programa ligada à área de incidência específica do programa (exemplo) 98](#_Toc474420883)

[Quadro 11. Timing for preparing and implementing the system to answer the CEQ, and answering CEQ 121](#_Toc474420884)

[Quadro 12. Primary and secondary contributions of operations within measures/sub-measures to rural development focus areas – example 124](#_Toc474420885)

[Quadro 13. Synergies and negative transverse effects between focus areas and between priorities 125](#_Toc474420886)

[Figura 1. Conteúdo dos relatórios anuais de execução 6](#_Toc474420901)

[Figura 2. O sistema de acompanhamento e de avaliação comum e específico do programa 14](#_Toc474420902)

[Figura 3. Relações entre o RAE apresentado em 2017 e outros requisitos em matéria de comunicação de informações da UE em 2017 e 2018 16](#_Toc474420903)

[Figura 4. Visão geral dos requisitos e ligações em matéria de comunicação de informações para 2016-2019 17](#_Toc474420904)

[Figura 5. Visão geral do processo de avaliação 21](#_Toc474420905)

[Figura 6. Major steps in setting up the system to answer evaluation questions 27](#_Toc474420906)

[Figura 7. Diferentes tipos de efeitos do programa 32](#_Toc474420907)

[Figura 8. Relação entre os elementos de avaliação 35](#_Toc474420908)

[Figura 9. Coerência horizontal e vertical entre objetivos, questões de avaliação e indicadores 40](#_Toc474420909)

[Figura 10. A lógica de intervenção e os elementos de avaliação para a comunicação e o intercâmbio de informações 43](#_Toc474420910)

[Figura 11. LEADER as an evaluation topic. 57](#_Toc474420911)

[Figura 12. Decision-making process for data requirements and data management. 68](#_Toc474420912)

[Ferramenta 1. Matriz para verificar a coerência horizontal a nível da área de incidência (exemplo) 41](#_Toc474420991)

[Ferramenta 2. Matriz para a verificação da coerência vertical (exemplo) 42](#_Toc474420992)

[Ferramenta 3. Procedimento de trabalho para colmatar as lacunas nos elementos de avaliação que utilizam a análise SWOT 47](#_Toc474420993)

INTRODUCTION

Starting in June 2016, and each year until 2024, Member States shall submit to the Commission an Annual Implementation Report (AIR). The AIR provides information about the implementation of the rural development programme (RDP), as well as the evaluation plan.

The AIR submitted in 2017 (hereinafter: AIR 2017) shall also include the quantification of programme achievements, in particular through the assessment of the result indicators (including complementary result indicators), and further provide answers to relevant evaluation questions.

The Technical Handbook of the Common Monitoring and Evaluation Framework (CMEF) of the CAP 2014 – 2020 and its annexes provides general guidance as well as detailed fiches for each result indicator to be reported on in the AIR 2017 and 2019. Each fiche contains the link to the RD priority and the focus area, the definition of the indicator, unit of measurement, the methodology for calculation, data requirements and sources, including those collected via the operations database, points and frequency of data collection, and the means of data transmission to the Commission. The definition and detailed description of common indicators are provided in the legal framework and the above-mentioned fiches.

In order to support the Managing Authorities (MAs) and evaluators in using the indicators, and to ensure consistency across all Member States and RDPs, it was agreed that additional guidance would be provided. This guidance aims at addressing questions which are frequently asked by evaluation stakeholders in the Member States, such as:

* How to use complementary result indicators in the assessment of RD interventions in the AIR 2017?
* How to attribute results to the RDP interventions?
* How to address the assessment of secondary contributions of RD operations to focus areas under which they have not been programmed but to which they also make a contribution?
* How to address challenges caused by the flexibility in programming of EAFRD interventions in the individual RDPs?
* How to deal with gaps in the monitoring and evaluation system linked to each individual RDP caused by a flexible programming approach?
* How to develop programme-specific result indicators and related evaluation questions?
* How to report on the assessment of RDP achievements in 2017?
* How to communicate and disseminate evaluation results?

With a view to comply with legal requirements and enable Member States to establish a robust monitoring and evaluation system, capable of generating the required information to be reported on in the AIR 2017, the above-mentioned questions should be answered at an early stage of programme implementation.

Against this background the Annual Work Programme 2015 of the Evaluation Helpdesk anticipated building on existing legal frameworks and guidance, and developing further support for Managing Authorities (MA), Paying Agencies (PA) and evaluators in reporting on the RDP’s achievements in the enhanced AIR 2017, and beyond.

Under the guidance of DG AGRI Unit E.4 (evaluation and studies), a Thematic Working Group was established in order to:

* Examine the challenges related to the reporting on the evaluation in the AIR 2017, in consultation with stakeholders;
* Discuss possible solutions to overcome these challenges considering methodological and practical issues;
* Identify effective approaches to assess the progress in achieving the objectives of the RDP, in particular through the assessment of result indicators, including complementary result indicators, secondary contributions and answering related evaluation questions;
* Develop guidelines for preparing and drafting the evaluation component of the enhanced AIR 2017.

The guidelines have been developed by a team of evaluation experts from the European Evaluation Helpdesk for Rural Development under the coordination of Jela Tvrdonova (SK): Andreas Resch (AT), Gerald Schwartz (DE), Sari Rannanpää (FI), Darko Znaor (HR), Jerzy Michalek (PL), Marili Parissaki (ES), Magda Porta (PT), Demetrios Psaltopoulos (GR), Bill Slee (UK), Hannes Wimmer (AT).

Work has been carried out through a series of thematic workshops and desk-research. The draft guidance document has been discussed with Member States’ representatives in the Expert Group on Monitoring and Evaluating the CAP (Common Agricultural Policy) in several stages: during its 7th meeting on 25 June 2015 the Expert Group discussed the outline of the guidelines; a Sounding Board composed of Expert Group members discussed the 2nd draft of the guidelines in September 2015; during its 8th meeting on 12 November 2015 the Expert Group discussed the final draft of the document. In 2016 the content and structure of the guidelines has been aligned with the SFC-template for point 7 of the AIR 2017 (presented and discussed in the Rural Development Committee in July 2016). Commission services have ensured the coherence of the guidelines within the EU policy framework.

The present guidelines have been structured in the following parts:

* **PART I** (mainly for Managing Authorities) provides information and recommendations on what needs to be reported in the AIR 2017. Specific attention is given to the governance and management of the evaluation, including the involvement of various actors and the communication of evaluation results.
* **PART II** (for Managing Authorities, Paying Agencies and evaluators) provides detailed guidance on the preparation, structuring and conducting phases of the evaluation, including methodological guidance and recommended practices. This part leads the reader through the process of answering all common and programme-specific evaluation questions for the entire programming period (with a specific focus on the information to be reported in the AIR submitted in 2017).
* **Part III – Annexes** consists of several practical tools such as the SFC template for point 7 of the AIR 2017, an overview of reporting requirements, check-lists for assessing the quality of the evaluation report, Terms of Reference, etc.
* **A separate annex 11** provides fiches with detailed methodological guidance on how to address each Common Evaluation Question (CEQ) no. 1-21 to be answered in 2017.

PARTE I — INCIDÊNCIA, GESTÃO E COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO

Perspetiva geral dos relatórios anuais de execução (RAE)

O período de programação de 2014-2020 incluirá dois RAE melhorados, que combinam elementos de acompanhamento e de avaliação e que serão apresentados em 2017 e 2019. Os elementos de acompanhamento dos RAE melhorados de 2017 e 2019 são idênticos aos de anteriores RAE normalizados. No entanto, serão incluídos mais elementos de avaliação à medida que se avançar no período de programação.

1. Conteúdo dos relatórios anuais de execução[[1]](#footnote-2)



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2015

O quadro comum de acompanhamento e avaliação (QCAA) como base para a comunicação de informações

O quadro jurídico estabelece o sistema comum de acompanhamento e avaliação (SCAA) do desenvolvimento rural[[2]](#footnote-3) como parte do quadro comum de acompanhamento e avaliação (QCAA) para a PAC. O SCAA garante a adoção de uma abordagem comum a toda a UE quando da **realização** da avaliaçãodos programas de desenvolvimento rural e da **comunicação de informações** sobre a matéria, nomeadamente ao:

* Demonstrar os progressos e as realizações das políticas de desenvolvimento rural da UE e dos seus Estados-Membros através da avaliação do impacto, eficácia, eficiência e pertinência das políticas;
* Apoiar um processo de aprendizagem comum sobre o modo de preparar e executar melhor a política de desenvolvimento rural;
* Contribuir para direcionar melhor o apoio ao desenvolvimento rural.

O SCAA foi concebido para melhorar o nível de responsabilização e de transparência da política rural da UE e facilitar a **comunicação de informações sobre as constatações da avaliação,** bem como a sua síntese a nível da UE. Os elementos do SCAA são descritos no anexo 2 das orientações.

1. Requisitos em matéria de comunicação de informações em 2017
   1. Requisitos de acompanhamento e de avaliação no RAE de 2017

Os requisitos gerais de comunicação de informações do RAE de 2017 combinam elementos de acompanhamento e avaliação.

* **Acompanhamento:** A autoridade de gestão (AG) irá recolher e comunicar informações sobre várias questões, como os progressos realizados na execução do plano de avaliação[[3]](#footnote-4), os compromissos financeiros e as despesas[[4]](#footnote-5), os dados sobre os indicadores[[5]](#footnote-6) e os progressos realizados no cumprimento das metas da mesma forma que no RAE normalizado. A AG garantirá igualmente que as informações resultantes do acompanhamento e outros dados disponíveis serão utilizados como contributo para a avaliação.
* **Avaliação:** A AG comunicará, no RAE de 2017, as informações resultantes do trabalho do avaliador, nomeadamente no que respeita à avaliação das realizações do programa, através da quantificação dos indicadores de resultados comuns, adicionais e específicos dos programas e das respostas às questões da avaliação.

Quem faz o acompanhamento e a avaliação?

O RAE de 2017 deve incluir as constatações das avaliações do PDR[[6]](#footnote-7) efetuadas por peritos internos ou externos que sejam funcionalmente independentes da AG[[7]](#footnote-8). A comunicação de informações propriamente dita, ou seja, o resumo das principais constatações e recomendações, deve ser feita pela AG, a «proprietária» do RAE.

O que deve ser comunicado na avaliação para o RAE de 2017?

A **avaliação a apresentar em 2017** deve incidir nos resultados obtidos até à data. A este respeito, o RAE de 2017 deve incluir as seguintes informações decorrentes das atividades de avaliação:

* Resumo da avaliação através da quantificação e da avaliação das realizações do programa identificadas pelos indicadores de resultados (incluindo indicadores de resultados complementares[[8]](#footnote-9), indicadores específicos dos programas e indicadores adicionais). A quantificação e a avaliação dos indicadores terão por base as contribuições primárias e secundárias das operações do PDR, incluindo as obtidas via os programas LEADER/DLBC[[9]](#footnote-10). Os valores dos indicadores de resultados devem estar relacionados com as operações já concluídas. Na falta destas, poderá ser necessário, dependendo da fase de execução, avaliar operações em curso selecionadas.
* Validação dos valores dos indicadores de meta estabelecidos quando da conceção do programa.
* Resposta às questões da avaliação pertinentes[[10]](#footnote-11) (área de incidência e relacionadas com outros aspetos do PDR), com base na avaliação dos indicadores acima referidos.

Práticas recomendadas:

* As diferentes formas de apoio (instrumentos financeiros) adotadas na execução das medidas do PDR podem igualmente afetar as realizações do programa e os valores líquidos dos indicadores de resultados. Por conseguinte, a avaliação pode incluir a **comparação dos efeitos dos diversos instrumentos financeiros** (nos casos em que sejam aplicados).
* A **avaliação dos mecanismos de execução** (como parte da avaliação de desempenho do programa) é considerada uma boa prática. Os mecanismos de execução, ou seja, o conjunto de processos e procedimentos que garantem que os objetivos políticos se tornam ações concretas[[11]](#footnote-12), são considerados um dos fatores que afetam o desempenho do programa e as medidas adotadas[[12]](#footnote-13). Entre as questões a analisar no que diz respeito ao mecanismo de execução do PDR e à sua eficácia e eficiência estão as seguintes:
* A orientação do apoio do FEADER para grupos selecionados de beneficiários,
* A seleção dos tipos de apoio (instrumentos financeiros, opções de custos simplificados) no que diz respeito às medidas,
* A divulgação de informações sobre o apoio do FEADER aos beneficiários,
* Os procedimentos de candidatura, seleção, contratação e pagamento,
* Os mecanismos de acompanhamento e de apresentação de observações por parte dos beneficiários sobre a aplicação das medidas selecionadas, etc.

Em que período incide a comunicação de informações para o RAE de 2017?

As informações a comunicar em 2017 devem abranger os anos 2014-2016. A elaboração do relatório e o trabalho de avaliação (doravante: avaliação em 2017) terão lugar no primeiro semestre de 2017.

As disposições transitórias esbatem a linha divisória entre os dois enquadramentos políticos (2007-2013 e 2014-2020), com possibilidade de o orçamento para 2014-2020 ser executado em conformidade com regras políticas de 2007-2013 («novo orçamento/regras antigas»). Por conseguinte, essas disposições devem ser tidas devidamente em conta na avaliação dos resultados a comunicar no RAE de 2017 e, consequentemente, nas respostas às QA.

Para o RAE de 2017, é, por conseguinte, necessário indicar separadamente os resultados alcançados com a parte do orçamento de 2014-2020, que foi executada de acordo com as regras de 2007-2013, e os resultados obtidos com o novo orçamento para 2014-2020, executado de acordo com os programas/políticas de 2014-2020, avaliando em ambos os casos os resultados de acordo com a abordagem conceptual de 2014-2020. Tal otimizará a compreensão do enquadramento político para o período de 2014-2020, fornecendo simultaneamente uma visão global dos resultados/realizações das políticas no que se refere às despesas do quadro financeiro plurianual para 2014-2020.

Como devem os Estados-Membros comunicar as informações sobre a avaliação em 2017?

As informações sobre a avaliação a constar do RAE de 2017 serão comunicadas no modelo SFC para o ponto 7, que será composto de quadros separados para:

1. As áreas de incidência relacionadas com as questões de avaliação comum (QAC), n.ºs 1 a 18,
2. As questões de avaliação comuns relacionadas com outros aspetos do PDR
3. AT e RRN, QAC n.ºs 20 e 21
4. Sinergias do programa, QAC n.º 19
5. As questões de avaliação específicas do programa (QAEP) relacionadas com a avaliação de:
6. As áreas de incidência específicas do programa (a desmultiplicar de acordo com o número de áreas de incidência específicas incluídas no PDR)
7. Os tópicos específicos do PDR (por exemplo, avaliação do mecanismo de execução)

A informação recolhida nos quadros do modelo SFC para o ponto 7 resume os pontos-chave importantes para a UE e os Estados-Membros. A informação sobre a avaliação apresentada no modelo SFC para o ponto 7 não inclui, contudo, o relatório de avaliação integral dos Estados-Membros que, ao contrário do último período de programação, deixou de ser apresentado à CE.

O modelo inclui as partes obrigatórias, a saber:

* **O título da questão de avaliação** (aplicável a todos os tipos de questões da avaliação);
* **A razão** que explica por que motivo a questão de avaliação específica do programa foi utilizada na avaliação dos PDR[aplicável às questões de avaliação referidas na alínea c), subalíneas i) e ii)];
* **A lista de medidas que contribuem para a Área de Incidência (AI)** a que a questão de avaliação está ligada**.** As medidas/submedidas programadas em primeiro lugar e as medidas/submedidas programadas no âmbito de outras AI, mas que mostram a contribuição secundária para esta AI **[**aplicável às questões de avaliação referidas nas alíneas a) e c), subalínea i)];
* **As relações entre os critérios de apreciação e os indicadores utilizados para responder à questão de avaliação** [aplicável às questões de avaliação referidas na alínea a), caso em que são indicadas as ligações entre os critérios de apreciação e os indicadores comuns e adicionais, bem como às questões de avaliação referidas na alínea c), subalínea i), quando são indicadas as relações entre os critérios de apreciação e os indicadores específicos dos programas];

|  |
| --- |
| Indicadores:  Os indicadores comuns do SCAA[[13]](#footnote-14), que são utilizados para responder às questões de avaliação comuns n.º 1 a 18, abrangem os indicadores de resultados/metas comuns e os indicadores de resultados complementares. Se for caso disso, também podem ser utilizados os indicadores de contexto comuns para responder às QAC.  Os indicadores adicionais (estabelecidos pelos Estados-Membros) são utilizados no caso de os indicadores comuns não serem suficientes para fornecer respostas cabais às questões de avaliação comuns especificadas com os critérios de apreciação definidos em comum. Se utilizarem os seus próprios critérios de apreciação, os Estados-Membros podem também estabelecer indicadores adicionais.  Os indicadores específicos dos programas (estabelecidos pelos Estados-Membros) são utilizados para responder às questões de avaliação específicas dos programas, nos casos em que os indicadores adicionais e comuns não podem ser usados para o efeito. |

* **Descrição dos métodos quantitativos e qualitativos** adotados para avaliar os indicadores de resultados, incluindo o motivo pelo qual o referido método foi utilizado e a descrição das etapas, salientando os desafios colocados pelo método e as soluções encontradas para os ultrapassar (aplicável a todos os tipos de questões da avaliação);
* **Constatações quantitativas** para os valores de todos os indicadores enquanto resultado da análise quantitativa, utilizadas para responder às questões de avaliação, e fontes de dados [aplicável às questões da avaliação referidas nas alíneas a), b), subalínea i), e c), subalínea i)];
* **Respostas** **às questões de avaliação** (aplicável a todos os tipos de questões da avaliação);
* **Conclusões**, que se baseiam nas constatações feitas durante a avaliação (aplicável a todos os tipos de questões de avaliação).

O modelo SFC contém igualmente partes cujo preenchimento não é obrigatório, a saber:

* **Problemas encontrados que afetam a validade e a viabilidade das constatações da avaliação** – incluindo uma explicação dos problemas que os avaliadoresenfrentaram durante a avaliação (aplicável a todos os tipos de questões da avaliação).
* **Recomendações**, caso o avaliador as tenha formulado e estejam relacionadas com conclusões específicas.

*A parte III das Orientações inclui, no anexo 1, um exemplo de modelo SFC por preencher e um exemplo de modelo SFC preenchido para a QAC n.º 4 e para as questões de avaliação específicas do programa ligadas à área de incidência específica do programa.*

* 1. Elementos de prova utilizados na avaliação em 2017

A avaliação a apresentar em 2017 basear-se-á num conjunto variado de informações, incluindo

* Dados de acompanhamento sobre os beneficiários.
* Dados adicionais recolhidos pelos avaliadores a partir de uma amostra de beneficiários.
* Dados sobre os não beneficiários provenientes de estatísticas nacionais/regionais, RICA, contas anuais, etc.
* Informações qualitativas que complementam os dados quantitativos insuficientes,
* Por exemplo, para responder às questões da avaliação no que diz respeito à assistência técnica, às RRN, aos mecanismos de execução, etc., ou
* Para responder às questões da avaliação em caso de adesão reduzida ou nula.

Utilizar os dados dos sistemas de acompanhamento (formulários de candidatura, antes de dar início ao projeto, e pagamentos solicitados após a conclusão do projeto) para **selecionar amostras da população de beneficiários para avaliação das contribuições secundárias** das operações noutras áreas de incidência. A decisão respeitante às amostras[[14]](#footnote-15) (escolha de amostras aleatórias, sistemáticas e estratificadas, dimensão das amostras, etc.) depende das contribuições secundárias que se pretende avaliar (significativas, marginais, etc.) pelo que deve ser tida em consideração pelos avaliadores.

* 1. Comunicação de informações em caso de reduzida adesão e de programas de pequena dimensão.

Deverão determinar-se os indicadores de resultados comuns e específicos do programa pertinentes para todas as medidas e áreas de incidência do PDR que revelaram uma adesão suficiente.

Todavia, em caso de atrasos substanciais na aprovação ou início do programa, haverá poucos ou nenhuns dados de acompanhamento referentes às operações concluídas para avaliar os indicadores de resultados. Em caso de **reduzida adesão**, será necessário ter em consideração todas as informações disponíveis sobre os potenciais beneficiários (por exemplo, avaliar a população disponível total de beneficiários: candidaturas, contratos existentes/em curso) e explicar por que motivo não puderam ser calculados os indicadores de resultados requeridos.

Em caso de **adesão nula** no âmbito de uma AI específica até final de 2016, é claro que não será necessário avaliar essa área de incidência, calcular os respetivos indicadores e responder à correspondente QAC. No entanto, se for caso disso, na ausência de operações já concluídas, podem ser utilizados métodos baseados na teoria da mudança ou avaliações qualitativas para obter elementos de prova das potenciais realizações dos PDR.

Os atos jurídicos também preveem a comunicação de informações no RAE sobre as avaliações efetuadas na zona abrangida pelo programa em anos anteriores. Tal abrange todos os estudos pertinentes para uma dada área do PDR. Por exemplo, poderá haver estudos realizados por institutos de investigação ou universidades em matéria de alterações climáticas, biodiversidade, desenvolvimento local ou desenvolvimento empresarial, que fornecem informações úteis sobre os beneficiários e territórios do PDR. As constatações desses estudos devem ser resumidas no RAE. Podem ser ainda usadas para fins de avaliação em caso de adesão reduzida/nula.

**No caso dos programas de pequena dimensão** com uma pequena população de beneficiários (tipicamente nos PDR de Estados-Membros multirregionais) poderá haver dificuldade em quantificar os indicadores de resultados e responder às questões da avaliação pertinentes utilizando métodos quantitativos, devido à falta de dados. No entanto, os requisitos do SCAA são minimalistas e devem ser igualmente aplicados na avaliação dos programas de pequena dimensão. Neste caso, deve ser tida em conta toda a população de beneficiários para calcular os indicadores e responder às QA. Para cumprir estes requisitos, pode também ser realizada uma investigação qualitativa para responder às QA. Além disso, a avaliação do PDR deve, em todos os casos, centrar-se na avaliação do grau de realização das metas e dos objetivos intermédios do PDR.

Outras fontes de informação

Orientações: Elaborar e aplicar o plano de avaliação dos PDR 2014-2020, Serviço de Assistência na Avaliação 2014-2020, parte I, capítulo 3.4, e parte II, capítulo 6.4, Bruxelas, 2015, http://enrd.ec.europa.eu/en/evaluation-helpdesks-publications

Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex post* dos PDR 2007-2013, parte II, capítulos 1, 4 e 5, e parte III, anexos 5 e 6, Serviço de Assistência na Avaliação 2007-2013, Bruxelas, 2015,

http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html

1.4 Comunicação de informações sobre a avaliação dos elementos específicos do PDR

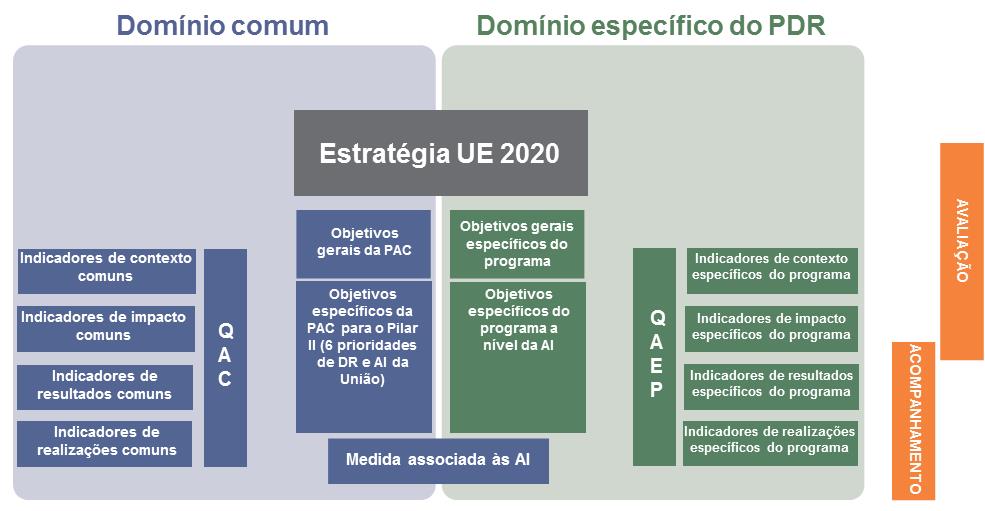
Flexibilidade na programação e suas implicações na avaliação

A flexibilidade na programação é uma das novas características do período de programação de 2014-2020. O objetivo é reforçar a abordagem estratégica e aumentar a eficácia, a eficiência e o desempenho da política de desenvolvimento rural. Em termos práticos, os Estados-Membros dispõem de flexibilidade para conceber a lógica de intervenção específica do PDR, composta por objetivos comuns e específicos, e para adaptar a combinação de medidas. As medidas já não são atribuídas a «eixos» específicos, tal como ocorria no passado, mas podem ser programadas e combinadas de forma flexível ao abrigo das prioridades/áreas de incidência da UE e dos objetivos específicos do programa. A lógica subjacente é que os Estados-Membros devem ter a possibilidade de agregar e combinar medidas no âmbito das áreas de incidência de forma a melhor refletir as respetivas necessidades específicas de desenvolvimento rural.

A flexibilidade na programação reflete a flexibilidade do sistema de acompanhamento e avaliação. A este respeito, o SCAA define um conjunto mínimo de elementos de avaliação comuns (por exemplo, questões de avaliação comuns, indicadores comuns, requisitos mínimos para o plano de avaliação, etc.) e prevê flexibilidade no estabelecimento dos elementos da avaliação específicos do programa relacionados com o PDR concreto pelas partes interessadas nos Estados-Membros (por exemplo, questões da avaliação e indicadores específicos do programa, documentos de planeamento da avaliação interna, etc.).

A figura a seguir ilustra as relações entre os objetivos e os elementos de avaliação comuns e específicos do programa que estão relacionados com a lógica de intervenção do mesmo.

1. O sistema de acompanhamento e de avaliação comum e específico do programa



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2015

A AG pode necessitar de definir elementos de avaliação específicos do programa para avaliar os aspetos que se revestem de particular interesse. Esses aspetos podem incluir a avaliação de áreas de incidência específicas do programa, a RRN, os mecanismos de execução do PDR, domínios apoiados através da assistência técnica, tais como a administração e a gestão, a comunicação, etc. Os tópicos de avaliação específicos também exigem o desenvolvimento de QA, critérios de apreciação e indicadores específicos do programa a fim de recolher elementos de prova para dar resposta às QA.

Os indicadores específicos do programa não devem ser confundidos com os indicadores adicionais, que são elaborados pelos Estados-Membros para além dos indicadores comuns utilizados para responder às questões de avaliação comuns ligadas às áreas de incidência. Podem também ser estabelecidos indicadores adicionais caso as autoridades responsáveis pelo programa definam os seus próprios critérios de apreciação para especificar as questões de avaliação comuns.

É preferível definir os elementos de avaliação específicos do programa logo na fase de conceção do programa e incluí-los no plano de avaliação. Em alternativa, os elementos específicos do programa podem ser definidos numa fase posterior, por exemplo, a anteceder a na fase inicial de execução do programa, a fim de assegurar a disponibilidade de dados apropriados de forma antecipada. Podem também ser definidos outros elementos específicos do programa aquando da realização das avaliações propriamente ditas, caso os avaliadores ainda detetem lacunas.

O princípio da proporcionalidade deve ser respeitado na elaboração e comunicação de informações sobre os elementos de acompanhamento e de avaliação específicos do programa. Significa isso que a utilidade das informações adicionais comunicadas deve ser ponderada em relação aos recursos necessários para o efeito.

A parte II, capítulo 5, contém orientações pormenorizadas sobre a forma de formular as questões de avaliação e estabelecer os indicadores específicos do programa.

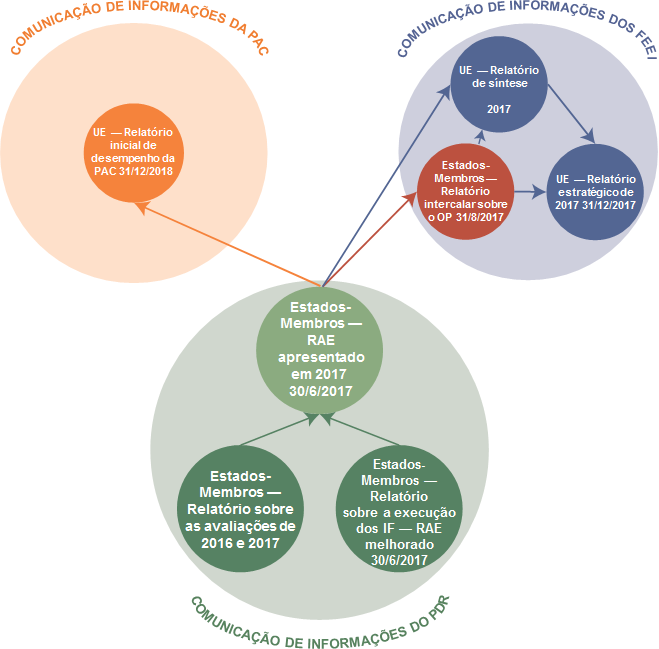
Comunicação de informações sobre elementos específicos do programa

A comunicação de informações sobre a avaliação obriga a recorrer a questões de avaliação comuns e específicas do programa e a indicadores comuns, adicionais e específicos do programa[[15]](#footnote-16). Os RAE normalizados são o principal canal de que a AG dispõe para comunicar informações sobre as realizações dos PDR, referindo-se aos dados financeiros e aos valores quantificados dos indicadores, incluindo os indicadores de meta. No RAE de 2017, as realizações do PDR devem ser quantificadas através da avaliação de indicadores de resultados comuns, adicionais e específicos do programa[[16]](#footnote-17). Os elementos de prova recolhidos via indicadores de resultados ajudam a dar respostas no que se refere a áreas de incidência relacionadas com questões comuns e específicas do programa.

1. Relações entre os outros requisitos em matéria de comunicação de informações da UE e os requisitos em matéria de comunicação de informações para além de 2017
   1. Relações e sinergias entre o RAE de 2017 e os outros requisitos em matéria de comunicação de informações da UE

O RAE de 2017 remete para outros relatórios ao nível dos Estados-Membros e da UE que serão apresentados em 2017 e em 2018. Em conjunto, estes relatórios fornecem informações sobre a execução e os progressos realizados a nível de programas financiados pelos FEEI e pela PAC (ver Figura 3).

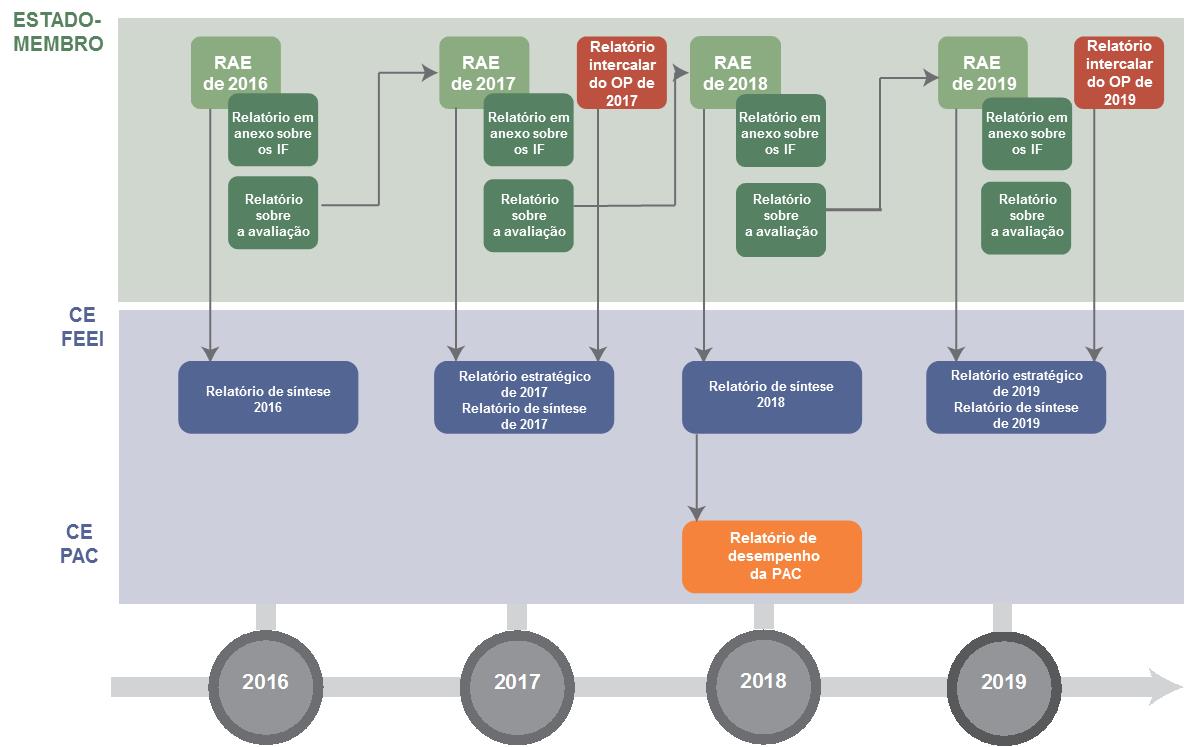
1. Relações entre o RAE apresentado em 2017 e outros requisitos em matéria de comunicação de informações da UE em 2017 e 2018



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2015

As relações entre os RAE e as outras exigências em matéria de comunicação de informações para o período de 2016-2019 são ilustradas na figura 4 e sintetizadas no quadro 2.

1. Visão geral dos requisitos e ligações em matéria de comunicação de informações para 2016-2019



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2015

1. Relações entre o RAE de 2017 e os outros requisitos em matéria de comunicação de informações da UE

| Requisitos relativos à comunicação de informações | Fonte jurídica | Ligações e sinergias com o RAE de 2017 |
| --- | --- | --- |
| **Comunicação de informações relacionadas com o PDR** | | |
| **Relatório sobre a avaliação** (a nível do PDR)  As AG devem assegurar que as avaliações são realizadas de acordo com o plano de avaliação (em especial as destinadas a avaliar a eficácia, a eficiência e os resultados). Pelo menos uma vez durante o período de programação, deve ser realizada uma avaliação para determinar de que forma o apoio dos FEEI contribuiu para os objetivos de cada prioridade. As avaliações devem ser analisadas pelo Comité de Acompanhamento e transmitidas à Comissão. | Regulamento ( UE) n.º 1303/2013, artigos 50.º, n.º 2, e 56.º, n.º 1.  Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão, anexo VII, ponto 2, alíneas d) e e) | O RAE deve conter a síntese das constatações de todas as avaliações do PDR que ficaram disponíveis durante o exercício anterior.  O RAE de 2017 deve incluir elementos de avaliação, tais como as respostas às QA e a avaliação dos progressos em termos de indicadores de resultados relacionados com as áreas de incidência. |
| **Relatório sobre a execução dos instrumentos financeiros** (a nível do PDR)  A AG deve enviar anualmente à Comissão um relatório específico sobre as operações que envolvem os instrumentos financeiros. Esse relatório deve incluir informações sobre, nomeadamente, as modalidades de execução do instrumento financeiro, a identificação dos organismos que executam os instrumentos financeiros, informações financeiras sobre o instrumento financeiro, o desempenho do instrumento financeiro e o contributo para a obtenção dos indicadores da prioridade ou medida em causa. | Regulamento ( UE) n.º 1303/2013, artigo 46.º, n.º 2.  Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão, anexo VII, ponto 10 | O relatório sobre a execução dos instrumentos financeiros é anexado ao RAE. O RAE de 2017 deverá igualmente conter informações sobre os progressos no que se refere à realização dos efeitos de alavancagem previstos dos investimentos do instrumento financeiro e do contributo para a obtenção dos indicadores da prioridade ou medida em causa. |
| **Comunicação de informações relacionadas com o Acordo de Parceria (AP)** | | |
| **Relatório intercalar sobre o AP** (a nível dos Estados-Membros)  Até 31 de agosto de 2017, os Estados-Membros devem apresentar à Comissão um relatório intercalar sobre a execução do Acordo de Parceria a partir de 31 de dezembro de 2016. | Regulamento ( UE) n.º 1303/2013, artigo 52.º, n.º 1. | O relatório intercalar diz respeito à aplicação dos FEEI através de programas operacionais no âmbito do Acordo de Parceria. O RAE de 2017 fornece o contributo em relação à execução dos resultados do PDR do FEADER e à contribuição do PDR para os objetivos políticos (se for caso disso). |
| **Relatório estratégico** (a nível da UE)  Em 2017, a Comissão deve elaborar um relatório estratégico, resumindo os relatórios intercalares dos Estados-Membros. O relatório estratégico deve ser apresentado ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, até 31 de dezembro de 2017. | Regulamento ( UE) n.º 1303/2013, artigo 53.º, n.º 2. | As informações do RAE de 2017, incluindo a comunicação de informações sobre a avaliação, são introduzidas no relatório intercalar sobre o AP apresentado em 2017, o qual é sintetizado no relatório estratégico a nível da UE. |
| **Comunicação de informações relacionadas com os FEEI** | | |
| **Relatório de síntese** (a nível da UE)  A Comissão deve apresentar todos os anos, a partir de 2016, um relatório de síntese relativamente aos programas dos FEEI ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. | Regulamento ( UE) n.º 1303/2013, artigo 53.º, n.º 1 | O RAE de 2017 dá igualmente contributos para os relatórios de síntese sobre a execução dos FEEI, apresentados anualmente. Em 2017, o relatório de síntese fará parte do relatório estratégico. |
| **Comunicação de informações relacionadas com a PAC** | | |
| **Relatório de desempenho da PAC** (a nível da UE)  A Comissão apresenta o relatório inicial sobre a aplicação do artigo 110.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013. Este relatório diz respeito ao acompanhamento e à avaliação da PAC e aos primeiros resultados a nível de desempenho. O relatório deve ser apresentado ao Parlamento Europeu e ao Conselho até 31 de dezembro de 2018. | Regulamento ( UE) n.º 1306/2013, artigo 110.º, n.º 5 | O RAE de 2017 incluirá uma síntese das constatações de todas as avaliações do PDR, bem como as alterações dos valores dos indicadores de resultados. Este corpo de informações constituirá, por conseguinte, uma das fontes de informação sobre o desempenho das medidas de desenvolvimento rural para a elaboração do relatório da PAC. |

* 1. Relações entre a comunicação de informações em 2017 e os requisitos gerais em matéria de comunicação de informações sobre o desenvolvimento rural no período 2014-2020

Os requisitos em matéria de comunicação de informações no que se refere à avaliação de 2017 estão estreitamente relacionados com a comunicação de informações sobre a avaliação de todo o período de programação. Uma vez que o trabalho de avaliação se torna cada vez mais sofisticado à medida que se aproxima o final do período de programação, é necessário estabelecer e desenvolver adequadamente o sistema de acompanhamento e avaliação. Desta forma, será possível fornecer informações para a avaliação durante todo o período de programação e a avaliação *ex post*.

*O anexo 2 da parte III das Orientações inclui um resumo dos requisitos em matéria de comunicação de informações para o período de programação de 2014-2020. Na parte III, o anexo 6 explica as exigências (preenchimento obrigatório) e as práticas recomendadas para comunicação de informações sobre a avaliação a constar dos RAE apresentados ao longo do período de programação. Mostra igualmente de que forma as várias secções do RAE (normalizado e melhorado) podem ser ligadas entre si, a fim de fornecer informações mais abrangentes sobre a avaliação.*

Outras fontes de informação

Orientações: Elaborar e aplicar o plano de avaliação dos PDR 2014-2020, Serviço de Assistência na Avaliação 2014-2020, parte I, capítulo 5.5, e parte III, anexo 14, Bruxelas, 2015, http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library\_en

1. Garantir uma avaliação de qualidade em 2017
   1. Planeamento e preparação cuidadosos da avaliação

O tempo para realizar as tarefas da avaliação que deve ser comunicada em 2017 é limitado. Por conseguinte, o planeamento e a preparação prévia são essenciais para a AG poder fornecer as informações necessárias no RAE melhorado e apresentá-lo à Comissão até final de junho de 2017.

No atual período de programação, as AG **devem planear as avaliações** desde o início, com a ajuda de um plano de avaliação, que faz parte do programa de desenvolvimento rural[[17]](#footnote-18). Dado ter sido previamente elaborado, durante a fase de programação, muitas vezes, o plano de avaliação abrange apenas os requisitos mínimos a nível geral. No entanto, o plano de avaliação pode ainda ser mais especificado no decurso de alterações ao programa e/ou complementado com um documento de planeamento interno mais pormenorizado. Esse documento pode conter informações mais completas sobre as atividades de avaliação previstas, os tópicos e o calendário.

Para facilitar a avaliação de 2017, é fundamental identificar antecipadamente as necessidades e atividades de avaliação relacionadas com o PDR. Por conseguinte, as partes interessadas em causa devem consagrar recursos e preparar-se para a aplicação dos métodos de avaliação numa fase inicial da execução.

1. Visão geral do processo de avaliação



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2015

* 1. Garantia da qualidade e controlo da qualidade ao longo de todo o processo de avaliação

É altamente recomendada a introdução de componentes de garantia da qualidade e de controlo da qualidade no processo de avaliação. **A garantia da qualidade** incide no processo e é um meio proativo de evitar a baixa qualidade dos resultados. A garantia da qualidade inclui uma noção de observação, a definição de normas de qualidade e a melhoria contínua. **O controlo de qualidade** é, pelo contrário, orientado para os produtos e assegura que o resultado é o que se esperava. É geralmente efetuado no final do processo.

**A responsabilidade global pelo controlo da qualidade** das avaliações cabe às **AG**. As AG dispõem de diferentes meios para salvaguardar a qualidade, designadamente a redação de termos de referência precisos, a seleção de avaliadores qualificados, a criação de grupos diretores de avaliação, a manutenção de contactos regulares com os fornecedores de dados, a comunicação regular com os avaliadores e a exigência de uma comunicação de informações de nível elevado sobre a avaliação, etc. A capacidade do **avaliador** para utilizar métodos de avaliação avançados e colmatar as lacunas existentes em termos de dados influi igualmente na qualidade da avaliação. As **outras partes** que podem contribuir para a melhoria da qualidade da avaliação são as seguintes:

* Os grupos diretores (se estabelecidos) podem garantir a capacidade profissional dos avaliadores e a qualidade dos relatórios de avaliação;
* Os organismos pagadores podem ajudar a fornecer dados de qualidade mais elevada para as avaliações;
* Os beneficiários do programa, as suas associações e o público em geral (contribuintes), ao mostrarem interesse em recomendações baseadas em dados concretos e avaliações de elevada qualidade.

Os **instrumentos de garantia da qualidade** mais comuns utilizados no processo de avaliação são as listas de verificação, as listas de conteúdos e os mapas pormenorizados relativos aos processos. Esses instrumentos podem ser desenvolvidos individualmente, mas pode ser útil para a AG e as outras partes interessadas envolvidas na avaliação (por exemplo, membros do grupo diretor de avaliação) elaborar um **manual de garantia da qualidade da avaliação** completo, com mapas pormenorizados relativos aos processos (que delineiem as funções e responsabilidades das principais partes interessadas que devem ser cumpridas em cada fase) e listas de verificação para cada fase. Um manual completo para assegurar a qualidade da avaliação pode igualmente servir de manual de reforço de capacidades. A manutenção da memória institucional no que diz respeito a avaliações é fundamental.

Garantia da qualidade no planeamento da avaliação

Uma vez delineados o processo global e o calendário para a avaliação, devem ser examinadas as necessidades de avaliação. Normalmente, é elaborado um **documento de síntese** para reforçar a incidência do planeamento da avaliação e preparar os termos de referência. A lista de conteúdos típica para um documento de síntese inclui o tópico, o calendário, o âmbito e as principais áreas de incidência, bem como as funções das partes interessadas.

**Os planos de comunicação e de reforço das capacidades** a utilizar na avaliação devem ser elaborados durante a fase de planeamento, a fim de maximizar a qualidade da avaliação e a utilização dos seus resultados. As listas de conteúdos ou listas de verificação podem ser utilizadas para garantir a inclusão das principais partes interessadas, a utilização correta dos canais e instrumentos de comunicação, a identificação das responsabilidades de comunicação e a otimização do calendário de comunicação.

Garantia da qualidade na preparação da avaliação

As questões mais importantes são a obtenção de uma elevada qualidade em termos de lógica de intervenção, questões de avaliação, indicadores, abordagem de avaliação, análise de dados e de informações, incidência da avaliação, lacunas a nível de dados e medida em que o tópico pode ser avaliado. Estas questões influenciam a elaboração dos **termos de referência** e do contrato celebrado com o avaliador. Poderá ser realizado um escrutínio sistemático e crítico das questões de avaliação propostas, mediante uma lista de verificação com questões orientadoras como «As QA abrangem todos os objetivos e necessidades da avaliação? As questões são formuladas de forma clara? Essas QA podem ser respondidas utilizando os dados disponíveis ou dados que possam ser recolhidos?».

Aquando da redação dos termos de referência, é importante incluir uma **grelha de avaliação da qualidade,** que será utilizada para avaliar a qualidade do relatório final. A lista de verificação também pode incluir os critérios de qualidade relacionados com o conteúdo (exatidão, adequação, pertinência e clareza), bem como a análise do processo de avaliação e calendário propostos. Ver parte III, anexo 5: Lista de verificação para avaliar a qualidade do relatório de avaliação.

Garantia da qualidade na estruturação e realização da avaliação

O processo de garantia da qualidade começa com a realização da avaliação. Os termos de referência devem ser utilizados como ponto de referência.

Recomenda-se o estabelecimento de **normas de qualidade** para elaboração do relatório inicial (incluindo critérios de conteúdos como as abordagens metodológicas e os métodos de recolha de dados, assim como critérios para o plano operacional e o processo de avaliação). O relatório inicial poderá incluir igualmente uma secção sobre a garantia de qualidade elaborada pelo avaliador. Além disso, é igualmente importante que o cliente garanta a aplicação de processos internos e externos para a entrega atempada dos materiais ao avaliador.

O cliente e/ou o grupo diretor pode criar e utilizar listas de verificação para examinar o conteúdo e a qualidade do relatório intercalar e do projeto de relatório final. Esses instrumentos podem ajudar a melhorar a qualidade e a incidência do relatório final, bem como permitir a apresentação de observações sistemáticas e construtivas ao avaliador.

O relatório final deve ser sujeito a uma avaliação de qualidade, de preferência utilizando a grelha de avaliação da qualidade incluída nos termos de referência[[18]](#footnote-19).

Garantia da qualidade na divulgação das constatações da avaliação

A AG deve elaborar um plano, um calendário e uma **lista de verificação para a divulgação e o acompanhamento das recomendações** formuladas na avaliação. A realização deste plano deverá ser avaliada a intervalos regulares. A apresentação de observações recíprocas no final da avaliação é uma boa prática para a AG e os avaliadores. A AG pode também pretender analisar a qualidade da comunicação sobre a avaliação no final do processo.

Outras fontes de informação

Orientações: Elaborar e aplicar o plano de avaliação dos PDR 2014-2020, capítulo 5.3, Serviço de Assistência na Avaliação 2014-2020, Bruxelas, 2015, http://[enrd](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library_en).ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library\_en

Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex ante* dos PDR 2014-2020, parte I, capítulo 1.2, e parte III, anexo 4, Serviço de Assistência na Avaliação 2007-2013, Bruxelas, 2015, http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html

1. Divulgação, comunicação e seguimento dos resultados da avaliação
   1. Divulgação e comunicação da avaliação em 2017

O qualidade de uma avaliação depende da sua divulgação, comunicação e, por último, da utilização das suas constatações, a fim de melhorar as políticas.

Em termos de divulgação, é fundamental que a comunicação de informações sobre a avaliação no RAE de 2017 seja tornada pública, por exemplo, no sítio Web da AG. Além disso, para aumentar a transparência, os relatórios de avaliação devem ser comunicados aos participantes no processo de avaliação e a todas as partes interessadas em causa. Como prática recomendada, deve ser redigido um **resumo destinado aos cidadãos** com as principais constatações da avaliação. Também poderá ser útil traduzir para inglês o resumo destinado aos cidadãos.

A comunicação é feita ao longo do processo de avaliação, mas o principal esforço de comunicação é feito no final, após a finalização dos resultados e das recomendações. As ações de comunicação devem seguir o **plano de comunicação** **da avaliação** elaborado no início do processo de avaliação. A principal incidência da comunicação deve ser nos resultados e nas realizações do PDR. Em caso de fraca adesão às medidas, podem ser comunicados os resultados de outros estudos relacionados com o PDR (por exemplo, sobre a eficiência hídrica).

O plano de comunicação da avaliação deve ser acompanhado e avaliado para verificar a sua eficiência e eficácia na comunicação de mensagens-chave aos públicos-alvo.

* 1. Seguimento das constatações da avaliação

Enquanto parte da governação dos programas da UE, a avaliação constitui um instrumento de gestão estratégica. Quando utilizado de forma eficaz, o seguimento dado às constatações da avaliação resulta no seguinte:

* melhoria da conceção e da execução do programa;
* mais e melhores resultados e impactos do programa;
* reforço da utilização das avaliações;
* incentivo a uma cultura de avaliação baseada na aprendizagem organizacional e no reforço da responsabilidade pelos resultados;
* facilitação do debate sobre a avaliação do programa;
* motivação das partes interessadas e dos gestores do programa para apoiarem e participarem ativamente na melhoria do desempenho do PDR; e
* reforço das políticas públicas.

Se a avaliação desempenhar tal papel, todas as partes interessadas envolvidas e, nomeadamente, as autoridades de gestão e os decisores políticos devem prestar uma atenção considerável às constatações e recomendações da avaliação.

Outras fontes de informação

Orientações: Elaborar e aplicar o plano de avaliação dos PDR 2014-2020, capítulo 3.6, Serviço de Assistência na Avaliação 2014-2020, Bruxelas, 2015, <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library_en>

Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex ante* dos PDR 2014-2020, capítulo 1.2.3, Serviço de Assistência na Avaliação 2007-2013, Bruxelas, 2015, http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html

PART II SETTING UP THE SYSTEM TO ANSWER EVALUATION QUESTIONS AND ASSESSING RDP ACHIEVEMENTS

Evaluation questions (EQs) are an important component in the evaluation of rural development policy. They define the focus of the evaluation in relation to EU and programme-specific policy objectives and help to demonstrate the progress, impact, achievements, effectiveness, efficiency and relevance of rural development programme interventions[[19]](#footnote-20).

**The common evaluation questions** (CEQs)[[20]](#footnote-21) were designed by the Commission in collaboration with the Member States. They are part of the Common Monitoring and Evaluation System for rural development and represent a minimum common set of EQs established to enhance the comparability of evaluation results across the EU. CEQs provide support to Member States in the evaluation of achievements of EU level policy objectives and expected results and impacts. There are three types of CEQs: 1) focus area-related CEQs, 2) CEQs related to other aspects of the RDP, and 3) CEQs related to EU level objectives.

**Programme-specific evaluation questions** (PSEQs) may be developed by Member States to capture programme-specific achievements towards RDP policy objectives, results and impacts.

Legal requirements related to evaluation questions

It is a **legal requirement** to answer CEQs and PSEQs[[21]](#footnote-22) at different points in time during the programming period and also after programme implementation. Member States shall provide evidence-based answers:

* In the Annual Implementation Report (AIR) **2017**, EQs related to the RDP focus areas and evaluation questions related to other RDP aspects (synergies, TA and NRNs) shall be answered by means of common, additional[[22]](#footnote-23) and programme-specific result indicators[[23]](#footnote-24);
* In the AIR **2019** **and in the ex post evaluation report**, all CEQs and PSEQs shall be answered by means of common, additional and programme‑specific result and impact indicators.

Steps in setting up the system to answer evaluation questions

Once the evaluation is carefully planned, the major steps in setting up the system to answer the evaluation questions are taken in the preparing, structuring and conducting phases of the evaluation.

1. Major steps in setting up the system to answer evaluation questions



Source: European Evaluation Helpdesk for Rural Development. 2015

**Preparing the evaluation** (see chapter 5): In the preparation phase the MA establishes the framework for a successful evaluation. In this stage, it is necessary to revisit the RDP intervention logic taking into consideration the findings of the ex ante evaluation. The intervention logic must be linked to the evaluation elements (evaluation questions, judgement criteria, indicators) and their consistency checked. If necessary, programme-specific evaluation elements may be developed.

**Structuring the evaluation** (see chapter 6): In the structuring phase, the MA together with the evaluation stakeholders (evaluators, data providers, etc.) set up the evaluation approach and establish the basics for collecting the evidence necessary to answer the EQs. For this purpose, the evaluation methods are selected and combined; information needs are identified; data sources are screened and provisions are made in order to get data and information in the required format for the RDP evaluation.

**Conducting the evaluation** (see chapter 7): The conducting phase is led by the evaluators independent from the MA. This phase starts with observing the evidence (collecting available data and filling the data and information gaps) and analysing it with the foreseen methods. For this purpose, the indicators are calculated and assessed. Finally, the evaluator provides judgements on the evaluation findings, answers the EQs and drafts conclusions and recommendations for the improvement of the RDP’s design and implementation.

*A summary of all working steps necessary for setting up the system to answer the evaluation questions is presented in Annex 4, Part III. The table also includes the responsibilities of the stakeholders and the relevance for drafting the Terms of Reference.*

1. PREPARAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Os Estados-Membros começaram a planear as avaliações com a ajuda de um **plano de avaliação, o qual** faz parte do programa de desenvolvimento rural[[24]](#footnote-25). Alguns Estados-Membros, além disso, completaram o plano de avaliação com um documento de planeamento interno mais pormenorizado que, tipicamente, contém informações mais amplas sobre as atividades de avaliação, os tópicos e o calendário previstos.

Assim que o PDR for aprovado, a AG, em colaboração com os outros intervenientes na avaliação em causa, deverá começar a preparar a avaliação a comunicar em 2017 e nos anos seguintes. A tónica deve ser colocada na criação de um sistema que permita responder às QA.

Na fase de preparação para a comunicação de informações sobre a avaliação de 2017 (e para todo o período de programação), é importante as autoridades responsáveis pelo programa garantirem que:

* A lógica de intervenção do PDR, os objetivos comuns e específicos do programa da UE e os efeitos esperados são claramente compreendidos e validados pelas partes interessadas em causa (ver parte II, capítulo 5.1);
* Os elementos da avaliação comuns e específicos do programa da UE (QA e indicadores) e a sua relação com a lógica de intervenção do PDR (objetivos, medidas e submedidas gerais e relacionadas com a área de incidência) foram identificados e são conhecidos das partes interessadas em causa e estas podem ajuizar da suficiência dos elementos de avaliação para captar todos os efeitos do PDR (ver parte II, capítulo 5.2);
* Os termos utilizados nos objetivos do PDR, área de incidência, medidas, QA (e respetivos critérios de apreciação) e indicadores estão definidos (ver parte II, capítulo 5.2);
* Os intervenientes na avaliação em causa estão familiarizados com as abordagens da avaliação[[25]](#footnote-26) e a sua adequação ao objetivo da mesma, respeitando a disponibilidade, a qualidade e a frequência dos dados (ver parte II, capítulo 6.1);
* O sistema de acompanhamento está ajustado às necessidades de avaliação sendo, por exemplo, recolhidos dados sobre os indicadores de resultados e informações adicionais junto dos beneficiários (ver parte II, capítulo 6.2),
* As fontes de dados existentes, os fornecedores, as disposições destinadas a ajustar os dados às necessidades do PDR e as lacunas ao nível dos dados são reconhecidas e estão definidos procedimentos sobre a forma de colmatar as lacunas detetadas (ver parte II, capítulo 6.2),

Para realização destas tarefas, deve ser estabelecida a gestão da avaliação, que deve ser dotada do pessoal e equipada com as competências e os conhecimentos necessários. Se possível, todas as partes interessadas em causa[[26]](#footnote-27) devem estar presentes nos grupos de trabalho ou grupos diretores de avaliação (ver parte I, capítulo 3).

Uma vez concluída a fase preparatória, pode dar-se início ao verdadeiro exercício de avaliação ou, caso a AG pretenda contratar um avaliador externo, podem ser redigidos os termos de referência.

Outras fontes de informação

Orientações: Elaborar e aplicar o plano de avaliação dos PDR 2014-2020, Serviço de Assistência na Avaliação 2014-2020, parte I, capítulo 3.4, e parte II, capítulo 6.4, Bruxelas, 2015, <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library_en>

Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex post* dos PDR 2007-2013, parte II, capítulos 1, 4 e 5, e parte III, anexos 5 e 6, Serviço de Assistência na Avaliação 2007-2013, Bruxelas, 2015,

http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html

* 1. Reexaminar a lógica de intervenção do PDR

|  |
| --- |
| Poderá ser necessário reexaminar a lógica de intervenção, caso as constatações *ex ante* não sejam suficientemente sólidas ou não sejam plenamente tidas em conta aquando da elaboração do PDR, ou na sequência de uma alteração a este último. Além disso, as alterações de contexto do PDR podem ter afetado a pertinência da lógica de intervenção relativamente às necessidades identificadas quando da conceção do programa. Outras necessidades poderão também ter-se tornado mais relevantes no momento da avaliação do PDR. |
| Etapas de trabalho recomendadas:  No caso de terem sido identificadas as alterações acima, recomenda-se o seguinte:   * **Reexaminar as constatações *ex ante*** sobre a lógica de intervenção do PDR, assim como a sua coerência e pertinência, e * **Avaliar se os efeitos diretos visados pelo PDR** nos beneficiários continuam a ser válidos e se podem ser alcançadas as sinergias previstas entre as prioridades a nível de todo o programa[[27]](#footnote-28) **(🡪 Ver Ferramenta de apreciação dos vários efeitos do programa no anexo 10, parte III)** |
| **Resultados esperados**: Lógica de intervenção reexaminada |

Reexaminar as constatações *ex ante* e os efeitos indiretos do programa

Durante a conceção do programa, o avaliador *ex ante* examinou previamente:

* A coerência externa da lógica de intervenção[[28]](#footnote-29) com os objetivos políticos da UE (contribuição do PDR para a Estratégia «Europa 2020»[[29]](#footnote-30) e a PAC[[30]](#footnote-31)).
* A pertinência de dar resposta às necessidades mais importantes do território abrangido pelo programa decorrentes da análise SWOT e da avaliação de necessidades, e
* A coerência interna entre os objetivos do programa, os contributos planeados (orçamento e formas de apoio), a combinação de medidas e as realizações, os resultados e os impactos esperados do PDR.

Ao avaliar a coerência interna, os avaliadores devem igualmente analisar:

* **As contribuições secundárias** das operações para áreas de incidência diferentes das áreas ao abrigo das quais foram programadas. Tal inclui as operações realizadas através de estratégias de DLBC. O quadro jurídico exige a sinalização das contribuições secundárias previstas durante a conceção/avaliação *ex ante* do programa e a identificação das potenciais contribuições secundárias para cada operação individual na base de dados das operações. A validade desta sinalização pode ser reexaminada durante a preparação da avaliação e, caso necessário, corrigida[[31]](#footnote-32).
* **Os efeitos transversais, o**u seja os efeitos horizontais entre medidas, entre áreas de incidência ou entre prioridades. Os efeitos transversais positivos são muitas vezes designados **sinergias.** Os efeitos transversais verificam-se quando as medidas, áreas de incidência ou prioridades enfraquecem ou potenciam reciprocamente os seus efeitos. Os efeitos transversais podem ser intencionais ou involuntários. No PDR, existe com frequência margem para que um instrumento político de uma área tenha impacto noutra. Por exemplo, o instrumento político relativo às zonas sujeitas a condicionantes naturais pode melhorar o desempenho das empresas locais e (possivelmente) conduzir ao crescimento económico rural e à criação de emprego. Um exemplo de **sinergias** pode ser o facto de o investimento na diversificação fora das explorações agrícolas poder fomentar a competitividade do setor agrícola.

A lógica de intervenção não deve ser apenas apreciada relativamente aos efeitos previstos e diretos do programa, mas também em relação a vários tipos de outros efeitos que podem representar um papel importante no desempenho do programa. Esses efeitos podem influenciar as realizações desejadas e os resultados e impactos esperados do PDR de forma positiva ou negativa. Apesar de, numa fase posterior, caber ao avaliador determinar os efeitos do programa, as autoridades responsáveis pelo programa devem desenvolver uma compreensão daquilo que o programa pode «produzir» para além do planeado.

A lógica de intervenção do PDR, nomeadamente as suas prioridades, áreas de incidência e medidas, pode produzir efeitos indiretos[[32]](#footnote-33), que podem ser intencionais (identificados na análise contextual) ou involuntários (não previstos na análise contextual e não assinalados com o indicador de contexto).

**Efeitos indiretos do programa** a ter em conta ao reexaminar a lógica de intervenção do PDR:

* **Os efeitos de alavancagem** são a propensão das intervenções públicas para induzir despesas privadas entre os beneficiários diretos (por exemplo, um agricultor que beneficia de uma subvenção pode investir mais em bens que não fazem parte do negócio). Os efeitos de alavancagem são, normalmente, involuntários.
* **Os efeitos de inércia** são as alterações observadas na situação económica, ambiental ou social dos beneficiários do programa, que teriam ocorrido sem a intervenção (por exemplo, sem subvenções, os agricultores investiriam de qualquer forma mais tarde com fundos próprios ou com recurso a empréstimos). Os efeitos de inércia são, normalmente, efeitos involuntários.
* **Os efeitos de equilíbrio gerais** ocorrem quando as intervenções do programa afetam de forma positiva ou negativa os não participantes no PDR. Desempenham normalmente um papel mais importante na avaliação dos programas de grande dimensão do que na avaliação dos pequenos programas e incluem:
* *Os efeitos multiplicadores* resultantes do aumento do rendimento e do consumo gerado pelo PDR. Os efeitos multiplicadores são cumulativos e têm em conta o facto de uma parte do rendimento gerado ser novamente gasta e gerar outros rendimentos, e assim sucessivamente em vários ciclos sucessivos. Em termos ambientais, o apoio intencional de espécies selecionadas pode conduzir a apoiar outras espécies. Os efeitos multiplicadores são positivos, frequentemente intencionais e esperados.
* *Os efeitos de deslocação* ocorrem numa zona abrangida pelo programa em detrimento de outras. Por exemplo, o apoio do programa afeta de forma positiva o emprego em detrimento do aumento do desemprego nas zonas circundantes. Em termos ambientais, o apoio intencional das terras agrícolas de EVN pode conduzir à deterioração das terras agrícolas nas zonas circundantes. Os efeitos de deslocação podem ser involuntários (se agravarem as disparidades regionais) ou intencionais (se contribuírem para equilibrar as disparidades entre as regiões).
* *Os efeitos de substituição* são obtidos a favor dos beneficiários diretos do programa, mas em detrimento das unidades não elegíveis ou que não participam num determinado programa. Por exemplo, o apoio aos pequenos agricultores em matéria de tecnologia de irrigação pode aumentar a sua competitividade em relação às grandes explorações agrícolas não apoiadas. Os efeitos de substituição podem ser involuntários (se for concedido apoio a quem já o recebe) ou intencionais (se contribuírem para equilibrar a situação socioeconómica da zona abrangida pelo programa).

1. Diferentes tipos de efeitos do programa

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Prioridade do DR/**  **Impactos** | **Área de incidência do DR/**  **Resultados das medidas e combinações de medidas** | **Medida de DR** |
| **Prioridade do DR/**  **Impactos** | Efeitos transversais (positivos = sinergias e negativos)  Intencionais/involuntários |  |  |
| **Área de incidência do DR/**  **Resultados das medidas e combinações de medidas** | Primários/secundários  Diretos/indiretos  Intencionais/involuntários | Efeitos transversais (positivos = sinergias e negativos)  Intencionais/involuntários |  |
| **Medida de DR** | Primários/secundários  Diretos/indiretos  Intencionais/involuntários | Primários/secundários  Diretos/indiretos  Intencionais/involuntários | Efeitos transversais (positivos = sinergias e negativos)  Intencionais/involuntários |

*A parte III, anexo 10, inclui uma ferramenta para apreciação qualitativa das contribuições primárias e secundárias das operações do PDR e deteção dos efeitos transversais/sinergias.*

Especificidades do LEADER

O LEADER é programado ao abrigo da área de incidência 6B (área de incidência 6A no Reino Unido). Trata-se também da área de incidência para a qual são esperadas contribuições primárias e em que a criação de emprego e a proporção da população rural afetada se incluem entre os indicadores de meta.

Porém, o LEADER é executado através de estratégias de desenvolvimento local (estratégia DLBC) que, na realidade, são análogas aos programas de pequena dimensão que apoiam um grande número de operações. O seu âmbito de aplicação varia consoante os Estados-Membros/regiões[[33]](#footnote-34). Significa isto que os projetos financiados no âmbito das medidas estratégicas de DLBC contribuirão para um conjunto de áreas de incidência, para além da AI 6B (contribuições secundárias do LEADER).

**Podem distinguir-se**[[34]](#footnote-35) **dois tipos de contribuições secundárias** dos projetos LEADER para a AI (elementos de dados pertinentes para o LEADER a recolher para cada projeto):

* Contribuições predominantes para a AI
* Contribuições adicionais para a(s) AI

Significa isto que, quando da apreciação da lógica de intervenção do PDR, será necessário examinar as contribuições secundárias do LEADER para as áreas de incidência que não a AI 6B, no âmbito da qual o LEADER é geralmente programado. Caso sejam esperadas contribuições via a estratégia de DLBC, deverá ser confirmada a sua validade. Para o efeito, deverá ser criada uma base de dados das operações ao nível dos GAL, à semelhança da base de dados do PDR, a fim de ter em conta todas as operações com contribuições primárias e secundárias da estratégia de DLBC relacionadas com os valores dos indicadores de resultados utilizados na avaliação das realizações obtidas nas áreas de incidência. A estimativa das contribuições LEADER pode ser calculada utilizando **amostras** de beneficiários que assinalaram as respetivas AI como contribuições predominantes ou adicionais na base de dados das operações dos GAL.

Outra das especificidades do LEADER prende-se com o **método LEADER,** que se traduz em 7 princípios (parcerias, estratégias ascendentes, multissetoriais e com base na área, inovação, trabalho em rede e cooperação) e que gera o **valor acrescentado do LEADER**, por exemplo, o aumento do capital social ou a melhoria da governação local. Em muitos casos, os princípios e o valor acrescentado do LEADER nem se articulam em torno dos objetivos específicos do programa relacionados com o LEADER nem são referidos como tópicos de avaliação no plano de avaliação. Em qualquer caso, estes efeitos deverão ser tidos em conta ao reexaminar o LEADER na lógica de intervenção do PDR. Tal ajudará a analisar e articular esses efeitos (positivos e negativos), podendo igualmente conduzir à identificação de tópicos de avaliação adicionais no que respeita ao LEADER.

Especificidades da assistência técnica (AT)

A assistência técnica, financiada até ao limite de 4 % do montante total do programa de desenvolvimento rural, é uma medida horizontal iniciada pelo Estado-Membro[[35]](#footnote-36) para apoiar ações de:

* Preparação, gestão, acompanhamento, avaliação, informação e comunicação, criação de redes, resolução de litígios, controlo e auditoria,
* Redução dos encargos administrativos para os beneficiários, incluindo sistemas eletrónicos de intercâmbio de dados, e
* Reforço da capacidade
* das autoridades dos Estados-Membros e dos beneficiários para administrar e utilizar o FEADER
* dos parceiros em causa, de acordo com as áreas indicativas, os temas e as boas práticas relativas ao modo como as autoridades competentes dos Estados-Membros podem utilizar o FEADER para reforçar a capacidade institucional dos parceiros em causa, em conformidade com o quadro legal, e apoiar o intercâmbio de boas práticas entre parceiros[[36]](#footnote-37).

Embora não seja necessariamente uma parte «visível» da lógica de intervenção do PDR, a assistência técnica apoia a execução do PDR e contribui para a realização dos seus objetivos.

Caso estejam previstos tópicos mais específicos para avaliação das ações de AT num determinado prazo (2017, 2019 e *ex post*), recomenda-se o estabelecimento de uma lógica de intervenção para estes tópicos e a indicação dos objetivos, realizações, resultados e impactos esperados. Ao reexaminar a lógica de intervenção, é recomendável verificar novamente se os objetivos ligados ao tópico de avaliação da AT e os efeitos esperados das atividades e dos orçamentos planeados se mantém válidos.

Especificidades da rede rural nacional (RRN)

A RRN é uma importante ação de AT e a sua avaliação é efetuada como parte da avaliação do PDR ou enquanto tópico de avaliação autónomo.

A RRN congrega as organizações e as administrações envolvidas no desenvolvimento rural, de modo a) aumentar a participação das partes interessadas no desenvolvimento rural; b) melhorar a qualidade da execução dos programas de desenvolvimento rural; c) informar o público em geral e os potenciais beneficiários sobre a política de desenvolvimento rural e as oportunidades de financiamento; e d) promover a inovação na agricultura, produção alimentar, silvicultura e zonas rurais[[37]](#footnote-38). A RRN, bem como outras ações de AT, desempenha uma função de apoio horizontal que contribui para todos os objetivos do PDR. Uma vez que a RRN dispõe de um plano de ação e de uma estrutura específica (NSU e rede), recomenda-se a articulação específica da lógica de intervenção da RRN. Além disso, os programas específicos das RRN, que são executados em alguns Estados-Membros multirregionais, devem ser concebidos em torno de uma lógica de intervenção das RRN própria[[38]](#footnote-39).

A prática mostra que alguns Estados-Membros adotaram uma lógica de intervenção específica para as suas RRN já durante a fase de conceção dos programas. Nestes casos, a lógica de intervenção deve ser reexaminada em conjunto com a lógica de intervenção do PDR. O mesmo se aplica aos programas da RRN (PRRN).

Na ausência de uma lógica de intervenção própria das RRN, recomenda-se que a AG ou a NSU, em colaboração com a AG, desenvolvam a lógica de intervenção da RRN na fase de preparação da avaliação. Tal exige a definição dos objetivos específicos, dos resultados esperados e dos impactos da RRN (valor acrescentado da RRN para além dos objetivos comuns e específicos do programa da RRN).

Outras fontes de informação

Retirar o máximo partido do seu PDR: orientações para a avaliação *ex ante* dos PDR 2014-2020, parte II, capítulos 1 e 2, <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library_en>.

Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex post* dos PDR 2007-2013, parte II, capítulo 1, <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html>.

Metis/WIFO/AEIDL (2014). Apoio ao investimento no âmbito da política de desenvolvimento rural. Relatório Final. Comissão Europeia, Bruxelas.

Psaltopoulos, D., Phimister, E., Ratinger, T., Roberts, D., Skuras, D., Balamou, E., Bednarikova, Z., Espinosa, M., Gomez y Paloma, S., Mary, S., Nohel, F. e Santini, F. (2012). Análise de impacto *ex ante* da estratégia de ordenamento do território no âmbito da política de desenvolvimento rural nas zonas rurais europeias.

(RURAL ECMOD), Relatórios científicos e técnicos do JRC, Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, Luxemburgo

* 1. Ligar a lógica de intervenção aos elementos de avaliação
     1. Definir os elementos de avaliação: questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores

|  |
| --- |
| A fim de dar respostas cabais às QA, é importante assegurar que todos os elementos de avaliação comuns, adicionais e específicos do programa (QA, critérios de apreciação e indicadores) estão completos, são claros e foram bem definidos. Além disso, todos os termos utilizados nesses elementos de avaliação devem ser claros e compreensíveis para as partes interessadas envolvidas. |
| Etapas de trabalho recomendadas:   * **Examinar se todos os termos utilizados na formulação das QAC, dos seus critérios de apreciação e dos indicadores comuns, são claros e compreensíveis:** avaliar a clareza de todos os termos propostos no Documento de Trabalho da CE: «q*uestões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020*» e verificar se são necessários definições e critérios de apreciação adicionais. Se os indicadores comuns não forem suficientes para responder às questões de avaliação comuns, definir indicadores adicionais. Verificar se todos os termos utilizados nos indicadores comuns são claros e estão suficientemente definidos. * **Examinar se todos os termos utilizados na formulação das QAEP, dos seus critérios de apreciação e dos indicadores específicos do programa são claros e compreensíveis**: Esta fase tem lugar se o PDR contiver QAEP e indicadores específicos do programa. No que se refere às QAEP, é importante verificar se foram definidos critérios de apreciação e se estes estão em consonância com os resultados e os impactos esperados do PDR. Deve ser analisada a clareza dos termos utilizados nas QAEP e nos critérios de apreciação e, se necessário, devem ser previstas definições. Na ausência de critérios de apreciação para as QAEP, estes devem ser definidos. * **Criar fichas para todos os indicadores adicionais e específicos do programa:** caso existam fichas, verificar a clareza de todos os termos, por exemplo, no que diz respeito à unidade/fórmula de medida, à adequação dos métodos de cálculo e à acessibilidade dos dados no formato exigido. Se tal não for o caso, criar fichas para todos os indicadores específicos do programa. |
| **Realizações esperadas:** lógica de intervenção revista, ficha de indicadores, indicadores específicos do programa e QAEP e indicadores adicionais (se necessário). |

Definição de critérios de apreciação para as questões de avaliação

Os critérios de apreciação definem as QA mais em pormenor e ajudam a especificar o êxito esperado das intervenções da política de desenvolvimento rural a nível de áreas de incidência, de objetivos da UE e de outros aspetos específicos do PDR. Os critérios de apreciação devem ser definidos de forma clara e os termos utilizados devem ser bem definidos.

1. Relação entre os elementos de avaliação



Fonte: Rede europeia de avaliação do desenvolvimento rural 2007-2013

Os critérios de apreciação da QAC foram propostos no *Documento de trabalho: questões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020*[[39]](#footnote-40). Os Estados-Membros podem decidir especificar melhor o êxito das intervenções do PDR com critérios de apreciação adicionais para as QAC. Os termos utilizados nas QAC estão normalmente definidos no Glossário da DG AGRI[[40]](#footnote-41). Se não for esse o caso, podem ser utilizados outros glossários oficiais — a nível da UE, nacional ou regional — para o efeito.

As QAEP são formuladas pelas autoridades de gestão (no plano de avaliação, quando da conceção do programa ou numa fase posterior) ou pelos avaliadores (durante a avaliação do PDR). À semelhança das QAC, todos os termos utilizados nas QAEP devem ser claros e estar bem definidos. No que diz respeito às QAC, recomenda-se a definição de critérios de apreciação adicionais para as QAEP.

1. Exemplo de critérios de apreciação para as QAEP e as QAC relacionadas com a área de incidência

| QAC | Critérios de apreciação |
| --- | --- |
| Em que medida as intervenções do PDR apoiaram a inovação, a cooperação e o desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais[[41]](#footnote-42)? | Critérios de apreciação comuns propostos[[42]](#footnote-43):   * Os projetos do PDR foram inovadores e basearam-se em conhecimentos desenvolvidos, * Foram criados grupos operacionais, * Registou-se uma grande variedade de parceiros envolvidos nos grupos operacionais da PEI, * Foram implementadas e divulgadas medidas inovadoras pelos grupos operacionais da PEI.   Exemplos de critérios de apreciação adicionais (acrescentados pelos Estados-Membros, se necessário):   * A quota-parte da investigação e dos meios académicos na composição dos grupos operacionais (< 50 %). |

|  |  |
| --- | --- |
| QAEP | Critérios de apreciação |
| Em que medida as intervenções do PDR evitaram que os jovens abandonassem as zonas rurais? | * Os projetos do PDR incentivaram a criação de empresas por jovens * Os projetos do PDR facilitaram o emprego jovem * Os projetos do PDR apoiaram a participação dos jovens nas atividades de desenvolvimento rural |

Elaboração de indicadores adicionais e específicos do programa

As QA são respondidas através de indicadores. Os atos jurídicos e o SCAA estabelecem a distinção entre:

* **Os indicadores comuns**[[43]](#footnote-44) para o contexto (descrevem o ambiente do programa, facilitam a análise SWOT e a avaliação das necessidades), as realizações (medem as realizações do PDR no que respeita às medidas), os resultados (medem os resultados do PDR em termos de área de incidência) e os impactos (medem os impactos do PDR ao nível do programa) são elaborados em pormenor em vários documentos de trabalho da CE sob a forma de fichas de indicadores[[44]](#footnote-45). Os indicadores comuns são utilizados para responder às QAC.
* Os **indicadores adicionais** são elaborados acessoriamente aos indicadores comuns sempre que os indicadores comuns não possam responder completamente às QAC de forma satisfatória. Não devem ser misturados com os indicadores específicos do programa, que são apenas utilizados para responder às QAEP. Os indicadores adicionais devem igualmente respeitar os critérios RACER.

A Comissão incentiva os Estados-Membros, quando o apoio no âmbito de uma determinada medida/submedida é significativo, tal como na submedida 4.4 «Investimentos não produtivos», a definirem indicadores de resultados adicionais, a fim de garantirem um melhor acompanhamento e avaliação da contribuição dessas medidas/submedidas para a concretização dos objetivos da UE.

* **Os indicadores específicos do programa** são estabelecidos pelas partes interessadas nos Estados-Membros (autoridades de gestão e avaliadores) como indicadores de contexto, realizações, resultados e impacto, a fim de responder às QAEP. Estes indicadores devem satisfazer os critérios RACER.

Cada indicador deve, de preferência, ser definido sob a forma de uma ficha. As fichas relativas ao conjunto de indicadores comuns foram criadas pela Comissão Europeia. As fichas de indicadores para os indicadores específicos do programa e os indicadores adicionais devem ser definidas pelos Estados-Membros. Recomenda-se que seja seguida a estrutura das fichas de indicadores elaboradas pela Comissão Europeia para os indicadores comuns. As fichas devem incluir, no mínimo, os seguintes elementos:

* O nome e a definição do indicador,
* A ligação ao objetivo/área de incidência do PDR e QA,
* A unidade de medida ou a fórmula do indicador,
* O método de cálculo,
* Os tipos, as fontes e a acessibilidade dos dados de cálculo do indicador.

Os intervenientes na avaliação (autoridades de gestão e avaliadores) devem analisar e compreender as fichas de indicadores, incluindo as definições utilizadas, a clareza das definições, a acessibilidade dos indicadores no que diz respeito às fontes e à recolha de dados, bem como o método proposto para o cálculo do indicador. No caso dos indicadores adicionais e específicos do programa, as autoridades competentes ou outros intervenientes na avaliação (avaliadores) são responsáveis pela clareza de todos os termos utilizados nas respetivas fichas de indicadores.

Especificidades do LEADER

O SCAA prevê uma questão de avaliação comum que se aplica ao LEADER: «Em que medida as intervenções do LEADER apoiaram o desenvolvimento local nas zonas rurais?» (QAC n.º 17 adaptada relativa ao LEADER). O SCAA inclui ainda os seguintes indicadores comuns para o LEADER a nível do PDR (realizações e objetivos)***[[45]](#footnote-46)***:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Indicador | Realização | Meta |
| População abrangida pelos GAL | O18 | T21 |
| N.º de GAL selecionados | O19 |  |
| N.º de projetos LEADER apoiados | O21 |  |
| N.º de projetos de cooperação apoiados | O21 |  |
| N.º e tipos de promotores de projetos | O22 |  |
| N.º de identificação único dos GAL envolvidos no projeto de cooperação | O23 |  |
| N.º de empregos criados |  | T23 |

Tendo em conta a flexibilidade na execução do LEADER nos Estados-Membros, a questão de avaliação e os indicadores comuns supramencionados podem não captar todas as especificidades do LEADER e os seus efeitos previstos/esperados (incluindo o seu valor acrescentado). Por conseguinte, os Estados-Membros podem ter definido QAEP relacionadas com o LEADER e indicadores específicos do programa no plano dos indicadores do PDR ou no plano de avaliação. Nesse caso, devem ser definidos todos os termos utilizados nas QAEP e nos indicadores específicos do programa e elaborada uma ficha de indicador específica. Se não tiverem sido formuladas QAEP nem estabelecidos indicadores específicos do LEADER, mas tiverem sido planeados tópicos de avaliação específicos, estes podem ainda ser definidos numa fase posterior (ver capítulo 5.2.3 «Definir os elementos da avaliação específicos do PDR»).

Além disso, as operações realizadas ao abrigo de cada estratégia de DLBC serão codificadas na base de dados das operações a nível dos GAL, o que permitirá a recolha de dados e informações para avaliação das contribuições do LEADER para a realização dos objetivos, resultados e impactos do PDR e da eficácia e eficiência das intervenções do PDR executadas através do LEADER.

Especificidades da AT

Nos casos em que o Estado-Membro incluiu no plano de avaliação os tópicos de avaliação que dizem respeito a ações no âmbito da assistência técnica, esses tópicos podem ser acompanhados de QAEP, que devem ser claramente definidas, e dos indicadores específicos do programa conexos. No entanto, se tal não for o caso, estes elementos podem ser definidos mais tarde. O capítulo 5.2.3 «Definir os elementos da avaliação específicos do PDR» formula orientações adicionais neste domínio.

Especificidades das RRN

Aplica-se uma situação semelhante aos elementos de avaliação comuns para a avaliação das RRN. Existe apenas uma QAC para as RRN: «Em que medida a rede rural nacional contribuiu a para a realização dos objetivos fixados no artigo 54.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1305/2013?» Esta QA é apoiada por três indicadores de realizações comuns***[[46]](#footnote-47)***:

|  |  |
| --- | --- |
| Indicador | Realização |
| N.º de intercâmbios temáticos e analíticos estabelecidos com o apoio da RRN | O24 |
| N.º de ferramentas de comunicação da RRN | O25 |
| N.º de atividades da REDR nas quais a RRN participou | O26 |

Devido ao conjunto limitado de elementos de avaliação comuns, recomenda-se aos Estados-Membros que definam indicadores adicionais que lhes permitam responder a esta QAC relacionada com a RRN. Se necessário, os Estados-Membros podem igualmente elaborar mais QAEP relacionadas com a RRN e indicadores específicos do programa para lhes dar resposta.

É evidente que devem ser formuladas QAEP e estabelecidos indicadores específicos do programa (incluindo indicadores de resultados e de impacto) para os PRRN, a fim de medir o valor acrescentado esperado. Tal como no caso do LEADER, os indicadores específicos do programa devem ser estabelecidos sob a forma de fichas de indicadores (ver capítulo 5.2.3 «Definir os elementos da avaliação específicos do PDR»).

Outras fontes de informação

Retirar o máximo partido do seu PDR: orientações para a avaliação *ex ante* dos PDR 2014-2020, parte II, capítulo 3, ligação (a acrescentar depois de a versão revista ser publicada na Internet).

Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex post* dos PDR 2007-2013, parte II, capítulos 1, 2 e 3, disponível no seguinte endereço: http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html.

Documento de trabalho: questões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020, disponível no seguinte endereço: <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library_en>

Documento de trabalho: Fichas de indicadores de contexto comuns

Documento de trabalho: Fichas de indicadores de impacto

Documento de trabalho: Fichas de indicadores de meta para o Pilar II

Documento de trabalho: Fichas de indicadores de resultados complementares para o Pilar II

Documento de trabalho: Lista de elementos de dados para a base de dados do Pilar II (realizações e objetivos)

Documento de trabalho: Acompanhamento do desenvolvimento rural (2014-2020) — Quadros do relatório de execução

Documento de trabalho: Programação e fixação de objetivos em matéria de desenvolvimento rural (2014-2020)

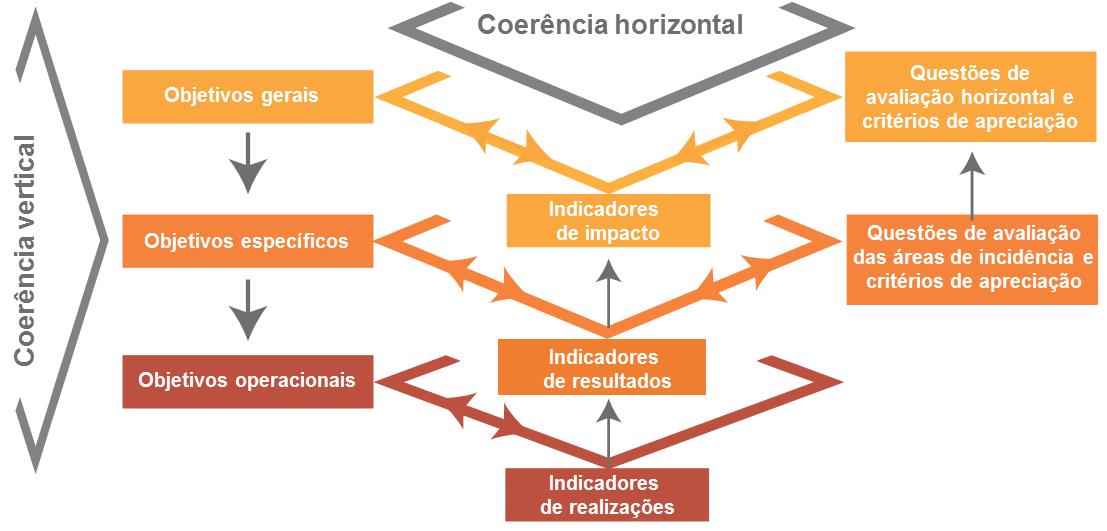
* + 1. Verificar a coerência das questões da avaliação e dos indicadores com a lógica de intervenção do PDR

|  |
| --- |
| Para dar respostas corretas às QAC e QAEP e de acordo com os seus critérios de apreciação, deve ser assegurada a sua coerência com a lógica da intervenção e os indicadores. A análise da coerência horizontal e vertical entre os objetivos, as QA e os indicadores ajuda a avaliar a adequação dos indicadores e dos critérios de apreciação definidos para medir os resultados alcançados em relação aos objetivos fixados e a responder às QA. Além disso, esta medida contribui para detetar as eventuais lacunas e as formas de as colmatar. |
| Etapas de trabalho recomendadas:   * **Reexaminar as constatações *ex ante* no que diz respeito à coerência entre os objetivos do PDR, PA/critérios de apreciação e indicadores:** Caso sejam detetadas lacunas, realizar as etapas de trabalho seguintes.  1. **Verificar a coerência horizontal entre os objetivos, as PA/critérios de apreciação e os indicadores do PDR:** estabelecer a coerência triangular entre os objetivos, as PA/critérios de apreciação e os indicadores a cada nível da lógica de intervenção. Detetar as lacunas na capacidade das QA para captar os efeitos do PDR no que respeita à consecução do objetivo e dos indicadores para darem resposta às QA. Apresentar soluções para colmatar as lacunas. **(🡪 Ferramenta 1. Matriz para verificação da coerência horizontal a nível da área de incidência - exemplo).**  * **Examinar a coerência vertical na hierarquia dos objetivos, QA e indicadores:** verificar se as respostas às QA do nível inferior (relacionado com a área de incidência) podem fornecer informações úteis e suficientes sobre os resultados do programa, a fim de permitir responder às QA do nível superior. Avaliar se os indicadores de nível inferior fornecem elementos de prova suficientes para realizar a análise de nível superior, por exemplo, se os indicadores de resultados comuns e específicos do programa propostos são capazes de fornecer informações suficientes para avaliar os impactos do programa. Caso sejam detetadas lacunas, apresentar sugestões para as colmatar. **(🡪 Ferramenta 2 Matriz para verificação da coerência vertical - exemplo)** |
| **Resultados esperados**: Quadro de avaliação coerente |

Utilizar a avaliação *ex ante* como ponto de partida

Caso tenha já sido efetuada uma primeira verificação da coerência como parte da avaliação *ex ante*, esta deverá ser utilizada como ponto de partida. No entanto, importa notar que as constatações da avaliação *ex ante* podem não ter sido totalmente tidas em conta pelas autoridades responsáveis pelo programa e que o contexto do programa pode também ter mudado. Por conseguinte, considera-se uma boa prática repetir esta avaliação.

1. Coerência horizontal e vertical entre objetivos, questões de avaliação e indicadores



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2015

Verificar a coerência horizontal

A coerência horizontal reflete a relação entre os objetivos políticos da UE e do PDR, as QAC, as QAEP e os indicadores, a nível de resultados e de impactos, e abrange:

* A coerência dos objetivos globais do programa com os objetivos da UE, no que se refere às questões de avaliação/critérios de apreciação e indicadores de impacto utilizados na avaliação dos resultados do PDR em relação aos objetivos da UE e aos impactos do programa. Caso o PDR contenha objetivos gerais específicos, deve também ser examinada a sua coerência com as QAEP e os indicadores de impacto específicos do programa.
* A coerência entre os objetivos das áreas de incidência do DR, as QA/critérios de apreciação relacionados com a área de incidência e os indicadores de resultados. Estes indicadores ajudam a avaliar em que medida os objetivos específicos foram alcançados dentro do grupo de beneficiários do programa — resultados do programa. Devem ser detetadas e colmatadas as lacunas em termos de coerência entre QAC e indicadores comuns, propondo indicadores adicionais (ver fichas para as QAC publicadas em anexo). Nos casos em que o PDR inclui objetivos relacionados com áreas de incidência específicas do programa, QAEP e indicadores específicos do programa (por exemplo, mencionados no plano de avaliação/plano dos indicadores), a coerência deve também ser analisada.

Ao testar a coerência horizontal entre os objetivos, as QA e os indicadores, deverão ser verificadas as seguintes questões de orientação:

* Em que medida as QA permitem uma avaliação sólida da realização dos objetivos do PDR?
* Em que medida os elementos de prova recolhidos através de indicadores permitem responder à QA?
* Que QAEP e indicadores específicos do programa devem ainda ser estabelecidos para colmatar lacunas em termos de coerência?
* Que informações adicionais devem ser recolhidas para tornar operacionais os indicadores «adicionais» específicos do programa?

Para uma deteção eficaz das potenciais lacunas a nível da coerência horizontal, pode ser utilizada a seguinte ferramenta:

1. Matriz para verificação da coerência horizontal a nível da área de incidência (exemplo)

| Objetivo (relacionado com a AI) | Questão de avaliação comum | Critérios de apreciação | Indicador(es) | Lacunas detetadas [[47]](#footnote-48) | Indicadores adicionais para colmatar as lacunas detetadas |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 6B: Promover o desenvolvimento local nas zonas rurais | QAC n.º 17: Em que medida as intervenções do PDR apoiaram o desenvolvimento local nas zonas rurais? | * Melhoria dos serviços e das infraestruturas locais nas zonas rurais * Melhoria do acesso aos serviços e às infraestruturas locais nas zonas rurais * Participação das populações rurais nas ações locais * Realização de ações locais em benefício das populações rurais * Criação de oportunidades de emprego através de estratégias de desenvolvimento local * Aumento do território rural e da população abrangidos pelos GAL | * % da população rural abrangida por estratégias de desenvolvimento local (AI 6B — Indicador de resultado) * Empregos criados nos projetos apoiados (LEADER) (AI 6B — Indicador de resultado) * % da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas melhorados (AI 6B — Indicador de resultado) | Os elementos de prova recolhidos via os indicadores comuns não demonstram a contribuição do programa LEADER para os serviços/infraestruturas melhorados | * N.º de projetos/iniciativas apoiados pela estratégia de desenvolvimento local * % de despesas do PDR para medidas do LEADER em relação ao total de despesas do PDR |

Verificar a coerência vertical

A verificação da coerência vertical deve seguir a hierarquia de objetivos e avaliar em especial se:

* a realização dos objetivos operacionais conduz à realização de objetivos específicos e, consequentemente, globais;
* as respostas às QA dos níveis inferiores (relacionados com as áreas de incidência) fornecem informações úteis e suficientes sobre os resultados do programa e podem ser utilizadas para responder a QA dos níveis superiores (relacionados com os objetivos da UE).
* as informações recolhidas através dos indicadores de resultados podem ser utilizadas na avaliação dos indicadores de impacto.

Para avaliação da coerência vertical, podem ser utilizadas as questões de orientação seguintes:

* Em que medida os elementos de prova recolhidos através dos indicadores comuns e específicos do programa a nível micro/inferior (realizações para resultados e resultados para impactos) são suficientes para efetuar uma avaliação dos impactos a nível macro/superior?
* Que lacunas podem ser detetadas no conjunto vertical de indicadores comuns e específicos do programa?
* Que indicadores/recolhas de dados adicionais devem ser propostos para colmatar essas lacunas?

Para verificar a coerência vertical entre os vários níveis de indicadores e colmatar as lacunas detetadas, pode ser apresentado o quadro abaixo:

1. Matriz para verificação da coerência vertical (exemplo)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Indicador de impacto | Indicadores de resultados relacionados com o indicador de impacto | Lacunas detetadas | Colmatar as lacunas detetadas (indicadores específicos do programa e informações adicionais) |
| I14: Taxa de emprego rural | 6A: Empregos criados por projetos apoiados  [incluindo as contribuições secundárias para a criação de emprego das operações programadas no âmbito de outras AI, designadamente no âmbito da AI 6B (para o LEADER)] | Inexistência de meios para recolher informações sobre a taxa de emprego no caso dos beneficiários dos setores apoiados | Taxa de emprego nos setores apoiados |

Especificidades do LEADER

No caso do LEADER, as verificações da coerência entre a lógica de intervenção do PDR e os elementos de avaliação não abrangem apenas a área de incidência 6B, mas também as áreas de incidência para as quais as operações da estratégia de DLBC são suscetíveis de contribuir. Esta verificação da coerência permitirá, entre outras coisas, acompanhar as contribuições secundárias (predominantes e adicionais) assinaladas pelos beneficiários dos projetos executados no âmbito da estratégia de DLBC via a base de dados das operações dos GAL.

Se o programa incluir objetivos específicos para o LEADER (por exemplo, no que se refere aos efeitos específicos do LEADER, ao seu valor acrescentado, à aplicação dos métodos do LEADER, etc.), também deve ser verificada a sua coerência com as QAEP e os indicadores específicos do programa. Se não tiverem sido formuladas QAEP nem estabelecidos indicadores específicos do programa, estes podem ainda ser definidos durante o período de programação.

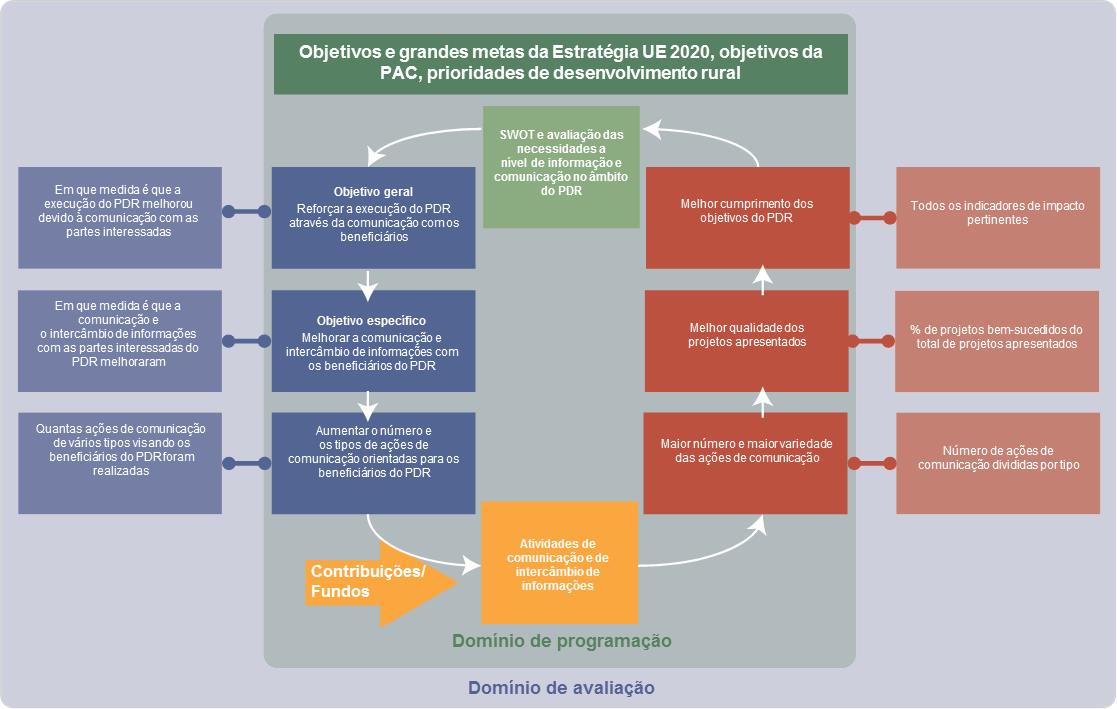
Especificidades da AT

Se os Estados-Membros tiverem incluído no plano de avaliação os tópicos de avaliação que dizem respeito às ações apoiadas pela AT, tais como a gestão e a administração (incluindo o mecanismo de execução), a comunicação do PDR, o reforço das capacidades, etc., e estes dispuserem de QAEP e de indicadores específicos do programa, a verificação da coerência também deve abrangê-los. Podem ser delineados no plano de avaliação ou os intervenientes na avaliação podem propô-los mais tarde, no período de programação.

Caso os tópicos de avaliação relacionados com as ações apoiadas pela assistência técnica não incluam QAEP e indicadores específicos do programa, estes podem igualmente ser estabelecidos mais tarde, no decurso do período de programação.

A título de exemplo, a lógica de intervenção para a comunicação e o intercâmbio de informações com os intervenientes na avaliação e os elementos de avaliação correspondentes é apresentada na figura abaixo:

1. A lógica de intervenção e os elementos de avaliação para a comunicação e o intercâmbio de informações



Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2015

Especificidades das RRN

Se o programa incluir QAEP e indicadores específicos em relação à RRN, deve ser verificada a sua coerência com os objetivos da RRN, tal como no caso do PDR. Tal deverá ser feito relativamente a todos os casos para o PRRN.

Se o PDR não incluir QA e indicadores específicos da RRN, o capítulo 5.2.3 «Definir os elementos da avaliação específicos do PDR» estabelece orientações gerais. No que diz respeito aos elementos de avaliação da RRN, as orientações para avaliação das RRN, publicadas em separado, incluem aconselhamento específico neste domínio[[48]](#footnote-49).

Outras fontes de informação

Retirar o máximo partido do seu PDR: orientações para a avaliação *ex ante* dos PDR 2014-2020, parte II, capítulos 2 e 3,

Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex post* dos PDR 2007-2013, parte II, capítulos 1, 2 e 3, disponível no seguinte endereço: http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html

Documento de trabalho: questões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020, disponível no seguinte endereço: <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library_en>

* + 1. Definir os elementos da avaliação específicos do PDR

|  |
| --- |
| Uma vez analisada a coerência entre a lógica de intervenção e os elementos de avaliação e detetadas as principais lacunas, é necessário formular QAEP e estabelecer indicadores específicos do programa, bem como indicadores adicionais. Tal permitirá uma avaliação correta e exaustiva dos resultados e impactos do programa, dado o SCAA prever apenas os elementos mínimos necessários para realizar o trabalho de avaliação. |
| Etapas de trabalho recomendadas   * **Formulação das QAEP**: Se a anterior verificação da coerência (capítulo 5.2.2) entre a análise SWOT, a lógica de intervenção e os elementos de avaliação tiver identificado questões específicas do programa muito importantes que devam ser avaliadas e não estão abrangidas pelas QAEP existentes, nesse caso, podem ser formuladas novas QAEP/ definidos novos critérios de apreciação. **(🡪Ferramenta 3** **Procedimento de trabalho para colmatar as lacunas nos elementos de avaliação que utilizam a análise SWOT)** * **Estabelecimento de indicadores específicos do programa:** As novas QAEP podem exigir a definição de novos indicadores específicos do programa, a fim de captar os efeitos primários, secundários, intencionais e involuntários na área dos novos tópicos de avaliação identificados. No entanto, só devem ser estabelecidos novos indicadores específicos do programa se os indicadores específicos existentes não forem suficientes para responder às novas QAEP. * **Nova verificação da coerência entre o conjunto completo de elementos de avaliação e a lógica de intervenção**: A coerência dos novos elementos de avaliação específicos do programa com a lógica de intervenção do PDR deve voltar a ser controlada e verificada. |
| Resultado esperado:  A elaboração de uma lista exaustiva de indicadores de impacto e de resultados comuns e específicos do programa capaz de abranger todos os efeitos diretos e indiretos do PDR. Esta lista constitui a base para identificar as necessidades em matéria de dados e determinar a gestão dos dados. |

QAC relacionadas com a área de incidência e indicadores adicionais

Várias QAC relacionadas com as áreas de incidência estão ligadas a indicadores de resultados (de metas) comuns que medem a percentagem de unidades apoiadas no âmbito de um determinado regime de apoio ao DR. Na maior parte dos casos, as QAC supramencionadas não podem ser respondidas de modo satisfatório recorrendo a este tipo de indicadores (por não serem totalmente coerentes com os critérios de apreciação propostos no *Documento de Trabalho: Questões de avaliação comuns para os PDR de 2014-2020*, ou por os intervenientes nos Estados‑Membros terem sugerido critérios de apreciação adicionais). Para algumas destas QAC, existem indicadores de resultados complementares, a fim de permitir uma melhor avaliação dos resultados alcançados[[49]](#footnote-50). Para as outras QAC, já podem ser estabelecidos indicadores adicionais para a avaliação do PDR que deverá ser comunicada em 2017, de modo a melhorar o rigor das respostas[[50]](#footnote-51). Os indicadores adicionais não devem ser misturados com os indicadores específicos do programa, os quais são utilizados para responder às QAEP e medir os efeitos específicos do programa.

Para obter aconselhamento específico sobre a forma de definir os indicadores adicionais para dar resposta às QAC relacionadas com a área de incidência, consultar os modelos para as QAC que serão publicados num documento separado.

Questões de avaliação e indicadores específicos do programa

As QAEP e os indicadores específicos do programa são definidos para captar os efeitos específicos do programa, em especial nos casos em que o PDR contém objetivos e prioridades específicos. As QAEP também podem ser formuladas para decompor as QAC bastante gerais, a fim de fornecer elementos de prova mais específicos. Além disso, podem ser formuladas QAEP para o LEADER e apresentados tópicos de avaliação específicos no plano de avaliação (por exemplo, AT, RRN, mecanismos de execução, etc.).

A prática demonstrou que até à data os Estados-Membros desenvolveram indicadores específicos do programa em vez de QAEP. Se houver problemas de coerência entre a lógica de intervenção do PDR e os elementos de avaliação (ver capítulo 5.2.2), deverão ser formuladas QAEP e estabelecidos indicadores específicos do programa.

Elementos específicos do programa nos PDR

A análise dos PDR aprovados mostra que os Estados-Membros utilizam frequentemente indicadores de contexto específicos do programa na descrição das condições iniciais setoriais, ambientais e socioeconómicas que caracterizam determinada área de programação (ver: a análise SWOT incluída no PDR***[[51]](#footnote-52)***), sempre que os indicadores de contexto comuns não são suficientes para dar uma imagem realista. Além disso, já foram formulados indicadores de resultados específicos do programa (ver listas de indicadores nos anexos do PDR aprovado[[52]](#footnote-53)). Do ponto de vista da avaliação, pode parecer que estes indicadores estão incompletos e/ou são internamente incoerentes e têm de ser reexaminados aquando da verificação da coerência entre a lógica de intervenção e os elementos de avaliação, ajustados e completados, por exemplo, para avaliar todos os importantes efeitos específicos do programa, incluindo os potenciais efeitos indiretos, secundários, inesperados ou negativos. Neste caso, será necessário formular as QAEP pertinentes e um conjunto de indicadores específicos do programa coerentes.

Formulação de questões de avaliação específicas do programa

As QAEP estão ligadas aos objetivos específicos do programa em termos precisos. Quanto mais preciso for o objetivo, mais fácil é a formulação da QA e mais simples se torna a ligação entre as intervenções individuais dos programas e aos resultados específicos. Nos próprios PDR, os objetivos específicos do programa não são necessariamente acompanhados de QAEP. Aquando da formulação das QAEP, o objetivo é verificar em que medida:

* as QAC refletem os objetivos específicos do programa e os efeitos esperados da lógica de intervenção;
* os critérios de apreciação e os indicadores relacionados com as QAC permitem ao avaliador captar o conjunto de realizações dos objetivos específicos do programa do PDR particular e os efeitos específicos do programa;

A formulação das QAEP deve:

* Refletir as mudanças ao longo do tempo, resultantes da aplicação de elementos específicos do programa (por exemplo, medidas específicas do programa) ou as características específicas dos beneficiários ou áreas de programação (por exemplo, idade, género, tipo de explorações agrícolas, condições ambientais, etc.).
* Especificar uma atividade e uma área de interesse que possam ser claramente medidas ou observadas.
* Ser feita de uma forma que aponte apenas para um aspeto ou mudança distintos e estabeleça uma clara relação causal entre o programa e uma mudança desejada nos resultados (efeitos) (ou seja que especifique «em que medida é que a mudança ocorreu devido à intervenção?»).
* Ser clara, específica, simples e redigida de molde a apreender a contribuição de um determinado programa para os objetivos específicos perseguidos em termos de resultados e de impactos.
* Ter em conta os objetivos específicos do programa e as particularidades de determinada área de programação.

É expectável que, relativamente a cada PDR específico, a verificação da coerência da lógica de intervenção com os elementos de avaliação (incluindo as suas ligações com a análise SWOT) conduza à:

* decomposição das QAC em QAEP mais específicas,
* formulação de novas QAEP, que incidam sobre a avaliação dos novos tópicos de avaliação identificados, e
* afinação das QAEP já existentes.

Em relação ao processo de formulação das QAEP, recomenda-se que o avaliador envolva mais intervenientes na avaliação, por exemplo sob a forma de entrevistas estruturadas sistemáticas ou de seminários com os intervenientes no programa (incluindo os profissionais, beneficiários, parceiros e decisores políticos). Tal contribuirá para formular QAEP pertinentes ao captar as tendências de base nos efeitos «possíveis» e «vividos» do programa. Ao sugerir domínios em que o programa inclui uma série de efeitos involuntários ou incertos, o avaliador e os intervenientes podem recorrer a uma teoria de mudança já desenvolvida. Claramente, na primeira fase da avaliação, é essencial uma avaliação qualitativa preliminar pois esta pode oferecer uma valiosa perspetiva interna e conduzir à formulação de importantes QAEP centradas no desempenho do programa, nomeadamente no que respeita aos seus efeitos positivos, negativos, intencionais e involuntários.

Definição de indicadores específicos do programa

As QAEP devem ser respondidas recorrendo a indicadores específicos do programa, fornecendo informações mensuráveis sobre os aspetos particulares do desempenho dos programas a um nível adequado de precisão. Os indicadores específicos do programa devem ser estabelecidos em conformidade com os critérios RACER[[53]](#footnote-54) (pertinentes, aceites, credíveis, fáceis e rigorosos). Os indicadores específicos do programa podem ser definidos como indicadores de contexto, de realizações e de resultados e ser coerentes com as QAEP, a lógica de intervenção e a análise SWOT (ver secção abaixo). Os indicadores específicos do programa devem refletir os efeitos involuntários e indiretos. A definição deste indicadores deve seguir os procedimentos estabelecidos no capítulo 5.2.3.

Resumidamente, os novos indicadores específicos do programa podem, por conseguinte, incluir:

* Os indicadores de resultados e de impacto utilizados para responder às novas QAEP, que resultam de:
* Objetivos específicos do programa,
* Análise SWOT,
* Efeitos involuntários e indiretos identificados,
* Decomposição das QAEP e QAC «antigas»,
* Os indicadores de contexto que permitem a análise dos impactos do programa.

1. Procedimento de trabalho para colmatar as lacunas nos elementos de avaliação que utilizam a análise SWOT

|  |
| --- |
| As **lacunas existentes a nível de elementos de avaliação podem ser detetadas** através da verificação da coerência das QAEP existentes e dos indicadores específicos do programa com os aspetos individuais da análise SWOT incluída no PDR. A análise SWOT baseia-se em apreciações sendo, por conseguinte, subjetiva e qualitativa por natureza. A análise SWOT também pode ser utilizada para a avaliação, por exemplo, como ferramenta/instrumento para identificar os domínios em que se podem esperar importantes melhorias do programa.  O procedimento analítico pode ser o seguinte:  **Em primeiro lugar,** é importante compreender que os pontos fracos e os pontos fortes identificados pela análise SWOT podem ser controlados pelo programa, ou seja, poderão ser sempre afetados pelo PDR. Em contrapartida, as oportunidades e as ameaças são, na sua maioria, aspetos externos que habitualmente se encontram fora do controlo do PDR e são determinados pela sua envolvente ambiental/social/económica (ou seja, normalmente não são afetadas pelo programa).  Além disso, é importante ter em conta que uma das principais razões pelas quais foi implantado determinado PDR foi para:  Reduzir os pontos fracos setoriais, ambientais e socioeconómicos identificados, e  Manter e reforçar os pontos fortes.  **Em segundo lugar,** a QAEP pode ser formulada com base na análise SWOT sob a forma de relações de causa (um determinado PDR) e efeitos (resultados e impactos), perguntando: «em que medida o PDR contribuiu para reduzir o número de pontos fracos indicados na análise SWOT e NÃO afetou os pontos fortes mencionados nessa análise?»  Enquanto a primeira parte da QAEP incide nos efeitos previstos do programa, a segunda parte incide na prevenção dos efeitos negativos involuntários. Tendo em conta o que precede, a resposta a este tipo de questões exigirá, muito provavelmente, o estabelecimento e a utilização de um conjunto de indicadores que permitam medir esses efeitos intencionais e involuntários.  Nalguns casos específicos, uma avaliação alargada pode procurar dar resposta à questão: em que medida as oportunidades e as ameaças referidas na análise SWOT foram afetadas por determinado programa/medida. No entanto, tal só será possível se a dimensão e escala do programa tiverem sido consideradas substanciais numa perspetiva macroeconómica.  **Em terceiro lugar,** será necessário traduzir os pontos fracos e os pontos fortes mencionados na análise SWOT em indicadores de resultados e de impacto específicos, a fim de facilitar a resposta à QAEP.  A análise SWOT baseia-se, de um modo geral, na análise dos indicadores de contexto que refletem o ponto da situação económica, social e ambiental num determinado território antes da intervenção do PDR. No entanto, à medida que o PDR for sendo executado, o desempenho dos indicadores de contexto que representam os pontos fracos e os pontos fortes setoriais será afetado pelo próprio programa, bem como por outros fatores exógenos. Enquanto o desempenho dos indicadores de contexto (e de resultados) específicos medidos a um nível micro (por exemplo, produtividade do trabalho na agricultura) reflete, nomeadamente, os micro efeitos de um determinado programa e medida, o desempenho de indicadores de contexto (e de impacto) semelhantes, medidos para um determinado território (por exemplo, produtividade do trabalho na agricultura) é passível de alterações, nomeadamente devido aos impactos do programa.  Os indicadores de contexto devem, por conseguinte, prosseguir dois objetivos:  — contribuir para a identificação e a medição dos pontos fortes e dos pontos fracos existentes na região, como base para a análise SWOT, e  — ajudar a analisar os impactos gerados ao nível do programa à luz das tendências económicas, sociais, estruturais ou ambientais gerais.  Espera-se que os indicadores de contexto, que mostram os pontos fracos e os pontos fortes das zonas rurais abrangidas pelo PDR específico, denotem melhorias ou, no mínimo, não apontem para o piorar da situação. O objetivo é, pois, identificar e traduzir os principais pontos fortes e pontos fracos, sob a forma de indicadores de resultados e de impacto pertinentes e específicos do programa.  **Em quarto lugar,** importa comparar a lista de indicadores de resultados e de impacto comuns e preexistentes e específicos do programa com os novos indicadores de impacto e de resultados específicos (com os indicadores derivados da análise SWOT).  Os indicadores específicos do programa existentes, já incluídos no PDR, devem ser escrutinados quanto à sua adequação para avaliar os efeitos específicos do programa durante a fase de preparação e estruturação da avaliação (capítulo 5.2). |

Verificar novamente a coerência entre o conjunto completo de elementos de avaliação e a lógica de intervenção

As novas QAEP e os indicadores específicos do programa alargam o âmbito da avaliação, perguntando, nomeadamente, quão eficaz e eficiente foi o PDR na satisfação das necessidades e na realização das prioridades de determinada zona abrangida pelo programa, expressas em novos objetivos/tópicos específicos do programa. Devem, por conseguinte, ser coerentes com a lógica de intervenção e os elementos de avaliação preexistentes e indicar, em pormenor, as interações entre as prioridades, as áreas de incidência e as medidas, por um lado, e as ligações entre as realizações, os resultados e os impactos específicos do programa esperados, por outro. As novas QAEP e os novos indicadores permitem a recolha de dados e de informações, a fim de captar os efeitos primários, secundários, previstos/imprevistos e intencionais/involuntários das intervenções do PDR (ver parte III, anexo 10, «Ferramenta para apreciação qualitativa das contribuições primárias e secundárias das operações do PDR»).

O conjunto final de indicadores comuns, adicionais e específicos do programa para o PDR deve permitir responder a todas as QAC e QAEP e refletir as prioridades e objetivos do PDR ao nível nacional/regional e da UE[[54]](#footnote-55).

Especificidades do LEADER

Com frequência, os tópicos de avaliação específicos do programa e relacionados com o LEADER já se encontram definidos no plano de avaliação sendo contudo por vezes definidos numa fase posterior, no decurso da execução do programa. Nalguns casos, as autoridades responsáveis pelo programa definem esses tópicos em simultâneo com as QAEP e os indicadores relacionados com o LEADER. Por norma, as questões e os indicadores relacionados com o LEADER são adicionalmente estabelecidos pelas autoridades de gestão ou pelos avaliadores. As regras acima descritas também se aplicam no caso da formulação das questões de avaliação e da definição dos indicadores específicos do LEADER. Os tópicos de avaliação relacionados com o LEADER influem nos dados que devem ser compilados a partir das bases de dados das operações dos GAL referidas nos capítulos anteriores.

Os tópicos da avaliação específicos do LEADER podem também ter sido formulados a nível dos GAL no que respeita à estratégia de DLBC.

Especificidades da AT

As autoridades de gestão podem decidir avaliar tópicos específicos em relação a ações apoiadas pela AT. Tal como mencionado para as etapas anteriores, cada vez que é identificado um tópico específico, o objetivo, a autoridade de gestão ou os avaliadores devem formular QA e indicadores específicos do programa.

Especificidades da RRN

Muitas vezes, os tópicos de avaliação específicos da RRN são definidos no plano de avaliação do PDR. Uma vez definidas as necessidades, os tópicos e os objetivos de avaliação relacionados com a RRN, são formuladas as questões de avaliação específicas da RRN, em coerência com os objetivos relacionados com a RRN, que devem ser especificadas recorrendo a critérios de apreciação. Os indicadores específicos da RRN são formulados em conformidade com os critérios de apreciação acima referidos. No que respeita aos elementos de avaliação da RNN, as orientações para a avaliação da RNN, a publicar em 2016, incluirão aconselhamento específico nesta matéria.

Outras fontes de informação

Retirar o máximo partido do seu PDR: orientações para a avaliação *ex ante* dos PDR 2014-2020, parte II, capítulos 2 e 3.

Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex post* dos PDR 2007-2013, parte II, capítulos 1, 2 e 3

<http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html>

Orientações: Elaborar e aplicar o plano de avaliação dos PDR 2014-2020, parte II, capítulo 6, <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library_en>

DOCUMENTO DE TRABALHO: questões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020, Programas 2014-2020, <http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/e-library_en>

1. STRUCTURING THE EVALUATION

In the structuring phase, the evaluation stakeholders set up the **evaluation approach** and establish the basics for collecting the **evidence** necessary to answer the EQ. For this purpose, the evaluation methods are selected and combined; information needs for the assessment of common and programme-specific indicators are identified; data sources are screened and provisions are made in order to get data and information in the required format for RDP the evaluation.

There is however no sharp borderline between preparing and structuring the evaluation. In some Member States, Managing Authorities define in the Terms of Reference a certain evaluation approach or even an evaluation method, whereas in other Member States it is up to the evaluators to propose the approach.

The decision on the selection of the evaluation approach ideally stays with the Managing Authority or evaluation experts within the ministry. In case the evaluators propose the evaluation methods, it is recommended that the Managing Authority closely follows the selection of the evaluation approach and methods. This is important for later judgements regarding the quality of the outcomes of the evaluation.

As for conducting and reporting on the evaluation in the AIR 2017 the structuring phase should preferably focus on the legal requirement[[55]](#footnote-56) linked to this particular report: “reporting and quantification of programme achievements, in particular through assessment of the complementary result indicators, and relevant evaluation questions”, meaning those related to RD focus areas and other RDP aspects (synergies among priorities and focus areas, NRN and TA).

Nevertheless, the focus of these Guidelines is on reporting on the evaluation in 2017, it is recommended not to limit the structuring phase to CEQ No 1 – 21, but to prepare for all RDP-related EQs. Such an approach is more valuable later on, when data will be needed to calculate programme impacts and answer horizontal EQs – common EU objectives and overall RDP-related EQs (in 2019 and in the ex post).

* 1. Set up a consistent evaluation approach
     1. Selection of a suitable evaluation approach for the evaluation of RDP results in 2017

|  |
| --- |
| The decision concerning, which evaluation approach is most suitable (e.g. theory of change, quantitative, qualitative and mixed approaches) is one of the key steps in preparing the evaluation. The selected approach has to capture and quantify the programme achievements, in particular through the assessment of the result indicators and answering focus area-related EQs. The approach has implications on data requirements, but also on the quality and robustness of the evaluation findings. |
| Recommended working steps:   * **Review what the evaluation approach needs to be able to capture for the specific evaluation in 2017**. List those aspects that the evaluation approach needs to fulfil in 2017: quantification of programme achievements, assessment of programme results (direct programme effects, indirect programme effects, secondary contributions, synergies and transverse effects, proportionality of analysis, and assessment of the counterfactual situation). * **Review various evaluation approaches based on quality criteria:** Different evaluation approaches (theory of change, quantitative, qualitative and mixed approaches) should be critically reviewed by taking into consideration the criteria for selection of evaluation approaches. This can be done, e.g. by assigning scores (1-5) to each separate criterion (e.g. causality, selection bias, etc.) and by summing up the obtained results. Furthermore, scores might be adjusted by assigning to each of the above criteria individual weights (the latter show the “theoretical importance” of an individual criterion versus other criteria). **(0 - Criteria for selection of evaluation approach)** * **Assess the adequateness of the approaches for the assessment of programme effectiveness and efficiency**: Under this step the Managing Authority and evaluators may consider various aspects of practicability of each evaluation approach by taking into consideration their suitability for the analysis of programme effectiveness and efficiency at various levels (i.e. micro-level, regional-level, macro-level), as well as their ability to provide results at various descriptive scales (i.e. nominal scale, ordinal scale and cardinal scale). Here, evaluators may assign scores to individual approaches by combining individual criteria, e.g. ability to assess programme effectiveness at micro-level using cardinal scale (score=5), etc. * **Assess the adequateness of the approaches for analysing the achievements of RDP objectives**: Under this step, evaluators may consider other aspects of the evaluation approach’s practicability by answering the question: which evaluation approach is most suitable for the analysis of common, horizontal and specific objectives of individual RDPs. Or, which approach appears as the most advantageous concerning the analysis of a particular type of objective, e.g. horizontal objective? This can also be done, e.g. by assigning scores (1-5) to each criterion mentioned above. |
| **Expected outcome:** Decision on evaluation approach. |

What needs to be captured by the evaluation approach?

The main focus of the RDP evaluation in 2017 will be the quantification of programme achievements, in particular through the assessment of result indicators and answering focus area-related EQs. This quantification will reflect the real uptake of the RDP and will be based on all operations collected through the operations database by the end of 2016.

The assessment of programme results[[56]](#footnote-57) requires taking into consideration:

* Direct programme effects which occur at the level of the programme beneficiaries (to see them involves, in most cases, comparison of the effects between programme beneficiaries and non-beneficiaries),
* Indirect programme effects (e.g. deadweight loss, leverage effects, etc.), which also occur at the level of programme beneficiaries have to be assessed on a case by case basis, depending on the indicators and likelihood of indirect effects to appear, More information on programme direct and indirect effects can be found in Chapter 5.1 'Revisit the RDP intervention logic'.

In the assessment of RDP results the calculation of the results indicator covers the operations:

* Primarily programmed and implemented under the FA which relates to the results indicator.
* Operations which are programmed under other FAs but which contribute secondarily to the above result indicator.

To assess **secondary contributions** of operations to focus areas other than those under which they are programmed, Member States can use sampling techniques. Samples are based on information collected via the operations database, namely from application forms and payment requests, where beneficiaries flag all focus areas to which implemented operations contribute in addition to the one under which they are programmed, while estimating the extent of their contribution (in ratio). If massive contributions are expected, samples should be representative of the identified population. In case of minor contributions of certain operations to other focus areas, the total population of beneficiaries could be used for calculation. If, however, the contributions are minimal, they can be neglected. More information on the assessment of secondary contributions with respect to concrete result indicators and related CEQs can be found in the Annex 11, published as a separate document.

The assessment of secondary contributions also shows where the programme is generating synergies (positive transverse effects) among focus areas and rural development priorities. For preliminary analysis of synergies or potential negative transverse effects, the evaluators may use the qualitative assessment tool of Annex 8 of PART III.

Challenges in the assessment of programme results

The **major challenge** in the assessment of RDPs is to attribute observable changes in the programme area (as values of indicators or qualitative changes) to RDP´s intervention. The robustness and rigour of the identified attribution will depend on the selected evaluation approach. A number of challenges must be addressed in the selection of the evaluation approach[[57]](#footnote-58):

The scope of socio-economic and environmental objectives is very broad because of the heterogeneity of rural areas and their specific strengths and weaknesses;

Availability of data is the key factor in the selection of methods to assess the programme effects: for quasi-experimental evaluation, micro-data at the single farms/firms, municipality, district, NUTS III, NUTS II are needed, which are aggregated and extrapolated up to the programme area. In cases where there is a lack of data, the input-output models can be used. However, such methods are not ideal from an analytical point of view because they do not provide robust findings*[[58]](#footnote-59)*.

The main methodological challenge in the assessment of programme results (at a micro-level) in 2017 will be to answer the question: “What would have happened to the respective programme beneficiaries /area without the programme?” by providing the evidence of a true cause-and-effect link between the values of observed indicators and the RDP.

This question cannot be answered straightforwardly: It is not easy to establish whether causal relationships between the programme and the observable values of the indicators exist as also other factors (independent from the RDP) may simultaneously affect it. For example, the change in agricultural output/AWU observed for the group of programme beneficiaries can be affected by the change in input and output prices, managerial skills of beneficiary farmers, factor endowment, etc.

This causal inference problem can be solved empirically by finding an appropriate counterfactual. While finding a suitable counterfactual is more easily achieved for RDP measures focused on sectorial and socio-economic effects, it proves to be more complicated for most of the environmental measures affecting biodiversity, water quality, HNV, climate change, etc. Due to the complexity and site specificity of programmes oriented particularly at the environment, the identification of control groups/areas and the establishment of a situation with and without the programme may become especially difficult.

Selection of the most advantageous evaluation approach

There are four basic evaluation approaches: a) theory of change, b) quantitative, c) qualitative and d) mixed approaches (see [Guidelines for ex-post evaluation of RDPs 2007-2013](http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/app_templates/enrd_assets/pdf/evaluation/epe_master.pdf)).

The evaluation practice shows that a mixed-method approach involving the integration of rigorous (e.g. quasi-experimental) quantitative and qualitative methodologies is the most adequate empirical approach to evaluate RDPs provided that sufficient data on beneficiaries can be collected. Mixed-method evaluations seek to integrate social science disciplines with quantitative (counterfactuals) and qualitative approaches to theory, data collection, data analysis and interpretation.

Mixed-methods approaches can help to develop more comprehensive evidence of programme results (and impacts) and, for example, can be used to distinguish between implementation failure and theory failure in the event of a lack of intended results/impacts. The key strength of this approach is the ability to provide a triangulation of specific methods and data.

One of the main areas in the RDP evaluation where mixed-methods are especially applicable is for the verification and in-depth analysis of the main reasons for high, medium or low effectiveness of programme support. If the results from different methods converge, then inferences about the character and magnitude of these impacts will be stronger. If they diverge, mixed-methods can provide a more objective explanation of factors behind it.

The selection of a robust evaluation approach must take into account the limitations and requirements of different methods. For testing evaluation approaches and methods, the evaluators should apply the criteria for basic evaluation standards, such as credibility, rigour, reliability, robustness, validity, transparency and practicability (see also the table of criteria for selection of evaluation approach in Part III, Annex 9)[[59]](#footnote-60).

Further reading

Capturing the success of your RDP: guidelines for ex post evaluation of 2007-2013 RDPs, Chapter 4, Part II, e[nrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html](https://metisvienna.sharepoint.com/Freigegebene%20Dokumente/9_TWG/9.1_TWG_01_rep2017/4_Content/2_2nd%20draft/Delivered%20by%20experts/nrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html)

* + 1. Select evaluation methods and their combinations

|  |
| --- |
| Although the main responsibility for the choice and use of evaluation methods lies on evaluators, the Managing Authorities may however express a preference for certain methods in the Terms of Reference. In each case, the choice of evaluation methods should meet the criteria for conducting a high quality evaluation. The application of different methods, even using the same data set, may lead to different results, including the estimated magnitude of programme effects and even its sign (+/-). As a consequence, the application of inadequate evaluation methods and techniques which are unable to control the selection bias and eliminate other systematic errors, may considerably obstruct evidence-based policy-making. |
| Recommended working steps:   * **Verify the applicability of a given evaluation method in the context of a pre-selected evaluation approach**: The recommended mixed evaluation approach combines various quantitative and qualitative approaches with a theory based approach. It is crucial that at least some of the selected evaluation methods enable to assess the true programme effects and attribute observed changes to the intervention. * **Review the ability of a method to meet basic evaluation standards**: Conducting rigorous evaluations of impacts (a mix of quantitative methods based on counterfactual analysis and credible qualitative methods) is crucial for policy learning. Pre-selected methods should meet basic evaluation standards (rigour, credibility, reliability, robustness, validity, and transparency). * **Consider the budget, time and data constraints**: Early thinking on evaluation design can facilitate better budget planning, save resources and improve data quality and quantity. If this is not the case, the evaluator may face severe budget, time and data constraints, which may act as disincentives to conduct rigorous evaluations. In general, there are several options for carrying out sound evaluation under budget, time and data constraints. * **Selection of suitable methods**: An appropriate bundle of methods can minimise potential bias and systematic errors in evaluations. It is therefore recommended to carry out additional surveys in order to collect additional data on characteristics and performance of programme beneficiaries and non-beneficiaries instead of taking the risk of overstretching the interpretation of programme results based on simple yet biased evaluation techniques. |
| **Expected outcome**: Selected evaluation methods |

What should be considered in the selection of suitable evaluation methods?

In the process of selecting a suitable method, the following issues are crucial[[60]](#footnote-61):

* Users of evaluations have an inherent interest in the results being reliable, scientifically sound, robust, and valid. When using these criteria, it is possible to classify methods and evaluation techniques with respect to their appropriateness to evaluate individual RD measures. Various methods meet the criteria of soundness, robustness, and validity at different levels. Each method has specific data requirements, strengths, and limitations. There is no best method with respect to the quality of all criteria used in evaluation[[61]](#footnote-62). Restrictions on the access of individual data may decrease the level of transparency but model specification, estimation techniques, and test statistics should be transparent even in such cases.
* Methods that can provide quantitative results are generally preferred; however, other methods may still be useful when there are restrictions in the use of quantitative methods (e.g. data gaps, etc.)
* The majority of quantitative evaluation techniques are also not directly substitutable with each other. For example, a counterfactual approach that can be applied to the evaluation of programme results at the micro-level cannot be replaced by another quantitative technique, e.g. Input-Output method which is applicable for the assessment of specific programme effects at the regional- or macro-level.
* The results of different methods are expressed in different scales: e.g. counterfactual econometric and quantitative methods (e.g. Propensity-Score Matching[[62]](#footnote-63), Input-Output or programming methods) provide results on cardinal scales, the other (e.g. qualitative) on ordinal scales or on nominal scales. When results have to be expressed in numbers (cardinal scale), the scope of methods is limited because qualitative, theory-based and descriptive approaches allow ordinal statements at best.
* One of the biggest challenges in evaluation is to identify and test causal relations between the policy intervention and the outcomes. Only a small set of methods (typically econometric counterfactual models) are suited to provide exact results in this respect. Key in testing causal relation is the development of a counterfactual in order to see the effect of the programme, which cannot be directly observed. In general, there are two alternatives: results can be based on statistical evidence of randomised controlled trials or based on adequate counterfactual econometric assessments (e.g. Propensity-Score Matching). In case causal effects cannot be identified by observations, assumptions on causality need to be made possibly through the application of qualitative methods. The latter approach captures causal relations conceptually, but does not provide robust information on the causal relationship.
* Results based on counterfactual approaches (Propensity-Score Matching) should be tested by other methods in order to improve the validity of the results. The combination of methods contributes to the validity of results. For example, empirical evaluation studies reveal that the qualitative method can set the context and contribute to the development of hypotheses, which can subsequently be tested with quantitative methods. The results of quantitative methods can be validated and causal relationships explained more in-depth by applying qualitative methodologies.
* Indirect effects such as leverage, substitution, displacement effects and deadweight (windfall profit) are very important to consider when specific measures are evaluated. Any method can be used to take account for leverage and deadweight effect, but only counterfactual econometric methods (e.g. Propensity-Score Matching) can be used to quantify their size.
* Qualitative methods can be very helpful in developing hypotheses that can be tested or further explored with quantitative methods. For example, qualitative methods should be utilised to explore the range of possible RDP unintended and indirect effects. The magnitude, scale and importance of the above effects should however be verified by using quantitative approaches.
* Qualitative and quantitative methods are complementary and should not be regarded as substitutes. Quantitative methods are also complementary in many respects because some important results (e.g. deadweight, leverage or multipliers) can only be estimated using specific method/techniques.
* Given the above, it is advisable that the evaluation team chooses an evaluation design not based on a single method but on a bundle of evaluation methods and techniques which should be internally consistent and complementary to each other. Moreover, all selected methods should meet the basic evaluation quality criteria, i.e. rigour, reliability, robustness, transparency, validity, and practicability. The evaluator should try to select a strong evaluation design (consisting of a bundle of evaluation techniques and methods), bearing in mind time, money and practicability constraints (including data availability)[[63]](#footnote-64).

Specificities of LEADER

LEADER has to be seen as a multidimensional evaluation topic. It is evaluated at the RDP level as the measure programmed under FA 6B, but contributing to a range of RDP focus areas and priorities through the CLLD strategy (see the left upper box of figure 11). However, LEADER is not only the subsidy delivered via the CLLD strategy, it is also the method which helps to create and develop partnerships (by integrating various sectors and areas of rural life), to foster participation of local people in development (bottom-up), innovation, cooperation and networking. Furthermore, LEADER can bring additional value, such as increased social capital, enhanced utilisation of local resources, improved local governance, etc. (see the right upper box of figure 11). LEADER is also part of CLLD where several ESI Funds work together towards achieving EU level objectives (see the top box of figure 11). All these aspects and others may become evaluation topics at the national level.

LEADER should also be evaluated at the local/LAG level (see the bottom part of figure 11). Here again the evaluation is multidimensional, covering the evaluation of CLLD strategy, assessment of the application of the 7 principles and LEADER’s added value for rural areas.

1. LEADER as an evaluation topic.



Source: European Evaluation Helpdesk for Rural Development, 2015

The complexity of LEADER as an evaluation topic requires a variety of quantitative and qualitative evaluation methods and combinations thereof. To capture the effects of the LEADER measure quantitative approaches will be used. In this respect LEADER operations and their contributions to the range of focus areas are collected via the LAG operations database and assessed together with other RDP operations by means of result indicators. Secondary contributions of LEADER to various rural development focus areas are estimated using sampling techniques.

Qualitative methods are used to triangulate quantitative findings. In case of other evaluation topics, such as the delivery of the LEADER method or the LEADER added value, mostly qualitative approach will be applied. It is important to recognise that the counterfactual is also a suitable tool to see programme effects caused by LEADER and can be used in quantitative, qualitative and mixed approaches. In countries where only parts of the territory are covered by LAGs, control groups could be selected within the same region with similar characteristics as the territory covered by LAGs. In “LEADER mainstream” countries (where the whole territory is covered by LAGs), LAGs with similar characteristics and different types of operations could be compared when assessing RDP LEADER effects.

Specificities of TA and the NRN

Specific interventions such as TA and NRNs often require specific considerations in the selection of both the evaluation approach and the methods. Although mixed approaches are proposed, in the majority of cases qualitative methods will be applied (focus groups, interviews, case studies, etc.), accompanied by the assessment of monitoring data. More information is provided in this respect in the NRN evaluation guidelines.

Further reading

Capturing the success of your RDP: guidelines for ex post evaluation of 2007-2013 RDPs, Chapter 4, Part II, e[nrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html](https://metisvienna.sharepoint.com/Freigegebene%20Dokumente/9_TWG/9.1_TWG_01_rep2017/4_Content/2_2nd%20draft/Delivered%20by%20experts/nrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html)

* 1. Establish the evidence for evaluation
     1. Review data requirements for the chosen methods

|  |
| --- |
| High quality and timely available data is essential in order to apply suitable methods to accomplish all required evaluation tasks and to obtain robust evaluation findings. While different methods have different data needs, the evaluator also has to develop strategies to overcome these data gaps. |
| Recommended working steps   * **Check the availability of data for all common, additional and programme-specific indicators and of financial data:** Identify data gaps (quality and availability). In case the data for certain common indicators are missing and cannot be obtained in a cost effective way, proxy indicators should be used. * **Check the availability of data to calculate target values of indicators:** Examine if the data to calculate target values is in place. Some expected values, e.g. expected leverage of investments, should be set after specific research work has been carried out. * **Decide which data is needed to calculate the net values of result (in 2017) and impact (in 2019) indicators and check their availability**: In this step, the data to conduct the counterfactual, and calculate net values of indicators in line with the selected methods, and additional data needed to answer the EQ, should be identified. This contains also the data for control groups, relevant sector data or any type of data which is needed for applying selected evaluation methods. Existing sources/databases of required data should be identified and assessed for their suitability in the RDP evaluation. * **Make the necessary arrangements for ensuring data availability:** Existing data might not be in the format required for the RDP evaluation. Therefore, it is necessary to make arrangements to obtain data for the evaluation from existing databases, e.g. contract data providers, agree on data sets in a specific format, apply legal procedures if necessary, etc. * **Decide if additional data needs to be collected:** In case existing databases do not satisfy the evaluation needs, additional data shall be collected. Data for beneficiaries can be collected via the existing monitoring system. For control groups surveys can be carried out selecting the samples in line with the chosen evaluation method. * **Propose adjustments of the monitoring system in order to make it better fit for evaluation:** A monitoring system, which collects data on beneficiaries and allows for this data to be used for the purpose of evaluation, is a cost effective tool to obtain data even for common and programme-specific result and impact indicators. As such, it can be used as a source for counterfactual analysis providing data is in a suitable format and time. |
| **Expected outcome**: inventory of existing data sources, data gap analysis, arrangements for data provision and access. |

Evaluation tasks and data needs

Data requirements for evaluations are linked to evaluation tasks and evaluation needs, which are expressed in the form of EQs answered by means of indicators. As such, data requirements are rooted in the intervention logic of the programme and its objectives, which address the “why” and “how” of the policy. The “why” describes the policy need and, to some extent, sets the quantified targets of the policy/measure. The “how” addresses the way by which instruments and resources will be used to achieve targets.

The following table presents the evaluation tasks to be reported in the AIR 2017[[64]](#footnote-65) and respective data requirements.

1. Evaluation task and data needs in 2017

| Evaluation tasks | Types of data needed / Relevant data needs | Time to collect | Legal Base |
| --- | --- | --- | --- |
| Assessment of the information and progress towards achieving the objectives of the programme: reporting and quantification of programme achievements, in particular through the assessment of the complementary result indicators and relevant evaluation questions | Data to calculate gross and, whenever possible, also net values of result indicators (complementary result indicators, target indicators expressed in ratios, additional indicators, and programme-specific indicators)  Additional data & information needed to answer focus area- related EQ and EQ related to other RDP aspects | Since the programme start | Commission Implementing Regulation (EU) No 808/2014, Annex VII, point 7 |

Types of data in RDP evaluation

The following table provides an overview of the different types of data used in the evaluation of RDPs.

1. Types of data used in rural development evaluation

| Data | Sources of available data sets | Provider | Availability | Necessary arrangements |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Primary data on beneficiaries | Operations database/monitoring | Paying Agency | Yes, without additional costs | None |
| Surveys | Evaluators | Yes, with additional costs | Evaluator prepares and conducts the survey |
| Income statements | Tax office | Yes, with additional costs | Agreement with the tax office |
| Primary data on non-beneficiaries | FADN (ensuring anonymity) | Member States responsible body | Yes | None |
| National/regional statistics (ensuring anonymity) | Statistical office | Yes, no additional costs | Request for data sets |
| Surveys | Evaluators | Yes, with additional costs | Evaluator prepares and conducts the survey |
| Secondary data on beneficiaries and non-beneficiaries | FADN | EU | Yes | None |
| National/regional statistics | Statistical office | Yes, no additional costs | Request for data sets |
| Surveys | Evaluators | Yes, with additional costs | Evaluator prepares and conducts the survey |
| Other data | Research reports | Research institutes | Yes, with additional costs | Contract with the research institute |
| Other reports | NGO | Yes, with additional costs | Contract with the NGO |

Evaluation methods and data needs

The evaluation approach and methods chosen have consequences on data needs, as the data availability has implications on the selection of methods. The following table provides an overview of data requirements in relation to selected methods.

1. Methods and related data needs (example)

| Method | Data needs | Existing data sources/providers  (links if possible) | Arrangements to ensure access (if needed) | Data gaps /collection by evaluator |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Quantitative | | | | |
| Micro Methods | | | | |
| Counterfactual surveys | The micro-level data may consist of bookkeeping data, survey data or both. Collected data should clearly identify programme beneficiaries and the level of support they received from individual RDP measures (e.g. measure X, etc.). Ideally, a micro-level data panel should comprise no less than 150 beneficiary enterprises, farms or holdings for each of the analysed measure (or group of measures) and 2-3 times more for non-beneficiaries. | Data at micro-level (from beneficiaries and non-beneficiaries) should be collected on the basis of secondary data and/or own surveys. The FADN database combined with an anonymous data from the Paying Agency can be used for this purpose.  <http://ec.europa.eu/agriculture/ricaprod/> | Arrangements carried out with Liaison Agencies:  <http://ec.europa.eu/agriculture/ricaprod/liaisonagency_en.cfm> | Data on support from other programmes from the relevant authorities or the single Paying Agency. |
| Tracer surveys | Tracer studies address businesses, workers and trainees and attempt to trace through time the changing status of the survey’s subject and record the time span of staying in a specific status. | Primary data collection | No access rules applied | All data to be collected by evaluator. |
| Macro Methods | | | | |
| Input-Output (I-O) and related techniques | I-O data needs include a regional I-O model and RDP expenditure distinguished into demand for the product of model economic sectors and data on the change of productive capacity attributed to RDP projects. In the case of a Social Analysis Matrix, data needs include a regional (rural) I-O model, data specific to disaggregation of economic activities, production and households, and inter-institutional and factor-institution flows. | National I-O tables from Eurostat.  <http://ec.europa.eu/eurostat/web/esa-supply-use-input-tables/data/database> | No access rules applied | National account, Consumer Expenditure Surveys and FADN data to complement the I-O and produce the SAM |
| CGE models | For Recursive Dynamic CGE model, data needs are more specific to the construction of the model rather than the RDP model input. | Does not apply, unless ready to use CGEs are used like the GTAP of Purdue University at:  <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/> | No access rules applied | I-O Table, National accounts, Consumer Expenditure Survey, Labour Force Survey and FADN data |
| Mostly Qualitative | | | | |
| Focus groups and elite interviews | Focus groups and elite interviews are used when the evaluator aims at recording informed opinions by key stakeholders either through common participation and interaction (focus group) or individually (elite interview). | Does not apply | No access rules applied | All data to be collected by evaluator. |
| Mixed | | | | |
| Quality of Life and of Local Governance, and Satisfaction Surveys | Surveys targeting quality of life in rural areas mainly refer to the provision, access and use of services and utilities. Local governance studies and life satisfaction surveys may also support the quality of life evaluation. | There is existing roll on surveys at the global as well as European scale. The problem is that they rarely distinguish between rural and urban areas and, of course, it is difficult to isolate net effects. | Eurostat SILK rules apply for anonymised data but the country-level samples are relatively small.  The OECD does not provide access to micro-data. | All data to be collected by evaluator. |

Addressing data gaps

Data gaps may be caused by a variety of reasons: no systematic data collection, the data is only available for limited levels (e.g. national, but not regional), missing data-sets on certain context indicators (e.g. environmental indicators).

There are different ways to address data gaps. Typical approaches include additional research and surveys, use of additional databases (e.g. national and regional statistics) or a more intensive use of qualitative methods as an alternative to hard data. However, the most effective and proactive approach to deal with data gaps is to construct baseline databases and establish the necessary data infrastructure from early stages of programme implementation/development. Unless defined otherwise, data is collected primarily by evaluators.

The requirements for evaluations in the current programming period underline the need for Member States to put in place the necessary procedures for data collection and management for evaluations[[65]](#footnote-66). Managing Authorities are well advised to incorporate any data needs related to programme-specific elements in their monitoring and evaluation systems as early as possible.

Costs

To collect additional data is costly. Therefore, it is important that stakeholders (mainly Managing Authorities) know well all the existing data sources at EU, national and regional level and are able to provide arrangements to bring them to the required format. The need for additionally collected data by evaluators affects the evaluation budget.

Role of stakeholders in ensuring data availability

Several stakeholders should be involved in ensuring the availability of data for RDP evaluations. The communication among them should be ensured mainly by the Managing Authority or by the evaluation steering group, if established. The following table offers an overview of how these stakeholders can support data availability and quality.

1. Evaluation stakeholders and their role in ensuring data availability and quality[[66]](#footnote-67)

| Stakeholder | Description of role in the data management and collection |
| --- | --- |
| Managing Authority | * Draw up a detailed evaluation plan with the monitoring and evaluation system * Ensure a secure electronic system and a monitoring system for all common and programme-specific indicators * Establish appropriate data infrastructure, including the necessary resources for collecting, storing and updating data * Establish clear and transparent data collection and management procedures * Screen all available data sources, communicate with providers, and make arrangements that data is available in a specific format and with a sufficient level of quality needed for the RDP evaluation * Ensure also communication among data providers * Establish the processes for ensuring timely implementation of evaluations and reporting on them * Design a good concept note and Terms of Reference taking into account the available budget for evaluation, the evaluation scope and the preferred evaluation approaches * Ensure early involvement of data providers (national statistical office, relevant ministries, research institutes, etc.) in monitoring and evaluation from the planning stage |
| Paying Agency | * Establish clear and transparent procedures for the recording of monitoring information on applications, supported projects, payments and control * Operations database * Set up simple, transparent and fast procedures for the Managing Authority’s and the evaluator’s access to data * Establish a common data system to facilitate access to data or an interface to facilitate the transfer and handling of data between the Paying Agency and the Managing Authority * Ensure a link to other databases, if required |
| Evaluation Steering Group (if established, otherwise Managing Authority) | * Facilitate and coordinate stakeholders’ consultation for the evaluation * Establish a process for checking and ensuring the relevance of monitoring and evaluation activities to programme needs * Ensure a Steering Group composition of experts on evaluation and rural development with experts who can provide advice on data availability, information and relevant contacts to evaluators * Potentially involve beneficiaries in the Steering Group to facilitate access to micro-data and contacts of evaluators with beneficiaries |
| Working Groups (if established) | * Ensure that working groups are composed of thematic and specialist experts so that they can advise evaluators on specific sectoral data availability (e.g. environmental issues such as water protection or nature conservation) and other data issues (e.g. on LEADER delivery) * Establish thematic working groups according to the needs of each evaluation in order to enhance its quality |
| LAGs | * Establish processes for bringing the LAG local knowledge and contacts to the service of the evaluation * LAG level operations database * Establish processes for feeding into the self-assessment and the outcomes of CLLD strategy into the evaluation * Encourage the participation of LAG members in the evaluation steering groups |
| NRNs | * Establish an effective and transparent system for disseminating evaluation results * Facilitate contacts and provide advice to evaluators on alternative data sources and other data requirements * Establish mechanisms to transfer knowledge on monitoring and evaluation from one country or region to another, including the provision of capacity building to evaluators * Develop a system for the establishment of regional proxies when only national data is available for indicators |
| Regional governments and agencies | * Establish a process of communication with the Managing Authority and Paying Agency to provide help in addressing any data requirements * Adapt their data collection systems to the monitoring and data collection requirements of the RDPs and feed them into or build an interface with the Managing Authority's systems |
| Data providers | * Provide data of relevance to RDPs and the results of research on relevant topics to evaluators * Provide expert knowledge and even collect specific monitoring data for the Managing Authority (possibly on a contractual basis) * Encourage the participation of data providers in evaluation steering groups and/or the Monitoring Committee |
| Evaluators | * Ensure capacities and expertise appropriate to the evaluation type and topic * Set up evaluation teams with capacities to implement the necessary evaluation methods (quantitative, qualitative) * Establish a continuous interface with the Managing Authority for the timely collection of data, the identification of data gaps and solutions to bridge them * Evaluators often have considerable experience with data collection and access to different data sources. Such experience can be brought into the evaluation teams to address any difficulties to access data. |

Specificities of LEADER

Data on operations implemented through the CLLD strategy are collected via the LAG level operations database for output indicators and for target indicators for the focus areas to which operations have secondary contributions. The challenge will be to collect data which relate to complementary result indicators or additional indicators used to answer focus area-related EQs where CLLD strategy´s operations are contributing. In this case, sampling will need to be applied and the data will be collected through surveys on the CLLD strategies beneficiaries at the LAG level.

In the case of the CLLD strategies specific intervention logic, the LAG should develop feasible indicators and ensure the data collection itself.

Specificities of TA

It is expected that mainly qualitative methods will be used in the evaluation of TA actions. This will require collecting mainly information from RDP stakeholders using qualitative tools, such as interviews, surveys, focus groups, etc. Data on accomplished actions divided by type and information needed in the assessment may be collected by programme authorities and used by the evaluator in addition to qualitative information.

Specificities of the NRN

In the case of the NRN, the data on activities implemented via the action plan will be used from the monitoring system. The evaluator will have to use a sample in order to obtain data for NRN-specific result indicators. In addition, it is expected that qualitative information will be collected and analysed using qualitative methods. More information will be provided in this respect in the Guidelines on the evaluation of NRNs.

* + 1. Manage and collect data for evaluation

|  |
| --- |
| The fundamental condition of effective data management is the establishment of functioning and solid databases, which allows for the collection of high quality data in a timely and available fashion. For each evaluation exercise it is important to create a database, which starts with the baseline data concerning all common and programme-specific indicators (context, output, results, including the complementary result indicators, targets, and financial data) on both RDP beneficiaries and their control groups. The baseline database needs to be linked and harmonised with the monitoring system (operations database), which collects both monitoring and evaluation data on beneficiaries. |
| Recommended working steps:   * **Allocate clear data collection responsibilities in order to clarify who is responsible for the collection of various types data for indicators** (Context, Output, Result-Target, Complementary Result, and Impact): * collecting primary disaggregated data at application level, or through the payment request after project finalisation * transmitting or uploading disaggregated data at pre-defined time and frequency * inspecting data for abnormal and missing values (quality control) * aggregating data according to spatial units and the Member State level * storing data * **Allocate clear data retrieval responsibilities:** Many indicators (e.g. impact indicators) demand data from Eurostat supported by national statistics. Other evaluation exercises may require anonymised data from European‑wide Eurostat surveys, e.g. the FADN in order to establish counterfactuals or a simple sampling frame. At this stage, the Managing Authority should consult sources from Eurostat and national statistics: * retrieving data aggregated or disaggregated at pre-defined time and frequency; * inspecting data for abnormal and missing values and communicating with the relevant statistical authorities; * storing data and producing a metafile with the information concerning data. * **Decide on the necessary primary surveys to be conducted by the evaluator:** At this stage, the evaluator should have a clear idea of which data are not collected via databases but are necessary to be collected. There will be secondary or unintended effects, which may be judged as non-important and for which a decision not to collect data is made. Field surveys (of any kind) are expensive and time consuming so, make sure that the data under consideration cannot be retrieved from statistical sources and you cannot utilise a secondary analysis of recently collected data. At this stage you should decide on: * The scope and objectives of the survey; * The type of the survey (qualitative-quantitative) taking into account the evaluation methodology chosen; * Statistical data which may serve as a sampling frame (e.g. FADN); * Opportunities to merge surveys and minimise the time and cost. * **Plan field surveys**: Field surveys should be planned as early as possible because much of the required baseline data may be retrieved at the time of application. * **Plan qualitative exercises:** Most qualitative survey exercises are based on key actors and informed agents. During the time of the programme’s public consultation or the implementation of its various measures, the relevant authorities may have spotted key persons to be included in focus groups, experts to be consulted via in-depth interviews or simply members of key stakeholders that have followed the evolution of the programme and thus can express an informed opinion. All this contact information should be kept in a database of “potential” participants to qualitative studies. * **Monitor the database:** The database will require the cooperation among local and regional authorities, various agencies and the central Managing Authority/Paying Agency. The flow of data that are regularly collected or retrieved and the data from surveys should be monitored with milestones starting from the time an AIR should be delivered and going backwards. Close monitoring will flag delays, inconsistencies and lack of clarity in responsibilities very early in the data collection process. For each indicator and for each planned survey there must be an electronic system that will inform and alert the evaluators of any delays or abnormalities. Thus there will be enough time to take corrective action for either the flow of data or its quality. * **Create and maintain a dynamic database:** Database management and maintenance including security of personal data is of the outmost importance. The evaluators should have access to this database limited with the competence of the given RDP and liaise with database managers. |
| **Expected outcome:** databases and data management for evaluation |

Databases as the basis for proper data management

The evaluator should examine if a specific evaluation task can be accomplished by making use of the existing data sources, or if additional data needs to be collected. Additional data might be retrieved from other existing databases, may be collected primarily for the purposes of the evaluation, or may be obtained in the combination of both. For example, the values of impact indicators are collected from EU, national and in some cases regional databases. The dynamic link with these databases can facilitate the data availability.

Finally, the response to certain EQ and definitely a response to the question of RDP’s effects may require targeted evaluation research based on counterfactuals (net effects) or macroeconomic modelling (economy wide effects). This calls for a well-planned and tightly monitored system of data collection, data retrieval and survey implementation sets a framework of a dynamic and evolving data management system.

The baseline database should be solid, but at the same time allow for adjustments which may become necessary due to changing data needs across the programming period. For example, programme-specific indicators could be modified or added at later stages of programme implementation. This also means identifying and collecting more types of data through existing databases and to have a well-functioning and flexible data management system.

Data primarily collected for the evaluation or accessed from existing databases, together with the baseline database, form a dynamic database which will feed the evaluation process with appropriate data. In the dynamic database, data will be collected across time respecting a panel of indicators. This database will also allow adding data in order to facilitate the evaluation of the RDP’s indirect and unintended effects and provide links with other databases, such as Geographic Identification Systems (GIS), national/regional statistics, etc. to respond to more complex data queries. The following figure provides a decision-making flow for data requirements respecting the purpose of the evaluation.

1. Decision-making process for data requirements and data management.



Source: European Evaluation Helpdesk for rural development, 2015

Further reading

Commission Implementing Regulation (EU) No 808/2014, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/ALL/?uri=CELEX:32014R0808>

FADN Database (Eurostat),

<http://ec.europa.eu/agriculture/ricaprod/database/database_en.cfm>

National I/O Tables Database (Eurostat), <http://ec.europa.eu/eurostat/web/esa-supply-use-input-tables>

GTAP Database, Purdue University, <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/>

EU SILC Database on subjective well-being (Eurostat), <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Quality_of_life_in_Europe_-_facts_and_views_-_overall_life_satisfaction>

OECD “How is Life” Database, <http://www.oecd.org/statistics/how-s-life-23089679.htm>

Gallup-Healthways Global Well-Being Index, [gallup-healthways global well-being index 2015](file:///C:\Users\Lenovo\Desktop\2_2nd%20draft\Delivered%20by%20experts\gallup-healthways%20global%20well-being%20index%202015)

1. CONDUCTING THE EVALUATION

While the preparation and structuring phase of the evaluation are primarily led by the Managing Authority (sometimes with the help of an evaluator) the conducting phase is mainly carried out by the externally contracted evaluator.

The conducting phase includes observing, analysing and judging (whereas structuring has been explained in the previous chapter). The evaluation steps can be further broken down into sequences, separated by different interim deliverables (Interim Report, Draft Final Report, etc.). The ultimate aim is that the evaluation is carried out based on good quality data, appropriate observations, an effective analysis of the policy results and impacts (through sound answers to the EQs), and accurate judgements, conclusions and recommendations.

* 1. Observing

|  |
| --- |
| In this phase, the evaluators must proceed with the collection of relevant information and data. The critical point will be the definition of tools and approaches for gathering the information to bridge any identified data gaps. The data management system should provide the evaluators with the necessary data. Evaluators are responsible to link monitoring data, data from other sources[[67]](#footnote-68) and primarily collected data, employing various tools and techniques. |
| Recommended working steps:   * **Create the tools needed for the quantitative and qualitative analysis:** interview guides, questionnaires, queries for extractions from databases, requests for maps, guidelines for case studies, and any other data collection instrument that the contractor deems appropriate. * **Collect data and qualitative information needed for answering EQs:** databases, studies, people to be interviewed, appropriate case study areas, etc. * **Describe the process of programme implementation:** composition of programmes, priorities and target levels, and budget. * **Summary of the outputs:** Evaluators present the aggregated and quality-checked values for each of the common and programme-specific indicators. |
| **Expected outcome**: Data and information for evaluation |

Create the tools needed for the quantitative and qualitative analysis

During the observing phase, the evaluators use the data files to calculate values for common and programme-specific indicators in line with the chosen evaluation methods. This process, however, can only happen if data on beneficiaries exists. In other words, the observing phase cannot be completed fully without sufficient RDP uptake!

As the final objective is to answer all EQs, evaluators should avoid collecting unnecessary data. Generally, the choice of data should be guided by the relevance of the variables for the assessment of achievements and the costs resulting from the planned investigation. For this reason, it is necessary to coordinate planning of data-gathering along with data-processing.

Many Member States have recently established more coordinated procedures for data management for the new programmes. In these procedures, both managing authorities and evaluation advisors have worked together on data management schemes. The workability of these databases should be appraised before real data is integrated. Glitches should be addressed as a matter of urgency.

A separate document contains templates for answering CEQ no 1 – 21. These templates provide among other things, the guidance with respect to the type and volume of data to be collected for the assessment of indicators and answering EQs.

Quantitative data

In the observing phase data is collected for the following groups of indicators:

|  |  |
| --- | --- |
| Context indicators (macro-data for RDP level) | * Member States should collect data to quantify the context indicators (including impact indicators, which are part of the set, proxies agreed with the Commission and programme-specific context indicators that have been used in the description of the programme area). * Data collected for context indicators are macro-level data (RDP, regional or national levels) and are used in the assessment of programme impacts (this includes netting out the respective impact indicators). * Data for context indicators are collected from EU level databases[[68]](#footnote-69) or national/regional databases, on an annual basis, independently of the programme uptake. |
| Input and output indicators | * Micro-data collected at the unit level (farm, community, business) for beneficiaries. Is collected via the monitoring system (operations database). * Input indicators are linked to the RDP financial allocation and payments for individual measures, activities and operations. * Output indicators are linked to the basic description of the RDP implementation (number of beneficiaries, number of supported operations, etc.). * These are also used to calculate indicator values for some target indicators. * Application forms, payment requests, standardised monitoring tables and other formats are used to collect data and are included in the monitoring system. The structure of these forms and the decision on which data shall be collected (monitoring and evaluation) was part of the evaluation preparation and structuring. |
| Result indicators (micro-data at unit level) | * Data for result indicators are micro-data, which are collected at the unit level (farm, community, business) for beneficiaries and non-beneficiaries. This data, if properly standardised, can be aggregated to get gross values. * The operations database is used to collect data for result-target indicators on beneficiaries, and to identify the populations for assessment of secondary contributions and complementary result indicators. However, there is always the need for additional data to be collected by the evaluator (data on non-beneficiaries and data that covers the period after the implementation of the project, and data to calculate values for complementary result indicators). * In line with requirements of specific evaluation methods, the data at micro-level should be collected on the basis of secondary data (if available) and of surveys. * The earlier the collection of data starts in the RDP implementation, the better for ensuring data timeliness. * This includes also secondary contributions and synergies. For practical reasons, it is important to automatise this system as much as possible, and ensure the electronic submission of the above mentioned forms. In optimal case all of this information is within a dynamic database, described in the chapter 6.2. |
| Impact indicators  (micro- and macro-data at RDP, regional, national levels) | * Collection of data for impact indicators depends on the approach selected to net out the impacts. In case the evaluators net out impacts using the micro-level data on units/farms – for both beneficiaries and control groups, which is needed for micro-level analysis, which can then be aggregated/extrapolated to the RDP level. For beneficiaries, data can also be collected via operations database, or as for non-beneficiaries based from existing statistics (EU – e.g. FADN, national, regional). In case the evaluators will apply netting out impacts based on macro-data collected at the administrative unit level, they will use mainly statistical data. In this case, the NUTS 3-5 level might be the lowest macro-level where effects of the RD support can be estimated (based on the situation in data availability in Member States)[[69]](#footnote-70). |
| Data for output and result-target indicators on beneficiaries are collected on an ongoing basis via the monitoring systems, along with the application forms and payment requests and used on an annual basis by Managing Authorities in the AIR. Data for complementary result indicators, secondary contributions and non-beneficiaries are usually collected during the evaluation process (FADN, national/regional statistics, etc.) | |

Qualitative data and information

Apart from quantitative data, also qualitative information shall be collected by the evaluator during the observing phase, using interviews, focus groups, case studies, etc. For this purpose, tools to collect qualitative data and information are developed by the evaluator. As in the case of quantitative data collection, it is important to:

* ensure the utility/relevance of the collected data to answer the EQs (check judgement criteria); and
* ensure that qualitative information collected on beneficiaries can be paired with the information collected on non-beneficiaries to ensure the counterfactual and netting out of the programme effects.

It should be noted that qualitative data collection aims to provide the evaluation with empirical information around the vision of certain entities and leaders of opinions, about the objectives, (potential) results and effects of the programme.

Description of the process of programme implementation

Relevant information concerning the description of the process of programme implementation, composition of programmes, priorities and target levels, budget, financial and physical execution, major modifications to the strategy, structure and resource allocation, shall be collected and ensured by the evaluators.

For this step it is considered essential to conduct interviews in the initial phase of the evaluation, including representatives of the Managing Authority and the respective technical teams.

Summary of the outputs

Evaluators present the aggregated and quality-checked values for each of the common and programme-specific indicators and properly substantiated views on the progress observed or deviations occurring during the evaluation period. The aggregated values must be in harmony with what is foreseen in the templates for CEQs (to be published in a separate document) and the WD Complementary Result Indicator fiches for Pillar II.

* 1. Analysing

|  |
| --- |
| The key task of this phase is to process and synthetize all available data and information in a systematic way, with the view of assessing the (net) effects of the RDP interventions while considering them at both the beneficiary and RDP territory levels. This means, analysing the collected quantitative and qualitative evidence in order to assess the effects, taking into consideration the baseline (CCI) and the trends over the programming period. |
| Recommended working steps:   * Introductory qualitative analysis * Formulation of testable hypotheses regarding potential programme effects * Testing and verification of hypothesis * Calculation of result indicator values at the micro-level (common, additional and programme-specific) and the validation of the values of target indicators * Identifying programme net-results * Considering the additional contributions of the RDP’s operations to focus areas in the calculation of result indicators |
| **Expected outcome**: calculated values of indicators (gross, net) |

For 2017, the result indicators will be in the form of gross and/or net values depending on the indicator form and data availability. As a minimum requirement for reporting on the evaluation in 2017, the complementary result indicator R2 "Change in agricultural output/AWU" should be presented in the net value[[70]](#footnote-71). For the remaining complementary result indicators, the minimum requirement is to calculate gross values, even though net values could be presented as a good practice (however, net values will have to be given for all the complementary result indicators in the AIR 2019). Guidance on the calculation of net/gross values is provided in templates for answering CEQs, published in a separate document.

The netting out of indicators implies that there is sufficient data collected on beneficiaries and non-beneficiaries in the system[[71]](#footnote-72). Only under this condition will it be possible to compare control groups and net out the results observed and answer the EQs foreseen for 2017 (focus area-related) and beyond (all). This will also influence the assessment of achievements and enable collecting sufficient evidence to answer all the EQs in the same way.

Net assessment of programme results including disentangling of programme effects from other intervening factors[[72]](#footnote-73)

The net assessment of the RDP’s results is an integrative task. Transverse and various types of indirect effects are most likely to occur, and the evaluation design has to take this into account. Furthermore, numerous exogenous factors may influence a given result indicator observed at the micro level. The task to separate the programme-born effects from other intervening factors is specifically critical concerning environmental results, where there is still a lot of uncertainty about methods to determine the proper scale of appraisal (micro or regional/local) and to derive appropriate counterfactuals[[73]](#footnote-74).

Given the above, there are three key methodological challenges:

* The requirement to assess, wherever possible, programme results against their counterfactual, i.e. calculating the changes that would have occurred without the specific programme intervention;
* The requirement to estimate the net effects of the programme, by netting out deadweight, leverage, substitution effects, etc.;
* The requirement to construct a data and information collection, which allows for the unbiased computation of the effects as stipulated above.

The evaluators’ task is to establish a logical series of steps that connect the data derived from the database and other sources to the chosen analytical models in a way which responds to all the expected effects in the evaluation process:

* direct and indirect effects: expected and unexpected (positive and negative);
* secondary contributions of operations to FA: expected and unexpected;
* synergies and transverse effects[[74]](#footnote-75).

These steps will be framed by the type and combination of measures and the availability of relevant context, input, output, and result indicator data/information and their ability to appraise the programme results and impacts at later stages of the RDP’s implementation. In some cases, quantitative data is available to estimate the RDP’s results. In other cases, missing quantitative data must be replaced with qualitative evidence. Moreover, the quantitative data should be triangulated with qualitative research, as it is proposed in these Guidelines.

An example of the steps applicable in the assessment of RDP results is presented below:

Step 1: Introductory qualitative analysis

Introductory qualitative analysis (e.g. via application of theory of change) could be applied at the beginning of an evaluation process in order to reflect on various possible expected or unexpected, positive or negative effects of a RDP. If so, after linking it with the programme intervention logic, the evaluator may identify the magnitude and the scope of “observed” gross programme effects which at a later stage should be subject to more rigorous quantitative verification using causal inference approaches. The main aim of this introductory qualitative analysis is the prioritisation of the different potential programme effects by indicating and selecting those which, in view of the RD stakeholders and policy makers, are expected to make the biggest “change” in comparison with a situation “without” the programme (in AIR 2017 to be reported at the micro-level only). Clearly, at the first stage of the evaluation, the preliminary qualitative assessments are essential because they can provide an invaluable insiders’ perspectives on a programmes performance especially with regard to its unintended results or direct and secondary effects. Stage 1 is also consistent with the approach recommended in order to develop PSEQs (see Chapter 5.2.3).

Step 2: Formulation of testable hypotheses regarding potential programme effects

At this stage CEQs and judgement criteria linked to the assessment of the expected results at the micro-level should be complemented with PSEQs and respective judgement criteria, result indicators, and testable hypotheses derived from Step 1.

Step 3: Testing and verification of hypotheses

Under this step, the above-mentioned hypotheses have to be tested and/or verified using methodological approaches based on causal inference. At this stage it is important to use previously collected result indicators to enable a robust analysis of the most important expected or unexpected, positive or negative and secondary programme effects grouped under economic, social and environmental domains. Such testing can only be carried out under rigorous evaluation methodologies inter alia using credible counterfactuals.

The main components of Step 3 are as follows:

* Defining the outcome variables (in economic, social and environmental domains). The analysis can be conducted with as many outcome variables as there is sufficient data for. The analysis can be extended not only to cover direct effects, but also secondary effects, and positive, negative, expected and unexpected effects.
* Defining the time dimension. For example, by comparing an average 2012-2013 (i.e. reflecting situations prior to the current programme) with 2016 (i.e. situation to be reported in AIR 2017).
* Applying suitable methodologies for finding credible control groups (a preference should be given to the application of both quantitative and qualitative methods). A suitable control group should be found for each type of effects analysed.
* Computing an average outcome effect for the group of programme beneficiaries.
* Computing an average outcome effect for a comparable control group.
* Calculating the expected or unexpected, positive or negative effects of the programme (for each outcome variable separately). Average Treatment Indicators (see definition below) can be applied to assess both programme direct as well as secondary effects – positive and negative.

Step 4: Calculation of specific programme indirect effects at the micro-level[[75]](#footnote-76)

Indirect effects are usually a derived causal consequence of programme direct effects at the micro-level (e.g. deadweight loss, leverage effects, or substitution effects) and at the macro or regional level (e.g. multiplier effect, displacement effect, etc.). Both types of indirect effects can be intended or unintended.

Due to the focus of the AIR 2017, the analysis of the programme results covering the period 2014-2016 requires the calculation of programme indirect effects occurring at the micro-level only.

In general, a well-conceived evaluation design should be based on some verifiable hypothesis about whether programme indirect effects are present and why they exist. A typical feature of these types of effects is that they can make an overall economic, environmental and social effect substantially larger than direct effects alone. Yet, estimation and especially quantification of indirect effects may not be a trivial task (see the [Guidelines for the ex-post evaluation of 2007-2013 RDPs](http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/app_templates/enrd_assets/pdf/evaluation/epe_master.pdf)). Methodologies recommended for estimating deadweight, leverage, and substitution effects are described and illustrated in several other publications.

Abundant micro-economic data and advanced evaluation methodologies are crucial elements in a robust quantitative analysis of programme indirect effects. Additionally, it is recommended to complement quantitative estimates with qualitative information, e.g. by carrying out additional surveys focusing on specific issues (e.g. environmental), or interviewing programme non-beneficiaries that feel affected by the RDP implementation in order to find out a correct reference for a quantitative analysis.

Step 5: Identifying programme net-results

Programme results should be expressed in “net” terms, which means after subtracting the effects that cannot be attributed to the intervention, and by taking into account indirect effects (deadweight loss, leverage, substitution, etc.). The evaluator should specify in detail what elements have been accounted for when calculating programme “net” effects.

Evaluation of indirect effects is complex and requires advanced methods that can capture them. Most important, indirect effects are: multiplier effects, substitution effects and displacement effects (also see the Chapter 5 of PART II and the tool for qualitative appraisal of the RDP operation’s primary and secondary contributions in PART III).

**Considering secondary contributions of operations in calculating result indicators**

When calculating result indicators (complementary result indicators or target indicators) secondary contributions should be considered. The definition of secondary contributions can be found in chapter 5.1 of PART II of these guidelines.

Secondary contributions of operations to the value of each result indicator are estimated by evaluators using samples of beneficiaries who have flagged in the RDP’s operations database additional contributions of operations to focus areas other than those under which they have been programmed. With the exception of operations programmed under the environmental Focus Areas, namely FA 4A, 4B, 4C, 5D and 5E, where targets are set as a % of the area covered by contracts. These are counted for all FAs to which objectives they can contribute. Their multiplied contributions are already captured by the monitoring system and no further quantification of the target is needed during the evaluation.

For the other operations only significant additional contributions should be considered. For example, the beneficiaries of a given operation under measure 4, which is programmed under FA 2A, flag in the application form/payment request an additional contribution to FA 5B. The evaluator shall use the sample of those beneficiaries for the survey, assessing to what extent the operations implemented have contributed to the competitiveness of farms and to energy efficiency. Survey results should be aggregated and extrapolated and used to estimate the additional contribution at the level of the FA when calculating the respective result indicator.The evaluators should further distinguish these additional contributions in the total value of the indicator. The additional contributions of operations implemented under the LEADER/CLLD should be distinguished as well (See Annex 1 of the PART III).

* 1. Judging

|  |
| --- |
| The task of the judging phase is to interpret the evaluation findings, formulate answers to EQs on the basis of the judgement criteria and indicators. The conclusions and recommendations relate to the effects of single focus areas, as well as the programme as a whole. |
| Recommended working steps:   * Answer the EQs to be reported on in the AIR 2017, * Judge on expected results and identify the internal and external factors, which contribute to the success or failure of the programme objectives, * Draft conclusions as well as recommendations. |
| **Expected outcome:** Answers to EQs, conclusions and recommendations |

Answers to EQs must be based on sound evidence and accompanied by a critical discussion of such evidence. In this sense, evaluators shall discuss and interpret the qualitative information and data values for common and programme-specific indicators obtained from the analysis. Moreover, the evaluators need to consider the context (e.g. socio-economic situation, capacity of beneficiaries to co-finance projects). For example, where net values of indicators are very low or negative, a proper explanation shall be provided. Moreover, if certain focus areas, or a part of the programme has not delivered the expected results and impacts, an analysis of the reasons for these unexpected effects is necessary. In this respect, the evaluator will have to:

* Answer the EQs to be reported in the AIR 2017, taking into account the context. In the answer to these EQs the effectiveness and efficiency principles (obtained results and resources spent) should always be present.
* While answering, the evaluator has to carefully judge to which extent the programme contributes to achieving the expected results and identify the internal and external factors which contribute to the success or failure of the programme objectives. The additional contributions of operations implemented under the other FAs not belonging to the CEQ, and additional contributions of operations implemented under LEADER/CLLD should be highlighted in the answer to the evaluation question.
* Draft conclusions and recommendations appropriately substantiated by the findings.

In case the findings have limitations in their validity (e.g. in case of insufficient RDP uptake, or use of naïve evaluation methods) the resulting judgement should be critically reflected. During the judging phase, the evaluator also draws the conclusions and recommendations to improve the strategy (design and implementation of the RDP). The conclusions and recommendation should be based on the collected evidence and its robust interpretation, while being rooted in the answers to the EQs. The answers to the EQs, together with the set of conclusions and recommendations, are the core messages to be integrated in the AIR 2017.

Further reading

Capturing the success of your RDP: Guidelines for ex post evaluation of 2007-2013 RDPs, PART II, Chapters 2, 3, 4 and 5, <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html>

Handbook of the Common monitoring and evaluation framework 2007-2013 and Annexes, Annex 1, Guidance note B – Evaluation guidelines, <http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/eval/index_en.htm>

PART III - Annexes

Anexo 1 — Modelo SFC proposto para preenchimento do ponto 7 do RAE de 2017

Os RAE são apresentados pelos Estados-Membros à Comissão via o sistema eletrónico de intercâmbio de informações, utilizando o modelo SFC. Em 2017, o RAE incluirá também, no ponto 7, as informações resultantes das atividades de avaliação, incluindo a quantificação das realizações do programa através da avaliação dos indicadores de resultados (em especial, indicadores de resultados complementares) e das respostas às questões de avaliação pertinentes[[76]](#footnote-77). Por este motivo, o modelo SFC do RAE de 2017 incluirá, no ponto 7, quadros separados para:

1. As questões de avaliação comuns (QAC) relacionadas com a área de incidência, n.ºs 1-18,
2. As questões de avaliação comuns relacionadas com outros aspetos do PDR

* AT e RRN e QAC n.ºs 20 e 21
* Sinergias do programa e QAC n.º 19

1. As questões de avaliação específicas do programa (QAEP) relacionadas com a avaliação de:

* As áreas de incidência específicas do programa (a desmultiplicar de acordo com o n.º de áreas de incidência específicas incluídas no PDR)
* Os tópicos específicos do PDR (por exemplo, avaliação do mecanismo de execução)

As informações relativas à avaliação recolhidas nos quadros do modelo SFC para o ponto 7 resumem as questões de maior importância para os Estados-Membros e para a UE[[77]](#footnote-78). O ponto 7 do modelo de SFC:

* traduz e operacionaliza os requisitos do SCAA num formato viável;
* ajuda a evitar erros formais (por exemplo, a utilização errada de indicadores; a incoerência da lógica de intervenção com os elementos de avaliação; fontes de dados, mistura de valores brutos e líquidos, etc.);
* facilita a apreciação da validade e fiabilidade da avaliação dos resultados do PDR e da solidez e rigor das respostas às questões de avaliação;
* incentiva os intervenientes a fornecer informações-chave sintéticas decorrentes de relatórios de avaliação mais extensos, que possam ser utilizadas num formato de fácil utilização para os decisores políticos e o público mais amplo;
* ajuda a recolher e a sintetizar grandes quantidades de informação a nível da UE de forma transparente;
* oferece uma base sólida de informações para a síntese à escala da UE e para a comunicação de informações ao nível da PAC sobre as realizações e os resultados da política de desenvolvimento rural.

*As fichas metodológicas que mostram o modo de preenchimento dos quadros do modelo SFC para o ponto 7 – QAC n.º 1 a 21, constam do anexo 11.*

Os quadros abaixo apresentam:

* um exemplo de quadro do modelo SFC para o ponto 7 por preencher para responder à questão de avaliação comum n.º 4[[78]](#footnote-79)
* um exemplo de quadro do modelo SFC preenchido para o ponto 7 para responder à questão de avaliação comum n.º 4
* um exemplo de quadro do modelo SFC por preencher para o ponto 7 para responder à questão de avaliação específica do programa ligada à área de incidência específica do programa
* um exemplo de quadro do modelo SFC preenchido para o ponto 7 para responder à questão de avaliação específica do programa ligada à área de incidência específica do programa

1. SFC template for point 7 concerning Common Evaluation Question no. 4 (empty template)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| COMMON EVALUATION QUESTION No 4: “To what extent have RDP interventions contributed to improving the economic performance, restructuring and modernisation of supported farms in particular through increasing their market participation and agricultural diversification?” | | |
| 1. **List of measures contributing to the FA 2A**   **Primarily programmed measures/sub-measures:**  **Measures/sub-measures programmed under the other FAs which show secondary contributions to FA 2A**[[79]](#footnote-80)**:**  *[A maximum of 1,000 characters = approx. ¼ page – Mandatory]* | | |
| 1. **Link between judgment criteria, common and additional**[[80]](#footnote-81) **result indicators used to answer the CEQ**   *[Mandatory]* | | |
| **Judgment criteria**[[81]](#footnote-82)  *[Max. 255 characters]* | **Common result indicators**[[82]](#footnote-83)  *[Max. 255 characters]* | **Additional result indicators**[[83]](#footnote-84)  *[Max. 255 characters]* |
| **Agricultural output per annual working unit of supported agricultural holdings has increased** | **R2: Change in agricultural output on supported farms/AWU (Annual Work Unit)** |  |
| **Farms have been modernized**  **Farms have been restructured** | **R1/T4: Percentage of agriculture holdings with RDP support for investments in restructuring or modernisation** | **Percentage of agriculture holdings with RDP support for investments regarding modernization** |
|  |  |  |
|  |  |  |
| 1. **Methods applied**[[84]](#footnote-85)  * Quantitative methods[[85]](#footnote-86):   + 1. Reasons for using the method     2. Description of methods to calculate ratios, gross or net (if applicable) values of common and additional result indicators, or other indicators used (output, common context indicators)[[86]](#footnote-87)     3. Challenges in the application of described methods and solutions encountered * Qualitative methods:   + 1. Reasons for using the method[[87]](#footnote-88)     2. Description of methods used[[88]](#footnote-89)     3. Challenges in the application of described methods and solutions encountered   *[A maximum of 7,000 characters = approx. 2 pages – Mandatory]* | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1. **Quantitative values of indicators**[[89]](#footnote-90) **and data sources**   *[Mandatory]* | | | | | | | | |
| **Indicator** | | **Absolute value**[[90]](#footnote-91) | **Ratio value**[[91]](#footnote-92) | **Calculated gross value**[[92]](#footnote-93) | | | **Calculated net value**[[93]](#footnote-94) | **Data and information sources**[[94]](#footnote-95) |
| **Primary contributions** | **Secondary contributions, including**  **LEADER/CLLD contributions** | **Total value** |
| **Common output indicators**[[95]](#footnote-96) |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Common result indicators** | R1 – Percentage of agricultural holdings with RDP support for investments in restructuring or modernisation |  |  |  |  |  |  |  |
| R2 – Change in agricultural output on supported farms (numerator)[[96]](#footnote-97) |  |  |  |  |  |  |  |
| R2 –   1. AWU 2. (denominator) |  |  |  |  |  |  |  |
| R2 – Change in agricultural output on supported farms / AWU numerator/denominator |  |  |  |  |  |  |  |
| **Additional result indicators**[[97]](#footnote-98) |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Common Context indicators**[[98]](#footnote-99) |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| 1. **Problems encountered influencing the validity and reliability of evaluation findings**[[99]](#footnote-100)   *[A maximum of 1,750 characters = approx. ½ page – Non-mandatory]* | |
| 1. **Answer to evaluation question[[100]](#footnote-101)**   *[A maximum of 10,500 characters = approx. 3 pages – Mandatory]* | |
| 1. **Conclusions and recommendations[[101]](#footnote-102)** | |
| **Conclusion**  *[Approx. 1,000 characters - Mandatory]* | **Recommendation**  *[Approx. 1,000 characters – Non-mandatory]* |
| **C.1** | **R.1** |
| **C.2** | **R.2** |
| **C.3** | **R.3** |

1. Modelo SFC para preenchimento do ponto 7 relativo à questão de avaliação comum n.º 4 (exemplo)

Os quadros abaixo - modelo SFC preenchido para o ponto 7 - incluem exemplos de respostas à questão de avaliação comum n.º 4.

|  |
| --- |
| QUESTÃO DE AVALIAÇÃO COMUM N.º 4: «Em que medida as intervenções do PDR contribuíram para melhorar o desempenho económico, reestruturar e modernizar as explorações agrícolas apoiadas, em especial através do aumento da sua participação no mercado e da diversificação agrícola?» |
| **1**. **Lista de medidas que contribuem para a AI 2A**  **Medidas/submedidas programadas em primeiro lugar:  M4.1, M4.3, M6.3, M1.1, M2.1, M16.2**  Quadro 1: Nível de adesão por medidas programadas em primeiro lugar (até ao final de 2016)   |  |  | | --- | --- | | Medida | N.º total de operações | | M 4.1 | 295 | | M 4.3 | 50 | | M 6.3 | 68 | | M 1.1 | 25 | | M 2.1 | 480 | | M 16.2 | 0 | | Total | 918 |   **Medidas programadas no âmbito de outras AI que apresentam contribuições secundárias para a AI 2A**[[102]](#footnote-103)**:**  **AI 3A: M4.2, M9**  **AI P4: M9, M10, M11, M13**  **AI 5B: M4.1**  **AI 5C: M4.1**  Quadro 2: Nível de adesão por medidas com contribuições secundárias para AI 2A (até ao final de 2016)   |  |  | | --- | --- | | Medida | N.º total de operações | | M 4.1 (5B) | 75 | | M 4.1 (5C) | 51 | | M 4.2 (3A) | 208 | | M 9 (3A) | 39 | | M 10 (P4) | 300 | | M 11 (P4) | 180 | | M 13 (P4) | 375 | | Total | 1 228 |   *N.B. Os quadros supra incluem apenas operações/projetos concluídos. O nível de adesão e os montantes pagos no âmbito das operações não necessitam de ser indicados neste quadro. Esta informação é útil para calcular os indicadores com base nas operações realizadas no âmbito das contribuições primárias e secundárias das medidas/submedidas da área de incidência e em caso de utilização de métodos de avaliação avançados [ver ponto 3, alínea a), subalínea ii) no que respeita às medidas tidas em conta no cálculo do indicador R2 e dos indicadores adicionais]. A única informação obrigatória que deve constar do ponto 1 é a identificação das medidas que contribuem para a AI (contribuições secundárias).*  *[Um máximo de 1 000 carateres = aprox. ¼ de página — Preenchimento obrigatório]* |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de resultados comuns e adicionais**[[103]](#footnote-104) **utilizados para responder à QAC**  *[Preenchimento obrigatório]* | | |
| **Critérios de apreciação**[[104]](#footnote-105)  *[Máximo de 255 carateres]* | **Indicadores de resultados comuns**[[105]](#footnote-106)  *[Máximo de 255 carateres]* | **Indicadores de resultados adicionais**[[106]](#footnote-107)  *[Máximo de 255 carateres]* |
| **Aumento da produção agrícola por UTA das explorações agrícolas apoiadas** | **IRC (Indicador de resultados comuns) R2 — Variação da produção agrícola/UTA nos projetos apoiados pelo PDR** |  |
| **Modernização das explorações agrícolas - Reestruturação das explorações agrícolas** | **R1/T4 — % de explorações agrícolas com apoio do PDR para investimentos na reestruturação e modernização** | Percentagem de explorações agrícolas com apoio do PDR para investimentos na modernização |
| Melhor desempenho económico das explorações agrícolas devido à aplicação das medidas de DR supra (PDR específico) |  | Variação líquida do rendimento bruto da exploração agrícola (PDR específico) |
| Aumento da participação no mercado das explorações agrícolas devido à aplicação das medidas de DR supra (PDR específico) |  | Variação líquida das vendas/produção total (PDR específico) |
| **3. Métodos utilizados**[[107]](#footnote-108)  **a) Métodos quantitativos**[[108]](#footnote-109)**: Análise contrafactual, combinação de PSM e DID**   * + 1. **Razões para utilizar o método**   A razão principal da utilização do método reside na sua flexibilidade e possibilidade de aproveitar e utilizar os dados secundários existentes para verificar a causalidade das contribuições primárias e secundárias identificadas no que se refere às operações apoiadas. A análise contrafactual com recurso ao PSM+DID permite compensar os efeitos da medida e calcular a dimensão dos principais efeitos indiretos das intervenções a nível dos beneficiários diretos (efeitos de inércia e de alavancagem), que foram, muitas vezes, demonstrados na ligação com o apoio ao investimento.   * + 1. **Descrição dos métodos para calcular rácios, valores brutos ou líquidos (se aplicável) dos indicadores de resultados comuns e adicionais ou outros indicadores utilizados (realizações, indicadores de contexto comuns)**[[109]](#footnote-110)   No caso do indicador R1, o valor é extraído da base de dados operacionais do AP (indicador O4 cumulativo, dados comunicados quando a operação está concluída) e o rácio (%) é calculado com base no número total de explorações agrícolas no ano de referência para a área do PDR (Eurostat: IEEA).  O cálculo do indicador R2 e dos indicadores adicionais baseou-se nas operações realizadas no âmbito das medidas/submedidas enumeradas que tiveram uma utilização razoável — M2.1, M4.1, M4.3, M6.3. As restantes medidas que tiveram pouca ou nenhuma utilização até 31.12.2016 não foram tidas em consideração. As operações da submedida M4.1 programada no âmbito da AI 5B e da AI 5C, bem como as medidas programadas no âmbito da 3A e da P4, com contribuições secundárias para a AI 2A, também foram tidas em consideração para o cálculo de R2.  A avaliação foi realizada em 2 fases:  1.ª fase: estimativa das contribuições primárias das medidas do PDR diretamente imputáveis à AI 2A (ver quadro 1, exceto para a M1.1 e M2.1).  Tanto a amostra das explorações agrícolas apoiadas num dado período (2014-2016) no âmbito das medidas enumeradas no quadro 1 (participantes) como a amostra das explorações agrícolas que não receberam apoio das referidas medidas (não participantes) foram retiradas da base de dados nacional/RICA para os valores sobre a produção agrícola, a mão-de-obra — UTA e outros indicadores de resultados. Para reforçar a validade do processo de seleção, foram utilizadas algumas características da exploração agrícola adicionais para alcançar a maior semelhança possível entre ambas as amostras. O PSM foi aplicado para identificar um «grupo de controlo» adequado a partir da amostra de não participantes.  Os valores médios do indicador R2 foram calculados para o grupo de participantes e o «grupo de controlo» antes do apoio (ano de 2013) e depois do apoio (ano de 2016). Calculou-se o efeito médio do tratamento sobre os dados tratados (ATT), utilizando o indicador R2, e o efeito líquido no R2 (através da combinação dos ATT calculados com o método DID). Por último, calculou-se o valor agregado do indicador líquido numa zona abrangida pelo programa, mediante a multiplicação dos microrresultados médios calculados ao nível da exploração agrícola por um número de explorações agrícolas apoiadas (extrapolação).  2.ª.fase: estimativa da contribuição secundária das medidas cujo objetivo principal está associado a outra AI (ver quadro 2, por exemplo, o investimento em infraestruturas das explorações agrícolas, energias renováveis, eficiência energética), mas que também são suscetíveis de ter um efeito na reestruturação e na competitividade das explorações agrícolas e, por conseguinte, na produtividade do trabalho agrícola (R2).  As medidas a adotar na preparação de amostras de grupo para efeitos de correspondência estatística e os métodos de cálculo são os mesmos da 1.ª fase. Foram igualmente tidas em consideração amostras de beneficiários que executam as operações no âmbito da M4.1 programada no âmbito da AI 5B, AI 5C, e da M4.2 e M9 no âmbito da AI 3A.  3.ª fase: estimativa dos efeitos indiretos  Os efeitos de inércia e de alavancagem foram calculados apenas no âmbito da medida 4.1, utilizando dados para explorações agrícolas comparáveis idênticas (por exemplo, dimensão, localização, especialização, produção agrícola ou emprego semelhantes, etc.) e aplicando um indicador de substituição — valor dos investimentos por exploração agrícola para os cálculos do ATT (= efeito médio do tratamento sobre os dados tratados) combinado com o método DID para obter os valores do efeito de inércia. Foram adotadas medidas semelhantes, mas aplicando um indicador de substituição — transferências de verbas da exploração agrícola para pagamento de outras despesas relacionadas com atividade empresarial (por exemplo, aquisição de bens ou de terrenos, de novos edifícios, etc.), para calcular o efeito de alavancagem, medido entre os beneficiários diretos (abordagem de nível micro).   * + 1. **Desafios na aplicação dos métodos descritos e soluções encontradas**   O principal desafio consistiu na preparação das amostras de grupos de não participantes com a maior semelhança possível aos grupos de participantes, a fim de estabelecer um grupo de controlo não contaminado credível (eliminação da parcialidade da seleção). Trata-se de um desafio exigente do ponto de vista da classificação e da filtragem dos dados dado os grupos apoiados e de controlo não poderem ser expostos de modo diferenciado a outras intervenções.  O avaliador não pôde proceder ao cálculo dos valores do indicador R2 para as medidas baseadas na área P4 (M9, M10, M11, M13), relativamente às quais a correspondência adequada das amostras de grupo exigia dados adicionais não disponíveis sobre as características ambientais e os parâmetros de localização (altitude, perfil da paisagem, estrutura do solo, qualidade do solo, erosão do solo, utilização de fertilizantes e pesticidas, etc.). No caso da M13, verifica-se um problema extra no que respeita à identificação da amostra de não participantes, dado a grande maioria das explorações agrícolas localizadas na ACN pertencer a participantes e a sua comparação com outras explorações agrícolas em terras baixas dar resultados irrealistas. Ao deparar-se com um problema, a AG/OP tem instruções para expandir o SIPA mediante o módulo adequado do SIG, sendo as camadas de dados fornecidas a partir de sistemas autónomos de várias instituições estatais.   1. **Métodos qualitativos:**    * 1. **Razões para utilizar o método**[[110]](#footnote-111)   A opção foi complementar a avaliação quase experimental com as informações qualitativas recolhidas através de inquéritos às explorações agrícolas e debates nos grupos de discussão de partes interessadas e utilizar essas informações para sustentar as constatações da análise quantitativa e explicar, de forma razoável, o que funcionou melhor, por que razão e de que modo, e, também, fornecer uma compreensão da base para o topo dos padrões causais relacionados com as intervenções. Na fase final, os dados qualitativos possibilitaram uma formulação mais abrangente, e ainda de fácil utilização, das constatações para responder às QAC, bem como conclusões e recomendações.   * + 1. **Descrição dos métodos utilizados**[[111]](#footnote-112)   Foram utilizadas técnicas qualitativas durante a fase inicial da avaliação, para uma análise qualitativa introdutória, a fim de desenvolver uma hipótese sobre a maneira como a lógica das intervenções funcionou e clarificar questões de investigação que necessitavam de ser respondidas com uma análise quantitativa. Por esse motivo, foram entrevistados os intervenientes e os informadores qualificados da AG e do AP.  Foram utilizados dados qualitativos para avaliar as contribuições da M1.1 e M2.1 para a AI 2A., devido à falta de dados quantitativos, que teriam proporcionado uma relação tangível entre a transferência de conhecimentos e a mudança da produção agrícola, necessária para o cálculo de R2. Os dados foram obtidos durante 3 sessões de grupos de discussão especializados que contaram com a presença de 9 participantes selecionados de entre os vários participantes diretos e indiretos na formação (M1) e com serviços de consultoria (M2), em representação dos clientes e dos fornecedores de conhecimentos. Comparativamente aos inquéritos qualitativos, o método do grupo de discussão mostrou tratar-se de um elemento essencial para obter informação qualitativa (também para outras AI), para garantir um diálogo permanente, um processo de aprendizagem para as partes interessadas, para estimular o seu empenhamento e as possibilidades de gerar novas ideias e inovações.  A investigação qualitativa foi utilizada para verificar a teoria da mudança adotada na lógica de intervenção de várias medidas e para explicar por que razão a intervenção funciona para determinadas explorações ou zonas agrícolas e para outras não.  Após o cálculo do ATT e do DID para R2, os dados qualitativos ajudaram a melhorar a triangulação das constatações quantitativas e garantiram uma apresentação mais coerente dos resultados obtidos.   * + 1. **Desafios na aplicação dos métodos descritos e soluções encontradas**   Os desafios na utilização do método do grupo de discussão podem ser atribuídos ao número limitado de escolhas corretas em termos de representantes das partes interessadas (preconceitos pessoais, a condição prévia de um bom conhecimento teórico e prático da lógica de intervenção do PDR e da utilização de indicadores) e à preparação de sessões de grupo (questões, atividades). Nos inquéritos, o principal desafio foi a elaboração de questionários bem concebidos.  *[Um máximo de 7 000 carateres = aprox. 2 páginas — Preenchimento obrigatório]* | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1. **Valores quantitativos dos indicadores**[[112]](#footnote-113) **e fontes dos dados**   *[Preenchimento obrigatório]* | | | | | | | | |
| **Indicador** | | **Valor absoluto**[[113]](#footnote-114) | **Valor do rácio**[[114]](#footnote-115) | **Valor bruto calculado**[[115]](#footnote-116) | | | **Valor líquido calculado**[[116]](#footnote-117) | **Fontes de dados e informações**[[117]](#footnote-118) |
| **Contribuições primárias** | **Contribuições secundárias, incluindo**  **Contribuições do LEADER/DLBC** | **Valor total** |  |
| **Indicadores de realizações comuns**[[118]](#footnote-119) | **O3 — N.º de operações apoiadas**  **(medidas primárias/secundárias)** | 918/1 228 |  |  |  |  |  | Base de dados das operações do Pilar II |
| **O4 — N.º de explorações apoiadas (M4, 6, 11, 13)** | 1 350 |  |  |  |  |  | Base de dados das operações do Pilar II |
| **Indicadores de resultados comuns** | **R1/T4 — Percentagem de explorações agrícolas com apoio do PDR para investimentos na reestruturação e modernização** |  | 18,6 |  |  |  |  | Base de dados das operações do Pilar II |
| **R2 — Variação na produção agrícola em explorações apoiadas** (numerador)[[119]](#footnote-120) |  |  | 201 450 000 € | 6 450 000 € | 280 000 000 € | 175 000 000 € | Base de dados nacional de explorações agrícolas/RICA |
| **R2 —**  **UTA**  (denominador) |  |  | 4 250 | 750 | 5 000 | 5 000 | Base de dados nacional de explorações agrícolas/RICA |
| **R2 —** Variação na produção agrícola em explorações apoiadas/UTA  (numerador/denominador) |  |  | 47 400 € | 8 600 € | 56 000 € | 35 000 € | Base de dados nacional de explorações agrícolas/RICA |
| **Indicadores de resultados adicionais**[[120]](#footnote-121) | **Rendimento bruto da exploração agrícola** |  | 42 | 117 831 € | 8 869 € | 126 700 € | 97 240 € | Base de dados nacional de explorações agrícolas/RICA |
| **Vendas/produção total** |  |  | 216 535,41 € | 21 415,59 € | 237,951 € |  |  |
| **Indicadores de contexto comuns**[[121]](#footnote-122) | **ICC 17 — N.º total de explorações agrícolas** | 7 250 |  |  |  |  |  | Base de dados da UE dos ICC |

|  |
| --- |
| 1. **Problemas encontrados que afetam a validade e a fiabilidade das constatações da avaliação**[[122]](#footnote-123)   Os métodos aplicados na avaliação dos indicadores de resultados complementares comuns, bem como dos indicadores adicionais e das fontes de dados de elevada qualidade sobre os beneficiários e os não beneficiários, permitiram realizar uma avaliação rigorosa dos resultados em relação às realizações no âmbito da AI 2A e responder à questão de avaliação comum. |
| 1. **Resposta à questão de avaliação**[[123]](#footnote-124)   Na «zona abrangida pelo programa», existem 7 250 explorações do setor agrícola elegíveis para apoio do PDR. Destas, 1 350 explorações foram apoiadas por contribuições para a AI 2A até 31.12.2016. O número total de operações ao abrigo de medidas programadas primárias é de 918 (quadro 1). Além disso, havia 1 228 operações apoiadas ao abrigo de medidas que prestavam contribuições secundárias a AI 2A, nomeadamente AI 3A com 247 operações apoiadas, AI 5B com 75 operações apoiadas, AI 5C com 51 operações apoiadas e AI de P4 com 855 operações apoiadas.  Significa isto que, no total, 18,6 % das explorações agrícolas elegíveis receberam apoio para investimentos na agricultura, o que incrementou a modernização das explorações apoiadas, principalmente no setor leiteiro e avícola e nos setores frutícola e hortícola. A maioria dos fundos investidos da M4 (cerca de 70 %) foi para obras e os restantes (30 %) para novas máquinas e equipamentos. Estas melhorias conduziram a um aumento da competitividade e, por conseguinte, a uma produção bruta e um valor acrescentado bruto mais elevados a nível micro e macro. Ao mesmo tempo, houve operações de investimento que criaram sobrecapacidades em vez de ajustamentos estruturais e diversificação (por exemplo, explorações leiteiras médias e grandes). Tornou-se evidente que o apoio ao investimento não incidiu suficientemente no desenvolvimento de novos produtos ou na melhoria da qualidade dos produtos ou da inovação, elementos que catalisam a maior mudança no sentido da diversificação agrícola.  A maioria das operações de investimento no âmbito da M4 também trouxe benefícios ambientais em termos de uma maior eficiência energética, de redução da produção de gases com efeito de estufa, de aplicação mais rigorosa de pesticidas/fertilizantes, de melhoria do bem-estar dos animais e de outros benefícios sociais, por via da melhoria das condições laborais dos trabalhadores.  O desempenho económico de todas as explorações agrícolas apoiadas acima referidas, expresso em *produção agrícola/UTA* (R2), aumentou em valores líquidos de 29 000 EUR/UTA em 2013 para 35 000 EUR/UTA em 2016, ou seja, uma alteração de 6 000 EUR/UTA. As contribuições secundárias das operações executadas no âmbito das AI 5B e 5C (M4.1) para este valor foram estimadas em 15 %.  O valor do indicador adicional — *rendimento bruto da exploração agrícola* — também aumentou em média, passando de 81 300 EUR em 2013 para 97 240 EUR em 2016. A parte das contribuições secundárias das operações executadas no âmbito da M4.1 das AI 5B e 5C para a alteração do valor do indicador foi de 7 % para a M4.1 no âmbito da AI 5B, principalmente devido à poupança de energia.  Ocorreu uma situação similar no *volume de negócios em relação à produção total* de todas as explorações agrícolas apoiadas, que passou de 40 %, em 2013, para 42 % e que representa 100 000 EUR sobre 237 951 EUR, em 2016. As contribuições secundárias para o valor dos indicadores no âmbito das AI 5B e 5C foram de 9 % para a M4.1. Tal demonstra a melhoria da posição nos mercados das explorações agrícolas apoiadas pela M4.1 no âmbito das AI 2A, 5B e 5C.  Tal como para os efeitos indiretos do apoio, devem realçar-se os efeitos de inércia bastante elevados: (75 %) com beneficiários primários no âmbito da AI 2A, 80 % com beneficiários secundários no âmbito das AI 3A e 5B e 50 % com beneficiários secundários ao abrigo da AI 5C.  Os efeitos de alavancagem medidos pelas transferências de fundos das despesas da exploração agrícola para outras despesas empresariais(por exemplo, aquisição de bens ou de terrenos, de novos edifícios, etc.) foram estimados em 13 % relativamente aos principais beneficiários no âmbito da AI 2A.  *[Um máximo de 10 500 carateres = aprox. 3 páginas — Preenchimento obrigatório]* |

|  |  |
| --- | --- |
| 1. **Conclusões e recomendações**[[124]](#footnote-125) | |
| **Conclusão**  *[Aprox. 1 000 carateres — Preenchimento obrigatório]* | **Recomendação**  *[Aprox. 1 000 carateres — Preenchimento não obrigatório]* |
| **C.1**  O apoio contribuiu para o melhor desempenho económico das explorações agrícolas (aumento de 6 000 EUR da produção agrícola por UTA), bem como para a sua modernização e participação no mercado, mas à custa de efeitos de inércia bastante elevados. | **R.1**  Ao canalizar o apoio ao investimento concedido para explorações mais dependentes de financiamento (por exemplo, explorações agrícolas mais pequenas) o efeito de inércia diminuiria e os benefícios gerais obtidos aumentariam. O apoio ao investimento deve ser igualmente mais acessível aos novos operadores do setor agrícola, sobretudo os jovens agricultores; as suas necessidades de investimento foram subestimadas e ocultadas pelas explorações existentes. |
| **C.2**  O apoio era acessível a um número bastante limitado de explorações agrícolas (14,7 %) e teve apenas uma influência limitada no setor global e na diversificação agrícola largamente desejada. | **R.2**  Uma melhor orientação do apoio para as explorações agrícolas mais pequenas ou uma taxa de apoio mais limitada para as grandes explorações agrícolas poderiam favorecer a diversificação. Tal pode ser conseguido através do ajustamento dos critérios de seleção do projeto ao abrigo das medidas de investimento para que a diversificação agrícola seja apoiada em maior medida (por exemplo, favorecer as explorações que traçam, de forma transparente, os seus planos para a diversificação da produção agrícola). Os efeitos de ajustamento da capacidade do apoio ao investimento devem ser considerados de extrema importância. |
| **C.3**  Após o apoio ao investimento, as explorações agrícolas tornaram-se, em média, mais produtivas, o que constitui um dos objetivos do PDR. As empresas mais produtivas têm normalmente mais produção, a qual está disponível no mercado e é utilizada como fator de produção para outros setores e induz valor acrescentado. Em contrapartida, foram identificados vários beneficiários com uma redução das vendas e da produção após o apoio ao investimento. | **R.3**  O desenvolvimento de novos produtos, as inovações e os efeitos de ajustamento da capacidade dos potenciais beneficiários deverão suscitar maior interesse ao orientar o apoio ao investimento. A integração destes grupos deve refletir-se nos critérios de seleção do projeto. |
| **C.4**  O apoio contribuiu para a cultura negativa, em muitas explorações agrícolas, de adiar ou até cancelar os investimentos próprios, enquanto se aguardavam eventuais medidas de apoio, independentemente das necessidades reais e do momento ótimo de novos produtos (por exemplo, ligados a desenvolvimentos recentes do mercado). | **R.4**  Conceber melhor as medidas/programas para evitar intervenções esbanjadoras, nomeadamente as que aumentam os bens das explorações agrícolas sem aumentar a sua eficiência global, com um forte efeito de inércia ou sem um claro potencial de mercado.  Aumentar a eficácia da afetação dos fundos aos grupos-alvo efetivamente visados (por exemplo, controlo das explorações apoiadas). |

1. SFC template for point 7 concerning programme specific evaluation question linked programme specific focus area (empty example)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Programme specific focus area (PSEQ)[[125]](#footnote-126):  Programme specific EVALUATION QUESTION No[[126]](#footnote-127): | | |
| 1. **Rational for programme specific focus area**[[127]](#footnote-128)   *[A maximum of 1,000 characters = approx. ¼ page – Mandatory]* | | |
| 1. **List of measures contributing to the programme specific FA**   **Programmed measures/sub-measures:**  **Measures/sub-measures programmed under the other FAs (common and programme specific) which show secondary contributions to programme specific FA**[[128]](#footnote-129)**:**  *[A maximum of 1,000 characters = approx. ¼ page – Mandatory]* | | |
| 1. **Link between judgment criteria and common and /or programme specific result indicators**[[129]](#footnote-130) **used to answer the PSEQ**   *[Mandatory]* | | |
| **Programme specific judgment criteria** [[130]](#footnote-131)  *[Max. 255 characters]* | **Common result indicators**[[131]](#footnote-132)  *[Max. 255 characters]* | **Programme specific result indicators**[[132]](#footnote-133)  *[Max. 255 characters]* |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1. **Methods applied**[[133]](#footnote-134)   **Quantitative methods**[[134]](#footnote-135)**:**   * + 1. Reasons for using the method     2. Description of methods to calculate ratios, gross or net (ifapplicable) values of common and programme specific indicators[[135]](#footnote-136)     3. Challenges in the application of described methods and solutions encountered   **Qualitative methods:**   * + 1. Reasons for using the method[[136]](#footnote-137)     2. Description of methods used[[137]](#footnote-138)     3. Challenges in the application of described methods and solutions encountered   *[A maximum of 7,000 characters = approx. 2 pages – Mandatory]* | | | | | | | |
| 1. **Quantitative values of indicators**[[138]](#footnote-139) **and data sources**   *[Mandatory]* | | | | | | | |
| **Indicator** | | **Absolute value**[[139]](#footnote-140) | **Ratio value**[[140]](#footnote-141) | | **Calculated gross value**[[141]](#footnote-142) | **Calculated net value**[[142]](#footnote-143) | **Data and information sources**[[143]](#footnote-144) |
| **Common output indicators** [[144]](#footnote-145) |  |  |  | |  |  |  |
| **Programme specific output indicators** [[145]](#footnote-146) |  |  |  | |  |  |  |
| **Common indicators**[[146]](#footnote-147) |  |  |  | |  |  |  |
| **Programme specific indicators**[[147]](#footnote-148) |  |  |  | |  |  |  |
| 1. **Problems encountered influencing the validity and reliability of evaluation findings**[[148]](#footnote-149)   *[A maximum of 1,750 characters = approx. ½ page – Non-mandatory]* | | | | | | | |
| 1. **Answer to evaluation question**[[149]](#footnote-150)   *[A maximum of 10,500 characters = approx. 3 pages – Mandatory]* | | | | | | | |
| 1. **Conclusions and recommendations**[[150]](#footnote-151) | | | | | | | |
| **Conclusion**  *[Approx. 1,000 characters - Mandatory]* | | | | **Recommendation**  *[Approx. 1,000 characters – Non-mandatory]* | | | |
| **C.1** | | | | **R.1** | | | |
| **C.2** | | | | **R.2** | | | |
| **C.3** | | | | **R.3** | | | |

1. Modelo SFC para o ponto 7 relativo à questão de avaliação específica do programa ligada à área de incidência específica do programa (exemplo preenchido)

|  |
| --- |
| Área de incidência específica do programa[[151]](#footnote-152):  AI 2C — Melhorar o desempenho económico e a competitividade das empresas de silvicultura, com o objetivo de aumentar a sua participação no mercado  Questão de avaliação específica do programa (QAEP) n.º[[152]](#footnote-153):  Em que medida as intervenções do PDR apoiaram o reforço do desempenho económico, da competitividade e da participação das empresas do setor da silvicultura no mercado? |
| 1. **Justificação para áreas de incidência específicas do programa**[[153]](#footnote-154)   A análise SWOT mostrou que, apesar da importância da indústria florestal para a zona abrangida pelo programa e para a sua economia, o setor continuava a não apresentar desempenhos económicos satisfatórios. Tal ficou a dever-se, principalmente, à dificuldade de acesso ao mercado, devido à falta de organização e aos elevados custos de transação. A avaliação das necessidades também confirmou que os gestores das empresas de silvicultura têm de melhorar as suas competências de gestão e estabelecer uma maior cooperação entre si, de modo a reduzir os custos de entrada e de participação no mercado. Por último, a AI 2C (e as suas medidas) integra-se perfeitamente no resto da estratégia, que apoia firmemente todas as indústrias pertinentes na zona abrangida pelo programa.  *[Um máximo de 1 000 carateres = aprox. ¼ de página — Preenchimento obrigatório]* |
| 1. **Lista das medidas que contribuem para a AI específica do programa**   **Medidas/submedidas programadas:**   * M 2.1 - Apoio para ajudar a beneficiar da utilização dos serviços de aconselhamento * M 8.6 - Apoio a investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos silvícolas * M16.3 - Cooperação entre pequenos operadores para a organização de processos de trabalho comuns, a partilha de instalações e recursos e o desenvolvimento e a comercialização de produtos turísticos.   **Medidas/submedidas programadas no âmbito de outras AI (comuns e específicas do programa) que apresentam contribuições secundárias para AI específicas do programa**[[154]](#footnote-155)**:**   * M12.2 - Pagamento de compensações a zonas florestais da rede Natura 2000   *[Um máximo de 1 000 carateres = aprox. ¼ de página — Preenchimento obrigatório]* |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1. **Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de resultados específicos do programa e/ou comuns**[[155]](#footnote-156) **utilizados para responder à QAEP**   *[Preenchimento obrigatório]* | | | | | | | | |
| **Critérios de apreciação específicos do programa**[[156]](#footnote-157)  *[Máximo de 255 carateres]* | | | **Indicadores de resultados comuns**[[157]](#footnote-158)  *[Máximo de 255 carateres]* | | | | **Indicadores de resultados específicos do programa (IREP)**[[158]](#footnote-159)  *[Máximo de 255 carateres]* | |
| Aumento da produtividade do trabalho nas empresas de silvicultura apoiadas | | |  | | | | IREP2C/1 — % de explorações silvícolas com apoio do PDR para investimentos nas tecnologias florestais | |
| Aumento da participação no mercado das empresas de silvicultura | | | IREP2C/2 — Vendas/produção total | |
| IREP2C/3 — Produtividade do trabalho no setor da silvicultura (e também SCAA ICC 15) | |
| 1. **Métodos utilizados**[[159]](#footnote-160)   **Métodos quantitativos**[[160]](#footnote-161)**:**   * + 1. Razões para utilizar o método     2. Descrição dos métodos para calcular rácios, valores brutos ou líquidos (seaplicável) dos indicadores comuns e específicos do programa[[161]](#footnote-162)   O cálculo do indicador IREP2C/1 (%) e do indicador de realizações (utilizado para calcular o IREP2C/1) baseou-se nos dados recolhidos nas bases de dados das operações. O cálculo dos valores brutos do IREP2C/2 e do IREP2C/3 baseou-se nos dados recolhidos nas bases de dados das operações apenas no que se refere aos beneficiários e às constatações do inquérito.  Valor do indicador de contexto específico do programa: O número de explorações silvícolas foi obtido a partir das estatísticas nacionais.  Para o IREP2C/2 e o IREP2C/3, a avaliação foi realizada em 2 fases:  Fase 1: Estimativa das contribuições primárias das operações realizadas no âmbito das medidas do PDR diretamente atribuíveis à área de incidência 2C (medidas: M2.1, M8.6 e M16.3)  Fase 2: Estimativa das contribuições secundárias das operações realizadas no âmbito das medidas do PDR cujo objetivo principal está ligado a outra área de incidência (por exemplo, biodiversidade M12.2), mas que poderão afetar a competitividade e o desempenho económico das explorações silvícolas e, por conseguinte, a produtividade do trabalho da exploração agrícola.   * + 1. Desafios na aplicação dos métodos descritos e soluções encontradas   Todas as medidas diretamente atribuíveis à área de incidência 2C deverão, entre outros, afetar a produtividade do trabalho das explorações (indicador IREP2C/3) do beneficiário do programa. Para estimar as contribuições supramencionadas foi necessário dispor de dados adicionais, por exemplo, sobre a localização das explorações agrícolas apoiadas e não apoiadas. Para o RAE de 2017, os indicadores IREP2C/2 e IREP2C/3 foram calculados apenas em valores brutos. Apenas puderam ser considerados os beneficiários do PDR devido à falta de dados estatísticos acessíveis para o ano de 2016.  **Métodos qualitativos:**   * + 1. Razões para utilizar o método[[162]](#footnote-163)     2. Descrição dos métodos utilizados[[163]](#footnote-164)     3. Desafios na aplicação dos métodos descritos e soluções encontradas   Não aplicável  *[Um máximo de 7 000 carateres = aprox. 2 páginas — Preenchimento obrigatório]* | | | | | | | | |
| 1. **Valores quantitativos dos indicadores**[[164]](#footnote-165) **e fontes dos dados**   *[Preenchimento obrigatório]* | | | | | | | | |
| **Indicador** | | **Valor absoluto**[[165]](#footnote-166) | | **Valor do rácio**[[166]](#footnote-167) | | **Valor bruto calculado**[[167]](#footnote-168) | **Valor líquido calculado**[[168]](#footnote-169) | **Fontes de dados e informações**[[169]](#footnote-170) |
| **Indicadores de realizações comuns**[[170]](#footnote-171) | O3 — N.º de operações apoiadas (SCAA) | 3 253 | |  | |  |  |  |
| O4 — N.º de explorações/beneficiários apoiados (SCAA) | 2 153 | |
| **Indicadores de realizações específicos do programa** [[171]](#footnote-172) |  |  | |  | |  |  |  |
| **Indicadores comuns**[[172]](#footnote-173) |  |  | |  | |  |  |  |
| **Indicadores específicos do programa**[[173]](#footnote-174) | IREP2C/1 — % de explorações silvícolas com apoio do PDR para investimentos em tecnologias florestais |  | | 24 | |  |  | Base de dados das operações |
| IREP2C/2 — Vendas/produção total |  | | 81,4 | | 290 000/356 000 € |  | Base de dados das operações  Inquérito |
| IREP2C/3 — Produtividade do trabalho na silvicultura (SCAA) |  | |  | | 50 000 € UTA |  | Base de dados das operações  Inquérito |
| CC — N.º de silvicultura | 8 895 | |  | |  |  | Estatísticas nacionais |
| 1. **Problemas encontrados que afetam a validade e a fiabilidade das constatações da avaliação**[[174]](#footnote-175)   *[Um máximo de 1 750 carateres = aprox. ½ de página — Preenchimento não obrigatório]*  O cálculo do IREP2C/2 e do ICC 15 baseou-se apenas nas operações realizadas no âmbito das medidas/submedidas da AI 2C objeto de utilização — M8.6 e M16.3. As restantes medidas/submedidas programadas — M2.1 que não tiveram utilização até 31.12.2016 não foram tidas em conta. A utilização das M8.6 e M16.3 permitiu calcular os valores brutos de ambos os indicadores. Para além das contribuições primárias, também foram tidas em conta as contribuições secundárias, nomeadamente a medida M12.2, programada no âmbito da AI 4A, que demonstrou utilização até à data da avaliação. No caso do IREP2C/3 foi inquirida uma amostra representativa da população de beneficiários desta medida (que não executaram projetos no âmbito da AI 2C).  Atendendo a que os dados estatísticos pertinentes para criar os grupos de controlo e compensar os valores dos indicadores não estavam disponíveis no momento da avaliação, os valores líquidos destes indicadores não puderam ser calculados. No entanto, os avaliadores conseguiram criar o sistema de cálculo dos valores líquidos para o IREP2C/3 e o IREP2C/2 ou para a sua avaliação em fases posteriores (2019), assegurando o conjunto de dados no calendário e relacionando os dados estatísticos e de acompanhamento, de modo a poderem aplicar o modelo de avaliação quase experimental em fases posteriores da execução do PDR.  O IREP2C/1 foi calculado como a percentagem (%) de explorações apoiadas (dados do O4 da base de dados da operação, 31.12.2016) em relação ao número total de explorações (estatísticas nacionais de 2015).  Os dados recolhidos permitiram responder à QAEP. | | | | | | | | |
| 1. **Resposta à questão de avaliação**[[175]](#footnote-176)   *[Um máximo de 10 500 carateres = aprox. 3 páginas — Preenchimento obrigatório]*  Na «zona abrangida pelo programa», existem 8 895 empresas de silvicultura elegíveis. Destas, 2 153 receberam apoio para investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos silvícolas (M8.6) e/ou para a cooperação entre pequenos operadores para a organização de processos de trabalho conjuntos e da partilha de instalações e recursos (M16.3) no âmbito da área de incidência 2C. O número total de projetos executados antes de 31.12.2016 foi de 3 253. Todos os projetos foram concluídos. Significa isto que, no total, 24 % das explorações agrícolas elegíveis foram objeto de apoio ao investimento e contribuíram para os objetivos da AI 2C: melhoria do desempenho económico, competitividade e aumento da comercialização de produtos silvícolas.  Para além desta contribuição primária para a AI 2C, espera-se que também as operações no âmbito da AI 4A contribuam para os objetivos da AI 2C, principalmente devido à M12.2, com um total de 850 projetos executados até 31.12.2016.  O apoio do PDR referido acima melhorou a produtividade do trabalho nas empresas de silvicultura apoiadas, passando esta de 41 000 €/UTA para 50 000 €/UTA (em valores brutos), o que significa um aumento de 18 %.As operações da submedida M12.2, executada no âmbito da AI 4ª, contribuíram para um aumento de 8 %. na produtividade do trabalho. Tal indica que o desempenho económico das explorações agrícolas apoiadas aumentou principalmente devido a medidas de investimento da AI 2C e apenas parcialmente através da medida baseada na área M12.2 da AI 4A.  No que diz respeito à comercialização de produtos silvícolas, o apoio do PDR foi menos eficaz. Os beneficiários apenas aumentaram as suas vendas em termos de produção total em 4,1 % (de 77 % para 81,4 %) após terem recebido o apoio do PDR (em valores brutos). Os beneficiários da submedida M12.2 contribuíram para este aumento apenas ligeiramente (0,5 %). | | | | | | | | |
| 1. **Conclusões e recomendações**[[176]](#footnote-177) | | | | | | | | |
| **Conclusão**  *[Aprox. 1 000 carateres — Preenchimento obrigatório]* | | | | | **Recomendação**  *[Aprox. 1 000 carateres — Preenchimento não obrigatório]* | | | |
| **C.1**  O apoio do PDR aumentou o desempenho económico das explorações florestais, sobretudo do ponto de vista da eficácia e da eficiência da produção florestal. Foi menos eficaz no que respeita à comercialização dos produtos silvícolas. | | | | | **R.1**  A fim de melhorar o desempenho das empresas de silvicultura no mercado, devem ser introduzidas medidas adicionais no âmbito da AI 2C, p. ex., M9 para promover a cooperação entre produtores em matéria de comercialização. | | | |

Annex 2 - Elements of the CMES and their use in evaluation

| **CMES element**  **(Art.14 of 808/2014,  point 1)** | **Short description** | **Use in the RDP assessment** |
| --- | --- | --- |
| **Intervention logic** | RDP intervention logic is composed of common EU and RDP specific policy objectives, which relate to RD **priorities, focus areas and measures/activities, inputs (financial allocations) and expected outputs, results and impacts**[[177]](#footnote-178)*.* The composition of the intervention logic should be **coherent and relevant,** reflecting the analysis of the territory (SWOT) and needs assessment. | The **RDP specific intervention logic** is the basis for setting up the evaluation framework (common and programme specific evaluation questions and indicators) and for the assessment of the effectiveness, efficiency, and the RDP´s results, impacts and relevance.  The intervention logic is also the basis for the application of the theory of change as one of the evaluation approaches. |
| **Set of common context, result and output indicators** | Common **indicators**[[178]](#footnote-179)for rural development are tools, set up at the EU level to describe and analyse the programme´s territory or to measure rural policy effects. They relate to policy objectives. The common indicators set contains context (and impact), output and result indicators.  **Performance framework (PF) indicators**[[179]](#footnote-180)relate to performance reserves, which are set up for each RDP and can be allocated only if milestones set up for the PF indicators have been achieved. Performance framework (PF) indicators are proposed by the legal framework as output level indicators. | Common **contexts indicators** are applied to describe and analyse the programme´s territory. Their values are used in the SWOT analysis and as justification in the needs assessment.  Programme authorities might decide to develop and use programme specific context indicators, if the common ones are not sufficient to describe the RDP territory.  Common context indicators also contain the RD related **impact indicators**, which are used to measure the RDP’s effects at the level of the programme.  Common **result indicators** are used to measure the RDP’s results within the programme´s beneficiaries.  Common **output indicators** are used to measure direct policy outputs at the measure level.  Programme authorities might decide to develop and use programme specific output, result and impact indicators, if the common set does not capture all programme effects.  As for the performance framework (PF), Member State can use the pre-defined PF indicators, or decide to define their own set. |
| **Common evaluation questions** | **Common evaluation questions**[[180]](#footnote-181) (CEQs) are an important element of the Common Monitoring and Evaluation System for rural development. They are formulated by the European Commission and they relate to policy objectives at the focus area level, horizontal policy objectives level (EU and CAP) and to other RDP aspects, such as TA or NRN. CEQs are further specified with the proposed judgment criteria and linked to common indicators. | CEQs define the focus of evaluations in relation to policy objectives and help to demonstrate the progress, impact, achievements, effectiveness, efficiency, and relevance of rural development policy.  CEQs are answered with the help of indicators, which should be consistent with the CEQs´ judgement criteria and allow for evidence based answers. |
| **Data collection, storage and transmission** | **Data**[[181]](#footnote-182) is at the core of the evaluation. There is primary data collected at the single holding level and secondary date providing the aggregated information.  RDP beneficiaries shall provide the MA and evaluators with all information important to conduct monitoring and evaluation[[182]](#footnote-183). Data on RDP´s beneficiaries is collected via the monitoring system.  Data shall be collected, stored and transmitted electronically[[183]](#footnote-184). | Data is used in the evaluation to calculate indicators´ values, collect evidence to answer the evaluation questions and provide robust judgments. Data for the evaluation is collected electronically on beneficiaries (for each selected and completed operation via the monitoring system) and non-beneficiaries (various statistics, other databases, and sampling) to construct counterfactuals, if possible. |
| **Regular reporting on the M&E activities** | **MS shall report on M&E in the Annual Implementation Reports (AIRs)**[[184]](#footnote-185)each year, starting in 2016 until 2024. | The regular AIR reports on M&E activities in chapter 2, which also relates to other chapters, mainly 1 and 3. In the enhanced AIR submitted in 2017 and 2019, additional chapters 6, 7, 8, 9 and 10 relate to reporting on M&E activities.  Apart from reporting on M&E activities in the AIR, it is advisable to produce shorter versions of reports to inform and discuss with various audiences the evaluation activities and in 2017 and 2019 also the evaluation results. |
| **Evaluation plan** | **The evaluation plan (EP)** is the document, which helps to prepare the programme´s evaluation for the entire programming period. Since it is part of the RDP, any changes must be the subject of formal modification procedures[[185]](#footnote-186). The implementation of the EP is regularly reported in the Annual Implementation Reports[[186]](#footnote-187). | The EP outlines the objectives of the evaluation, sets up the framework for the management and governance of the evaluation, and includes stakeholders´ involvement. The EP also proposes the evaluation topics and activities, in particular for data management and collection. It suggests the target groups, means for dissemination, communication and follow up of evaluation results, allocation of resources and timing conducting the evaluation tasks. |
| **Ex ante and ex post evaluation** | **The Ex ante evaluation (EAE)**[[187]](#footnote-188)accompanies the RDP design since the beginning.  **The Ex post evaluation (EPE)**[[188]](#footnote-189)is conducted after accomplishment of all RDP operations and provides a learning opportunity for the development and implementation of rural policy interventions. | The EAE aims to improve the RDP at the time of its development, from a very early stage, starting with the assessment of territorial analysis and needs assessment. The EAE should also provide the feedback on consistency of the RDPs´ intervention logic and its relevance in addressing identified needs.  The EPE shall examine the effectiveness, efficiency and impacts of the RDP and its contribution to the EU2020 Strategy as well as to CAP policy objectives. |
| **Support to enable all actors responsible for M&E to fulfil their obligations** | **Support to stakeholders** active in the evaluation of rural policy is provided via legal and implementing acts, which outline evaluation tasks, and various working and guidance documents. | To complete the evaluation tasks, stakeholders may use various working and guidance documents. |

Annex 3 - Overview of reporting requirements for the RDP implementation and the evaluation in the programming period 2014-2020

| **Reporting requirement (No. in Annex VII of 808/2014[[189]](#footnote-190))** | | **Additional legal reference** | **Reporting requirements** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Standard AIR (from 2016)** | **Enhanced AIR  submitted in 2017** | **Enhanced AIR  submitted in 2019** |
| 1 | Key information on the implementation of the programme and its priorities: |  |  |  |  |
| a) | Financial data: Financial implementation data for each measure and FA, a statement on expenditures incurred and declared in the declaration of expenditures. | 1303/2013[[190]](#footnote-191), Art. 50.2,  1305/2013[[191]](#footnote-192), Art. 75.2 | ✓ | ✓ | ✓ |
| b) | Common and programme-specific indicators and quantified target values: Information on the RDP’s implementation as measured by the common and programme specific indicators, including progress achieved in relation to the targets set for each FA and realised outputs compared to planned output as set out in the Indicator Plan | 1303/2013, Art. 50.2, and 54.2  1305/2013, Art.69  808/2014, Art. 14.1b), Annex IV | ✓ | ✓ | ✓ |
| 2 | Progress in implementing the evaluation plan: | 1303/2013, Art. 56.1  808/2014, Art.14.1f), Art.1 |  |  |  |
| a) | Description of any modifications made to the evaluation plan |  | ✓ | ✓ | ✓ |
| b) | Description of the evaluation activities undertaken during the year | 1305/2014, Art. 75.2 | ✓ | ✓ | ✓ |
| c) | Description of the activities undertaken in relation to the provision and management of data | 1305/2014, Art. 70 | ✓ | ✓ | ✓ |
| d) | List of completed evaluations, incl. references to where they have been published on-line | 1303/2013 Art. 50.2,  1305/2014, Art. 76.3 | ✓ | ✓ | ✓ |
| e) | A summary of completed evaluations, focusing on the evaluation’s findings | 1303/2013 Art. 50.2, | ✓ | ✓ | ✓ |
| f) | Description of the communication activities to publicise the evaluation findings | 1303/2013 Art. 50.9 | ✓ | ✓ | ✓ |
| g) | Description of the follow-up given to evaluation results | 1303/2013 Art. 56.3 | ✓ | ✓ | ✓ |
| 3 | Issues which affect the performance (quality and effectiveness of the RDP’s implementation) of the programme and the measures taken |  | ✓ | ✓ | ✓ |
| 4 | Steps taken to implement technical assistance (including the establishment of the NRN) and programme publicity requirements | 1305/2014, Art. 54.1  808/2014, Art. 13, |  |  |  |
| a) | In case of coverage under the technical assistance of the establishment and functioning of the NRN, the report shall describe actions taken and the state of play with regard to the establishment of the NRN and the implementation of this action plan | 1305/2014, Art. 54.3 | ✓ | ✓ | ✓ |
| b) | Steps taken to ensure that the programme is publicised | 1305/2014, Art. 8.1m) iii), | ✓ | ✓ | ✓ |
| 5 | Actions taken to fulfil ex ante conditionalities (where relevant), description by priority/focus area/measure. | 1303/2013 Art. 19.1, Art 50.2 | ✓ | ✓ |  |
| 6 | Description of the implementation of sub-programmes as measured by the common and specific indicators including on the progress achieved in relation to targets set in the indicator plan of the sub-programme | 1305/2013  Art.7.1, 75.3 |  | ✓ | ✓ |
| 7 | Assessment of the information and progress towards achieving objectives of the programme: |  |  |  |  |
|  | Reporting and quantification of programme achievements, in particular through the assessment of the complementary result indicators and relevant evaluation questions | 1303/2013, Art. 50.2  808/2014, Art. 14, |  | ✓ | ✓ |
|  | Reporting on the progress towards the objectives of the programme and its contribution to achieving the European Union’s strategy for smart, sustainable and inclusive growth, through inter alia assessment of the programme’s net contribution to the changes in the CAP’s impact indicator values, and relevant evaluation questions | 1303/2013, Art. 54.1  808/2014, Art. 14, |  |  | ✓ |
| 8 | Implementation of actions to take into account principles set out in Articles 5, 7 and 8 of Regulation (EU) No 1303/2013 |  |  |  |  |
| a) | Promotion of equality between men and women and non-discrimination, | 1303/2013 Art.7 |  | ✓ | ✓ |
| b) | Sustainable development | 1303/2013 Art.8 |  | ✓ | ✓ |
| c) | Role of partners | 1303/2013 Art.5 |  | ✓ | ✓ |
| 9 | Progress made in ensuring an integrated approach to support the territorial development of rural areas, including through local development strategies | 1303/2013 Art. 32-36  1305/2014, Art.42-44 |  |  | ✓ |
| 10 | Report on implementation of financial instruments (as annex to AIR) |  |  |  |  |
|  | including for each financial instrument the information contained in Article 46.2 points a) to g) and i) of Reg. 1303/2013 | 1303/2013 Art. 46.2, points a) – g) and i) | ✓ | ✓ | ✓ |
|  | Including the information contained in Article 46.2 points h) and j) of Reg. 1303/2013 | 1303/2013 Art. 46.2, points h) and j) |  | ✓ | ✓ |

Annex 4 – Working Steps in Setting up the System to Answer the evaluation questions in 2017

| **Major steps** | **Steps** | **Responsibilities** | **Relevance for the Terms of Reference** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **When the step is not part of the ToR** | **When the step is part of the ToR** |
| Preparing the evaluation | Revisit the RDP intervention logic | **Evaluation experts** within the Ministry of Agriculture (e.g. Evaluation Unit) and/or evaluators. | Revisiting the RDP intervention logic is not part of the Terms of Reference if the evaluation experts within the Ministry of Agriculture have the capacity to review the relevance and coherence of the intervention logic, e.g. with the help of a research institute, and, in cases were the NRN, the experts and/or the NSU have the capacity to formulate the NRN intervention logic. | This step is part of the Terms of Reference if the “in house” evaluation experts/NSUs do not have internal capacity to conduct this step. |
| Link intervention logic to the evaluation elements | **Managing authorities** are responsible for defining all programme-specific elements mentioned in the RDP, its evaluation plan or in other internal evaluation planning documents. In the case of the CEQs and common indicators, the EU legal acts, EC working documents and guidelines must be taken into consideration when using the common evaluation elements.  **Evaluation experts/evaluators** can define the PSEQs and programme-specific indicators and discuss them with the Managing Authorities. New programme-specific evaluation elements are designed when those presented in the RDP are not sufficient to capture all programme effects or assess all evaluation topics. | The definition of the evaluation elements (EQ, judgment criteria and indicators) is not part of the Terms of Reference if programme authorities or “in house evaluation experts” fully understand all terms used in the working documents mentioned in “Further reading”, in the RDP´s evaluation plan, internal evaluation planning documents or other relevant documents. | This step is part of the Terms of Reference if the evaluation elements have to be completed and defined after the intervention logic appraisal (additional programme specific elements). |
|  | Check the consistency of the evaluation questions and indicators with RDP intervention logic | **Evaluation experts** within the Ministry of Agriculture (e.g. Evaluation Unit) and/or  **Evaluators** | Checking consistency between evaluation elements and the RDP’s intervention logic is not part of the Terms of Reference if the evaluation experts within the Ministry of Agriculture have the necessary capacity to assess the consistency of the intervention logic with the CEQs and PSEQs and indicators and if all PSEQs and indicators are already developed and defined, | This step is part of the Terms of Reference in case the programme-specific evaluation elements are not properly developed or defined, or if the “in house” evaluation experts do not have the necessary capacity to conduct this step and define programme specific elements if needed. |
| Develop RDP specific evaluation elements | **Managing authorities with the support of “in house” evaluation experts** may define PSEQs and indicators in the RDP’s design stage and include them in the evaluation plan and Indicator Plan. They may also define programme-specific evaluation elements at later stages during the programme implementation, at the occasion of a newly identified evaluation need or topic, which cannot be covered by the common or existing PSEQs.   * **Evaluators** may define other PSEQs and indicators, if there is: * Inconsistency between the RDP intervention logic and common and programme-specific elements, or * Inconsistency between the RDP intervention logic and the territorial and SWOT analysis, and the needs assessment, or * Failure by common and programme-specific evaluation elements to fully capture RDP-specific effects, or * Identified significant unintended effects of intervention logic, which are not covered by existing PSEQs and indicators. |  | This step is always part of the Terms of Reference |
| Structuring the evaluation | Set up a consistent evaluation approach | **Managing Authority** (e.g. in collaboration with the evaluation experts within the Ministry) will propose the evaluation approach for the assessment of the RDP. If programme authorities have relevant capacity, they can also propose evaluation methods.  **Evaluators** elaborate further on the evaluation approach and evaluation methods used to accomplish the evaluation tasks. |  | This step is always part of the Terms of Reference: evaluators must elaborate on the proposed evaluation approach, select and apply the most suitable evaluation methods. |
| Select evaluation methods and their combination | **Managing authorities** with the help of evaluation experts within the Ministry of Agriculture may express their preference for certain evaluation methods, which they may specify in the Terms of Reference.  **Evaluators** select the evaluation methods |  | This step is always part of the Terms of Reference |
| Establish the evidence for evaluation | Responsibilities for establishing the evidence for evaluation are described in detail in Chapter 6.2. |  | This step is part of the Terms of Reference and reflects the responsibilities of evaluators in bridging the gaps in existing data sources and/or ensuring additional data & information collection. |
| Manage and collect data for evaluation | Responsibilities for establishing the evidence for evaluation are described in detail in Chapter 6.2. |  | This step is part of the Terms of Reference and reflects the responsibilities of evaluators in bridging the gaps in existing data sources and/or ensuring additional data & information collection. |
| Conducting the evaluation | Observing, analysing, judging | **Evaluators** |  | This task is always part of the Terms of Reference, among others:   * Prepare the evaluation system for 2017 and beyond (e.g. resolve data gaps by modelling, extrapolations or other means), * Focus the work on quantification of common result indicators (ideally net values), including the programme-specific results, * Develop and use the additional result indicators if needed to answer CEQ, * Use specific methods, tools and techniques for quantifying and assessing the effectiveness and efficiency of the RDP, and for answering the EQ, * Validate values of target indicators * Reflect on the need to update the CCI,   Provide answers to evaluation questions  Draft conclusions and recommendations which are strictly based on evidence of the qualitative and quantitative assessment. |

Anexo 5 — Lista de verificação para avaliar a qualidade do relatório de avaliação

O modelo (exemplo) de lista de verificação abaixo pode ser utilizado pela autoridade de gestão para avaliar a qualidade do seu relatório de avaliação.

|  |
| --- |
| **Título da avaliação:** |
| Departamento/unidade responsável: |
| Avaliador/contratante: |
| Avaliação realizada por: (nome das organizações/unidades envolvidas na avaliação)  Data da avaliação da qualidade: |
| PERTINÊNCIA  A avaliação responde às necessidades de informação da entidade adjudicante e adapta-se aos termos de referência?   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| ÂMBITO  Os fundamentos do programa e o seu conjunto de realizações, resultados e impactos são analisados na íntegra, incluindo os efeitos intencionais e involuntários das intervenções políticas?   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| ADEQUAÇÃO DO MODELO DE AVALIAÇÃO  A abordagem metodológica é adequada para obter os resultados necessários para responder às questões de avaliação?   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| FIABILIDADE DOS DADOS  Os dados utilizados na avaliação são adequados para o efeito e a sua fiabilidade foi determinada? As insuficiências e as limitações dos dados foram explicadas?   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| SOLIDEZ DA ANÁLISE  Os dados qualitativos e quantitativos são devida e sistematicamente analisados para responder às questões de avaliação e suprir outras necessidades de informação de forma válida? As relações de causa efeito entre a intervenção e os respetivos resultados são explicadas? Os fatores externos são corretamente tidos em consideração?     |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| CREDIBILIDADE DAS CONSTATAÇÕES  As constatações seguem uma linha lógica e são justificadas por dados/informações, análises e interpretações baseados em critérios previamente estabelecidos? As constatações baseiam-se em pressupostos e justificações cuidadosamente explicados?   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| VALIDADE DAS CONCLUSÕES  As conclusões baseiam-se totalmente nas constatações e são imparciais? As conclusões são claras, agregadas e classificadas por prioridade?   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| UTILIDADE DAS RECOMENDAÇÕES  As áreas que necessitam de melhorias estão identificadas em coerência com as conclusões? As opções sugeridas são realistas, imparciais e suficientemente pormenorizadas para serem operacionalmente aplicáveis?   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| CLAREZA DO RELATÓRIO  O relatório está bem estruturado, é equilibrado e está redigido de forma compreensível?  O relatório é de fácil leitura e apresenta um resumo breve mas abrangente? O relatório contém gráficos e quadros?   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  |   Motivos da atribuição da nota: |
| AVALIAÇÃO GLOBAL DO RELATÓRIO FINAL  A qualidade global do relatório é:   |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Insuficiente | Suficiente | Bom | Muito bom | Excelente | |  |  |  |  |  | |

Annex 6 - The role of rural development stakeholders in the dissemination and communication of the evaluation results

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **WHO?** | **WHAT?** | **TO WHOM?** | **WHY?** |
| **MA** | Report on evaluation in the AIR submitted in 2017 | EC | Inform the Commission, fulfil legal requirements |
| Summary of major evaluation findings, conclusions, and recommendations | Policy makers | Inform policy makers, signal RDP modification needs |
| Responses to recommendations, required action points | Policy makers | Ensure follow-up of recommendations, plan changes |
| Organising a final conference / workshop | MA, PA, SG, stakeholders, evaluator | Summarising main findings, discussing actions to be taken, learning from the evaluation |
| Press releases, articles in newsletters, round tables in TV, Radio, | Media, general public, researchers, stakeholders | Increase transparency of policy and knowledge about RDP results |
| Publish report and citizen’s summary on the website | General public | Access to information on RDP results |
| **Evaluator** | Citizen’s summary | MA | Concise summary of main results |
| Presentation | MC, SG | Informing the MC & SG, allowing questions |
| Presentation (if requested by the MA) | Other stakeholders | Informing stakeholders (e.g. farmers’ organisations, environmental organisations) |
| Presentation in a final conference / workshop | MA, PA, SG, stakeholders, | Summarising main findings, discussing action points, |
| **NRN** | Articles in their newsletter on the findings, conclusions and recommendations | Stakeholders | Increase the knowledge about the report and RDP results |
| Web posts concerning the evaluation report on the website | General public, stakeholders | Increase knowledge about the report and RDP results |
| **LAGs** | Articles in their newsletters and others (from a Leader point of view) | Stakeholders | Increase the knowledge about the report and RDP results |

Annex 7 - Minimum requirements and good practices for the reporting on the evaluation in the AIR

Evaluation tasks and reporting requirements on the evaluation in 2017 are described in Part I. Programme authorities need to inform stakeholders on the progress of the implementation of the evaluation plan in each AIR. In the AIRs submitted in 2017 and 2019, additional information on the assessment of programme results and impacts and answers to relevant evaluation questions need to be reported.

Moreover, programme authorities in Member States may decide to go beyond the minimum reporting requirements and provide more information on evaluation in various AIR sections, as shown below:

| **Requirements for reporting in relation to evaluation tasks** | **Optional elements to be reported as good practice - examples** |
| --- | --- |
| Report on any issues affecting the performance of the programme and measures taken[[192]](#footnote-193). (each AIR). | Report on the assessment of the RDP’s delivery mechanisms, as they can influence the programmes´ effectiveness, efficiency, results, and impacts: e.g. assessment of the RDP’s targeting, application of financial instruments, in particular measures, project applications, selections, payment procedures, the role of RDP’s communication to beneficiaries, etc. |
| Inform about activities undertaken in relation to and progress in implementing the evaluation plan[[193]](#footnote-194) (each AIR). | Report on activities, which were conducted beyond the minimum requirements, e.g. those planned and implemented in line with the internal planning documents for evaluation (e.g. steering group for evaluation, collaboration with evaluation experts, arrangements for data for evaluation beyond compulsory monitoring, etc.). |
| Inform about financial commitments and expenditures by measure[[194]](#footnote-195)(each AIR). | Provide information on the breakdown of financial commitments and expenditures in a way which helps later to conduct various assessments, for example with respect to the additional contribution (secondary effects), provide information on expected, unexpected, and real contributions to the flagged FA expressed in the financial commitments and expenditures. |
| Report on the financial data, common, and programme specific indicators and quantified target values[[195]](#footnote-196) where appropriate (each AIR). | Provide information on the approach when and how programme specific indicators have been developed and how the values for all indicators have been calculated. |
| Inform on the quantification and assessment of programme achievements through common and programme specific result indicators[[196]](#footnote-197), where appropriate (AIR 2017 and 2019). | In case of low uptake with respect to financial commitments, conduct and report on studies, which assess the interest of potential beneficiaries to apply for support from the RDP measures and estimate results/achievements of RDP objectives. |
| Report on contributions of the financial instruments to the achievement of indicators of the priority of measures concerned[[197]](#footnote-198) (each AIR and more in AIR 2017 and 2019). | Explain why FI are used in the implementation of particular measures in supporting particular beneficiaries and how this might influence the effectiveness and efficiency of the programme. In cases where there is sufficient uptake, one should report on the role of targeting of the RDP support via financial instruments and its effects on the values of the indicators. |
| Assess the potential additional contributions of operations to one or more focus areas (secondary effects)[[198]](#footnote-199) (AIR 2017 and 2019) | If there is sufficient RDP uptake report on the actual and additional contributions of the measures to the FAs, under which they have not been programmed, based on the collected information via payment requests and/or surveys and compare it with those expected during the programme design. |
| Summarise the findings from the evaluations of the programme, available during the previous financial year[[199]](#footnote-200), (each AIR) | Report on evaluations or scientific studies, which have not been conducted in relation to the RDP and ordered by the MA, but provide important findings with respect to the evaluation topics envisioned in the evaluation plan or with respect to the RDP’s objectives. For example, studies conducted by research institutes and academia, and various NGOs or government agencies. |
| Assess the information and progress made towards achieving the objectives of the programme[[200]](#footnote-201), and answer relevant (focus area related) evaluation questions[[201]](#footnote-202) (AIR 2017 and 2019) | Provide information on how one ensured that the answers to the evaluation equations are based on the robust quantitative and qualitative evidence, e.g. in the format of a table from the evaluation question to the collection of data and information. |
| Assess actions taken to ensure that objectives and implementation of the EAFRD is in line with the principles set out in Articles 6,7 and 8 of Regulation (EU) No 1303/2013[[202]](#footnote-203) (AIR 2017 and 2019) | Explain the approach to assess the gender equality/non-discrimination, the sustainable development, and the role of partners in the RDP implementation, including necessary arrangements with respect to data collection and the findings of the assessments. |
| Communicate the progress made in the implementation of the sub-programmes (including common and programme specific indicators) and the progress achieved in relation to targets set in the indicator plan[[203]](#footnote-204) (AIR 2017 and 2019). | If sub-programmes are part of the RDP, explain how the values of the indicators have been calculated. |

Annex 8 - Timing for preparing and implementing the system to answer the CEQ and answering CEQs

There are three different types of common evaluation questions:

* + - 1. CEQs related to the RD focus area (1-18)
      2. CEQs related to other aspects of the RDP: operation performance/programme synergies, TA and NRN (19-201)
      3. CEQs related to EU level objectives.

Although in the AIR submitted in 2017 only the CEQs related to the RD focus areas and other RDP aspects have to be answered, it is important to prepare the system for answering all evaluation questions prior to the programme implementation´s start. The table below illustrates at what point in time the three different types of CEQs need to be prepared, structured, observed, analysed and judged.

1. Timing for preparing and implementing the system to answer the CEQ, and answering CEQ

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Evaluation process** | | **Years** | | | | | | | | | |
| **2014-2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **2024** |
| **Preparing evaluation** | | CEQ-FA | CEQ-FA |  | CEQ-FA |  |  |  |  | CEQ-FA |  |
| CEQ–OA | CEQ–OA |  | CEQ–OA |  |  |  |  | CEQ–OA |  |
| CEQ–EU | CEQ–EU |  | CEQ–EU |  |  |  |  | CEQ–EU |  |
| **Structuring evaluation** | | CEQ-FA | CEQ-FA |  | CEQ-FA |  |  |  |  | CEQ-FA |  |
| CEQ–OA | CEQ–OA |  | CEQ–OA |  |  |  |  | CEQ–OA |  |
| CEQ–EU | CEQ–EU |  | CEQ–EU |  |  |  |  | CEQ–EU |  |
| **Conducting evaluation** | **Observing** |  | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA |
|  | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA |
|  | CEQ–EU | CEQ–EU | CEQ–EU | CEQ–EU | CEQ–EU | CEQ–EU | CEQ–EU | CEQ–EU | CEQ–EU |
| **Analysing** |  | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA | CEQ-FA |  |  |  | CEQ-FA | CEQ-FA |
|  | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA | CEQ–OA |  |  |  | CEQ–OA | CEQ–OA |
|  |  |  | CEQ–EU | CEQ–EU |  |  |  | CEQ–EU | CEQ–EU |
| **Judging** |  |  | CEQ-FA |  | CEQ-FA |  |  |  |  | CEQ-FA |
|  |  | CEQ–OA |  | CEQ–OA |  |  |  |  | CEQ–OA |
|  |  |  |  | CEQ–EU |  |  |  |  | CEQ–EU |
| **Reporting evaluation** | |  |  | CEQ-FA |  | CEQ-FA |  |  |  |  | CEQ-FA |
|  |  | CEQ–OA |  | CEQ–OA |  |  |  |  | CEQ–OA |
|  |  |  |  | CEQ–EU |  |  |  |  | CEQ–EU |

|  |
| --- |
| CEQ related to FA: CEQ-FA |
| CEQ related to other aspects: CEQ-OA |
| CEQ related to EU objectives: CEQ–EU |

Annex 9 – Criteria for the selection of the evaluation approach

| Criteria | Description |
| --- | --- |
| Validity of results | Users of evaluations want results that are reliable, scientifically sound, robust and valid. The validity of results can only be checked with a transparent research process. Attention must be paid to restrictions to data access which may impair a high level of transparency. In order to improve the validity of results, authorities commissioning the evaluation studies should put an emphasis on as much transparency as possible. |
| Scale of measurement | Different methods produce results at different scales: quantitative methods (e.g. econometrics, input-output, computational models, etc.) provide results in numbers (cardinal scales), while qualitative methods produce results on ordinal or nominal scales.  When results need to be expressed in the cardinal scale, the choice of methods becomes limited because qualitative and participatory methods and theory-based and descriptive approaches allow for ordinal statements at best. Quantitative methods would therefore be strongly preferred in this case. |
| Ability to analyse the counterfactual | A good evaluation should always develop a counterfactual. The counterfactual situation is the conceived and observed scenario that is used to compare firms/farms/territory/etc. with and without programme support. Although most methods can be used to analyse counterfactual scenarios, the challenge is to make judgements about an effect of the programme, which by definition cannot be directly observed in most cases. Quantitative methods are more systematic in building counterfactuals; however, some qualitative methods can also include a counterfactual in their design. |
| Ability to identify and test causal relations | One of the biggest challenges in evaluation is to identify and test causal relations between the policy interventions and the outcomes. Only a small set of methods (typically econometric models) are suited to provide such results. If such results are not available, assumptions about causal effects need to be made, possibly through the application of qualitative methods. |
| Ability to link outputs and results with impact indicators | A good evaluation, even if carried out at an early stage of programme implementation, where impacts are not yet discernible, should be designed with a long-term perspective. This implies establishing mechanisms for linking outputs and results to impacts which at a later stage have to be assessed in relation to the intervention logic of the programme. |
| Ability to consider unintended effects | Several unintended effects are important to consider in order to evaluate programme support. These include leverage, substitution, displacement effects and deadweight loss (windfall profit). Although most methods can be used to take into account leverage and deadweight effects, only econometric methods can be used to quantify their size. |
| Time horizon of the intervention | Many interventions, especially investments, have a period of operation that spans over many years (e.g. the planting of an orchard). The methods used to analyse the effects of such interventions are different from approaches that analyse interventions with short-term payoffs (e.g. an automatic milking system). It therefore has to be recognised that the effects of some interventions will be measurable only with a considerable delay that may go well beyond the programme period. |

Annex 10 - Tools for qualitative appraisal of RDP operations´ primary and secondary contributions to focus areas and synergies between measures, between FAs and between RD priorities

The RDP intervention logic is complex and contains various horizontal, vertical and diagonal linkages between operations, measures, focus areas and rural development priorities. These linkages are:

* **Primary contributions** of operations implemented under measures/sub-measures[[204]](#footnote-205) to focus areas under which they are programmed (vertical)
* **Secondary contributions** of operations implemented under measures/sub-measures[[205]](#footnote-206) to focus areas under which they are **not** programmed (diagonal)
* **Transverse effects** between focus areas and between rural development priorities (horizontal)
* Positive transverse effects are also called synergies
* Negative/antagonistic effects

These linkages should not be mixed up with the programme’s indirect effects, which go beyond the objectives or address various issues. RDP indirect effects are explained in PART II of the Guidelines, in the chapter 5.1 Revisiting the RDP intervention logic.

**Table 12** below proposes one possible tool to indicate primary and secondary contributions of the RDP’s operations to the RDP’s focus areas (vertical and diagonal linkages). This table is an example which should be adjusted to the specificities of each unique RDP’s intervention logic with a view to show only the priorities, focus areas and measures/sub-measures which are present in that respective RDP.

Primary contributions of operations are shown on the left side of the table where measures/sub-measures are linked to FAs under which they are programmed. Secondary contributions of operations are highlighted with orange boxes.

The table can be filled by the MA to appraise where the potential secondary contributions of operations to other FAs can be expected during the evaluation. The table also can be used by the evaluators as an indicative qualitative assessment tool before setting up the sample of beneficiaries to assess the secondary contributions. Based on the information obtained from the table and the information from the application forms/payment requests, the evaluators can select samples of beneficiaries (e.g. according to sectors: dairy, grain etc.) with operations generating additional contributions to FAs other than those under which they have been programmed and use the survey to find out their contributions to the value of result indicators.

The table is available also in an editable version.

**Table 13** shows a classical pair wise matrix, allowing one to assess synergies and negative transverse effects (horizontal linkages) between focus areas and between priorities in a qualitative fashion. This table also can serve as an input to answer common evaluation question number 19: “To what extent have the synergies among priorities and focus areas enhanced the effectiveness of the RDP?”

Stakeholders in the Member States can fill the boxes of this table using two different colours. In the case of the example below, the green colour symbolises synergies and the red colour symbolises negative transverse effects. Unfilled boxes indicate neutral transverse effects.

Stakeholders in the Member States should adjust the table in accordance with the RDP’s intervention logic. The table example is also available in an editable version.

1. Primary and secondary contributions of operations within measures/sub-measures to rural development focus areas – example



1. Synergies and negative transverse effects between focus areas and between priorities





1. Anexo VII do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão, de 17 de julho de 2014, que estabelece normas de execução do Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (JO L 227/18 de 31.7.2014). [↑](#footnote-ref-2)
2. Artigo 67.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013 e artigo 14.º e anexos IV, V e VI do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-3)
3. Anexo VII, ponto 2, do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-4)
4. Anexo VII, ponto 1, alínea a), do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-5)
5. Anexo VII, ponto 1, alínea b), do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-6)
6. Anexo VII, ponto 7, do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-7)
7. Artigo 54.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho (JO L 347/320 de 20.12.2013). [↑](#footnote-ref-8)
8. Artigo 14.º, alínea b), e anexo VII, ponto 7, do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-9)
9. Contribuições suplementares de operações para outras áreas de incidência que não aquelas ao abrigo das quais foram programadas. [↑](#footnote-ref-10)
10. Artigo 50.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 e anexo VII, ponto 7, do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-11)
11. http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/policy-in-action/improving-implementation/delivery-mechanisms/pt/delivery-mechanisms\_pt.html. [↑](#footnote-ref-12)
12. Anexo VII, ponto 3, do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-13)
13. Artigo 14.º, n.º 1, alínea b), e anexo IV do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-14)
14. <https://www.statpac.com/surveys/sampling.htm>. [↑](#footnote-ref-15)
15. Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-16)
16. Anexo VII, ponto 7, do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-17)
17. Artigo 8.º, n.º 1, alínea g), do Regulamento (UE) n.º 1305/2013. [↑](#footnote-ref-18)
18. Anexo 6 «Formulário de avaliação da qualidade», Guia da DG Mercado Interno para a avaliação da legislação, páginas 87-97 http://ec.europa.eu/dgs/internal\_market/evaluation/evaluation/index\_en.htm. [↑](#footnote-ref-19)
19. Article 54(1) of Regulation (EU) No 1303/2013; Article 68(a) of Regulation (EU) No 1305/2013 [↑](#footnote-ref-20)
20. WD: common evaluation questions for rural development programmes 2014-2020, <https://enrd.ec.europa.eu/en/evaluation-helpdesks-publications> [↑](#footnote-ref-21)
21. Article 14(1)(c) and Annex VII, point (7) to Commission Implementing Regulation (EU) No 808/2014, [↑](#footnote-ref-22)
22. Additional indicators are applied **additionally** to common indicators if the latter are not sufficient to answer the CEQ in a satisfactory manner [↑](#footnote-ref-23)
23. Programme-specific indicators are applied to answer PSEQ [↑](#footnote-ref-24)
24. Artigo 8.º, n.º 1, alínea g), do Regulamento (UE) n.º 1305/2013. [↑](#footnote-ref-25)
25. Abordagens baseadas na teoria, quantitativas, qualitativas e mistas. [↑](#footnote-ref-26)
26. Autoridade de gestão, organismo pagador, peritos em matéria de avaliação, avaliadores, fornecedores de dados, membros do comité de acompanhamento. [↑](#footnote-ref-27)
27. Esta avaliação é também muito importante para a avaliação das sinergias do programa e para responder à QAC n.º 19: «Em que medida é que as sinergias entre as prioridades e as áreas de incidência reforçaram a eficácia do PDR?». [↑](#footnote-ref-28)
28. Ler igualmente a parte II, capítulos 1 e 2, de «Retirar o máximo partido do seu PDR: orientações para a avaliação *ex ante* dos PDR 2014-2020» <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html>. [↑](#footnote-ref-29)
29. Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, <http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm> [↑](#footnote-ref-30)
30. <http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/>. [↑](#footnote-ref-31)
31. As operações programadas no âmbito das áreas de incidência ambiental, nomeadamente as AI 4A, 4B, 4C, 5D e 5E, nas quais as metas são fixadas em % da superfície abrangida por contratos, são contabilizadas para todas as AI para cujos objetivos podem contribuir. As suas contribuições multiplicadas já foram captadas pelo sistema de acompanhamento e, por conseguinte, não é necessário mais nenhuma quantificação das metas durante a avaliação. [↑](#footnote-ref-32)
32. Poderá encontrar uma descrição pormenorizada dos efeitos do programa nas orientações para a avaliação *ex post* dos PDR 2007-2013, capítulo 4.2.2 Desafio: identificação dos efeitos do programa, <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html>. [↑](#footnote-ref-33)
33. Em alguns casos, a estratégia de DLBC pode incluir medidas do PDR ou medidas referidas no Regulamento (UE) n.º 1305/2013; noutros casos, pode incluir as suas próprias medidas. [↑](#footnote-ref-34)
34. Ver Documento de Trabalho «Lista de elementos de dados para a base de dados do Pilar II». [↑](#footnote-ref-35)
35. Artigo 51.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013. [↑](#footnote-ref-36)
36. Artigos 5.º e 59.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. [↑](#footnote-ref-37)
37. Artigo 54.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013. [↑](#footnote-ref-38)
38. Retirar o máximo partido do seu PDR: orientações para a avaliação *ex ante* dos PDR para 2014-2020, <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html>.

    [↑](#footnote-ref-39)
39. <http://enrd.ec.europa.eu/en/evaluation-helpdesks-publications>. [↑](#footnote-ref-40)
40. <http://ec.europa.eu/agriculture/glossary/index_pt.htm>. [↑](#footnote-ref-41)
41. Anexo 1, QAC n.º 1 do Documento de trabalho: questões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020. [↑](#footnote-ref-42)
42. Anexo 1 do Documento de trabalho: questões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020. [↑](#footnote-ref-43)
43. Artigo 14.º, n.º 1, alínea b), e anexo IV do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-44)
44. Documentos de trabalho: indicadores de impacto, fichas de indicadores de contexto comuns, indicadores de meta para o Pilar II, indicadores de resultados complementares para o Pilar II. [↑](#footnote-ref-45)
45. Anexo IV do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-46)
46. Anexo IV do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão, e documento de trabalho «Lista de elementos de dados para a base de dados do Pilar II». [↑](#footnote-ref-47)
47. É esse o caso quando os elementos comuns não permitem responder às QA pertinentes nem são passíveis de ser utilizados mais tarde na avaliação dos impactos. [↑](#footnote-ref-48)
48. As informações podem igualmente ser consultadas em: [enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/good-practices-workshops/national-rural-networks/en/national-rural-networks\_en.html](file:///C:\Users\Lenovo\Desktop\Enrd.ec.europa.eu\enrd-static\evaluation\good-practices-workshops\national-rural-networks\en\national-rural-networks_en.html). [↑](#footnote-ref-49)
49. QAC relacionada com a área de incidência n.º 4 (AI 2A), 11 (AI 5A), 12 (AI 5B), 13 (AI 5C) e 14 (AI 5D). No caso da QAC n.º 14, existem dois indicadores de resultados complementares para lhe fornecer uma resposta. [↑](#footnote-ref-50)
50. Por exemplo, QAC relacionada com a área de incidência n.º 6 (AI 3A), 8 (AI 4A), 9 (AI 4B), etc. [↑](#footnote-ref-51)
51. Artigo 8.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1305/2013 e anexo I, parte 1, n.º 4, do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-52)
52. Por exemplo, alguns PDR têm a área de incidência 2C para a silvicultura ou a indústria alimentar. [↑](#footnote-ref-53)
53. Manual técnico sobre o quadro comum de acompanhamento e avaliação da PAC 2014-2020. [↑](#footnote-ref-54)
54. Captar o sucesso do seu PDR: orientações para a avaliação *ex post* dos PDR 2007-2013. [↑](#footnote-ref-55)
55. Annex VII, point 7 to Commission Implementing Regulation (EU) No 808/2014 [↑](#footnote-ref-56)
56. Assessment of impacts of a given RDP at territorial or macro level (which should be reported in AIR submitted in 2019 and ex-post evaluation) will require in addition to the above effects also consideration of other indirect programme effects (e.g. displacement effects, multiplier effects and other general equilibrium effects) occurring at the level of regions affected by a given RDP [↑](#footnote-ref-57)
57. See EUROPEAN COMMISSION - Directorate-General for Agriculture and Rural Development – Unit E.4 (2014): Investment Support under Rural Development Policy. Final Report. Brussels. ISBN 978-92-79-35314-7 [↑](#footnote-ref-58)
58. For more information see Guidelines for ex post evaluation of 2007-2013 RDPs, <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html> [↑](#footnote-ref-59)
59. Guidelines for the ex post evaluation of 2007-2013 RDPs, chapter 4, e[nrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications\_en.html](file:///C:\Users\Anne-Charlotte\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\Content.Outlook\BNPK50XI\nrd.ec.europa.eu\enrd-static\evaluation\library\evaluation-helpdesk-publications\en\evaluation-helpdesk-publications_en.html) [↑](#footnote-ref-60)
60. See: Investment Support under RD policy, final report 2014. [↑](#footnote-ref-61)
61. In scientific literature not all types of approaches are equally well accepted and the robustness of results may be questioned if results are based on a small sample size or a model specification that has not undergone peer reviews or if results were obtained in a non-transparent manner. [↑](#footnote-ref-62)
62. http://betterevaluation.org/evaluation-options/propensity\_scores [↑](#footnote-ref-63)
63. For more information see Guidelines for ex post evaluation of 2007-2013 RDPs, <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html> . [↑](#footnote-ref-64)
64. Annex VII, point 7 to Commission Implementing Regulation (EU) No 808/2014 [↑](#footnote-ref-65)
65. Article 54(2) of Regulation (EU) No 1303/2013 and Article 76(2) of Regulation (EU) No 1305/2013 [↑](#footnote-ref-66)
66. Capturing the success of your RDP: Guidelines for the ex post evaluation of 2007-2013 RDPs,<http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html> [↑](#footnote-ref-67)
67. E.g. Farm Bird Index (FBI), Farm Accountancy Data Network (FADN). [↑](#footnote-ref-68)
68. Annex IV to Commission Implementing Regulation No 808/2014; Working document. Context indicators fiches, Context indicator table and proposed list of common context indicators. [↑](#footnote-ref-69)
69. Guidelines for the ex-post evaluation of 2007-2013 RDPs, Part II, page 132. [↑](#footnote-ref-70)
70. WD: Complementary result indicator fiches for Pillar II, EC, June 2014 [↑](#footnote-ref-71)
71. The question is if the beneficiaries with completed projects are representative of the total. [↑](#footnote-ref-72)
72. Capturing the success of your RDP: Guidelines for the ex post evaluation of 2007-2013 RDPs, PART II, Chapter 4, <http://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/evaluation/library/evaluation-helpdesk-publications/en/evaluation-helpdesk-publications_en.html> [↑](#footnote-ref-73)
73. Due to these difficulties, the assessment of environmental effects was in many empirical studies restricted to the measurement aspect only. Indeed, the assessment of environmental results/impacts is still in its infancy and a wide range of possible methods (applicable in the field of socio-economic results/impacts) still wait for their empirical testing. [↑](#footnote-ref-74)
74. Also see chapter 5.1 of PART II in this document [↑](#footnote-ref-75)
75. Here, we focus on reporting in AIR 2017, i.e. on effects occurring at micro-level only. In the real world, secondary effects occur also at regional- and macro-level and point out how positive or negative effects originated from a given programme are transmitted through and/or across a given territory. [↑](#footnote-ref-76)
76. Anexo VII do Regulamento de Execução (UE) n.º 808/2014 da Comissão. [↑](#footnote-ref-77)
77. Esta informação não substitui o relatório de avaliação integral, que pode ainda ser elaborado nos Estados-Membros mas não se encontra anexado ao modelo do SFC. [↑](#footnote-ref-78)
78. Este exemplo foi elaborado pelo Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, em consulta com os serviços da DG AGRI, e a sua estrutura e conteúdo foram discutidos com os Estados-Membros durante as 8.a e 9.a reuniões do Grupo de Peritos sobre Acompanhamento e Avaliação da PAC e durante a 28.a e a 29.a reuniões do Comité do Desenvolvimento Rural. [↑](#footnote-ref-79)
79. This also covers those measures/sub/measures which have shown the secondary contributions during the evaluation not only those who have been planned to contribute additionally to focus areas others than programmed during the programme design [↑](#footnote-ref-80)
80. Additional indicators are used if the common indicators are not sufficient to answer the CEQ, and if the success is specified with judgment criteria which are not measured with the common indicators. [↑](#footnote-ref-81)
81. List judgment criteria used to specify the success of the intervention within the FA. The judgment criteria proposed by the WD:"Common evaluation questions for rural development programmes 2014-2020" are pre-filled in the table. Os intervenientes ao nível dos Estados-Membros podem propor os seus próprios critérios de apreciação para especificar o êxito, em consonância com a lógica de intervenção específica da AI. No sistema para responder às QAC 1-21, um critério de apreciação está ligado a um indicador de resultados (comum ou adicional). [↑](#footnote-ref-82)
82. List common result indicators used in answering the CEQ. Ensure that the indicators are listed in a consistent way with the judgment criteria and placed in the same line. [↑](#footnote-ref-83)
83. List additional indicators used in answering the CEQ. Ensure that the judgment criteria are listed in a consistent way with the additional indicators and placed in the same line. Additional indicators filled in this column are those proposed in the WD: Common Evaluation Questions for rural Development Programmes 2014-2020 as “additional information”. MS can use their own additional indicators and information if they consider the pre-filled ones as not relevant for the specific RDP. [↑](#footnote-ref-84)
84. In case the same method was used in answering several evaluation questions, the description does not need to be repeated in all respective tables. It is sufficient just to provide the reference to the respective table of the SFC template, point 7, where the method is described in detail. [↑](#footnote-ref-85)
85. Quantitative methods are applicable for the assessment of all complementary result indicators and all other indicators including additional ones, apart from those which are measured as a ratio and which can be deducted directly from the monitoring system. The values can be directly obtained from the monitoring system. [↑](#footnote-ref-86)
86. In case the same method was used for several indicators, the list of these indicators should be provided. [↑](#footnote-ref-87)
87. Explain the reasons why qualitative methods have been used to assess the RDP results linked to FA 2A - introductory qualitative analysis, triangulation of quantitative findings, no data available (e.g. no RDP uptake under the FA 2A), etc. [↑](#footnote-ref-88)
88. In case the same method was used for several indicators, the list of these indicators should be provided. [↑](#footnote-ref-89)
89. Values are based on the quantitative methods decsribed above (complementary result indicators or additional indicators), or on the values collected via operations database (target indicators) [↑](#footnote-ref-90)
90. Value is aggregated from Pillar II operations database for output indicators, and/or from statistics databases for common context indicators or additional indicators, if they are used to answer the common evaluation questions. [↑](#footnote-ref-91)
91. This column is filled for the following result indicators: R1/T4 and for additional indicators, if they are expressed in ratio values. If there are secondary contributions or LEADER/CLLD contributions to the value of indicator, please explain under point 6 “Answer to evaluation questions”. [↑](#footnote-ref-92)
92. The gross value of complementary result indicator R2 is provided here. The gross value of used additional result indicators and common context indicators is inserted here as well, if they are not expressed in ratio values. Gross value is the value of indicator observed within the group of RDP beneficiaries. The gross value of indicator is inserted also in case the net value has been inserted in the table. [↑](#footnote-ref-93)
93. The net value of complementary result indicator R2 (in case it was possible to calculate it) is inserted here. The net value of used common context indicators is inserted here as well, if they are not expressed in ratio values. Net value is the value of indicator attributed to the RDP intervention. See the guidelines Assessment of RDP results, chapter 7.2. If there are secondary contributions or LEADER/CLLD contributions to the value of indicator, please explain under point 6 “Answer to evaluation questions”. [↑](#footnote-ref-94)
94. All data and information sources used for calculation of indicators should be listed here, e.g. Pillar II operations database, EU/national/regional statics, GIS, etc. [↑](#footnote-ref-95)
95. The common output indicators can be also used, especially if the value of output indicator is necessary to calculate the result indicator or in case it provides important information for answering the evaluation question, e.g. number of holdings/operations supported (O3 and O4), physical areas supported (O6), number of livestock units supported (O8), etc. The selection of output indicators for answering the evaluation question is done in MS. [↑](#footnote-ref-96)
96. Values of common complementary result indicators are collected separately for numerator and denominator [↑](#footnote-ref-97)
97. Additional indicators are optional and developed in MS to answer common evaluation questions in case the common indicators are considered insufficient for this purpose. [↑](#footnote-ref-98)
98. The common context indicators can be also used to answer common evaluation questions if relevant (e. g. CCI 14, CCI 17, CCI 26). [↑](#footnote-ref-99)
99. Explain problems faced by the evaluator during the assessment, e.g. data and information availability, timing and coordination issues, etc. which might have threatened the reliability and validity of evaluation findings. [↑](#footnote-ref-100)
100. On the basis of the evidence resulting from the analysis presented under points 3 and 4. [↑](#footnote-ref-101)
101. On the basis of the information collected under points 3 and 4 the answer given under point 6. [↑](#footnote-ref-102)
102. Abrange também as medidas/submedidas que apresentaram efeitos secundários durante a avaliação e não apenas as que foram previstas para contribuir adicionalmente para áreas de incidência diferentes das programadas durante a conceção do programa. [↑](#footnote-ref-103)
103. São utilizados indicadores adicionais se os indicadores comuns não forem suficientes para responder à QAC e se o êxito for especificado recorrendo a critérios de apreciação que não são medidos com os indicadores comuns. [↑](#footnote-ref-104)
104. Lista dos critérios de apreciação utilizados para especificar o êxito da intervenção no âmbito do AI. Os critérios de apreciação propostos pelo Documento de trabalho: as «Questões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020» estão prépreenchidas no quadro. As partes interessadas dos Estados-Membros podem propor os seus próprios critérios de apreciação para especificar o êxito, em consonância com a lógica de intervenção específica da AI. No sistema para responder às QAC 1-21, um critério de apreciação está ligado a um indicador de resultados (comum ou adicional). [↑](#footnote-ref-105)
105. Lista de indicadores de resultados comuns utilizados para responder à QAC. Garantir que os indicadores são enumerados de forma coerente com os critérios de apreciação e colocados na mesma linha. [↑](#footnote-ref-106)
106. Lista de indicadores adicionais utilizados para responder à QAC. Garantir que os critérios de apreciação são enumerados de forma coerente com os indicadores adicionais e colocados na mesma linha. Os indicadores adicionais preenchidos nesta coluna são os propostos no Documento de trabalho: questões de avaliação comuns para os programas de desenvolvimento rural 2014-2020 enquanto «informações adicionais». Os Estados-Membros podem utilizar os seus próprios indicadores adicionais e informações se considerarem que os pré-preenchidos não são pertinentes para o PDR específico [↑](#footnote-ref-107)
107. Caso tenha sido utilizado o mesmo método para responder a várias questões de avaliação, não é necessário repetir a descrição em todos os quadros respetivos. Basta indicar a referência ao quadro respetivo do modelo do SFC, ponto 7, onde o método é descrito em pormenor. [↑](#footnote-ref-108)
108. Aplicam-se métodos quantitativos para a avaliação de todos os indicadores de resultados complementares e todos os outros indicadores, incluindo os adicionais, à exceção daqueles que são medidos em valores absolutos e como percentagem e que podem ser deduzidos diretamente do sistema de acompanhamento. [↑](#footnote-ref-109)
109. Caso tenha sido utilizado o mesmo método para vários indicadores, deve ser apresentada a lista de indicadores. [↑](#footnote-ref-110)
110. Explicar as razões pelas quais foram utilizados métodos qualitativos para avaliar os resultados dos PDR ligados à AI 2A — Análise qualitativa introdutória, triangulação dos resultados quantitativos, não existem dados disponíveis (por exemplo, ausência de utilização do PDR na AI 2A), etc. [↑](#footnote-ref-111)
111. Caso tenha sido utilizado o mesmo método para vários indicadores, deve ser apresentada a lista de indicadores. [↑](#footnote-ref-112)
112. Os valores têm por base os métodos quantitativos descritos anteriormente (indicadores de resultados complementares ou indicadores adicionais) ou os valores recolhidos através de bases de dados de operações (indicadores de meta). [↑](#footnote-ref-113)
113. O valor é agregado da base de dados de operações do Pilar II para os indicadores de realizações e/ou das bases de dados estatísticos para os indicadores de contexto comuns ou os indicadores adicionais, se estes forem utilizados para responder às questões de avaliação comuns. [↑](#footnote-ref-114)
114. Para os seguintes indicadores de resultados: R1/T4, e para os indicadores adicionais, se forem expressos em termos de rácio, preencher esta coluna. Se existirem contribuições secundárias ou contribuições do LEADER/DLBC para o valor do indicador, preencher o ponto 6 «Responder às questões da avaliação». [↑](#footnote-ref-115)
115. Indicar nesta coluna o valor bruto do indicador de resultados complementar R2. O valor bruto dos indicadores de resultados adicionais e dos indicadores de contexto comuns utilizados também deve ser inserido nesta coluna, se não forem expressos em termos de rácio. O valor bruto é o valor do indicador observado no grupo de beneficiários do PDR. Inserir também o valor bruto do indicador caso o valor líquido tenha sido inserido no quadro. [↑](#footnote-ref-116)
116. Indicar nesta coluna o valor líquido do indicador de resultados complementar R2 (caso tenha sido possível calculá-lo). O valor líquido dos indicadores de contexto comuns utilizados também deve ser indicado nesta coluna, se não forem expressos em termos de rácio. O valor líquido é o valor do indicador atribuído à intervenção do PDR. Ver as orientações de avaliação dos resultados do PDR, capítulo 7.2. Se existirem contribuições secundárias ou contribuições do LEADER/DLBC para o valor do indicador, preencher o ponto 6 «Responder às questões de avaliação». [↑](#footnote-ref-117)
117. Todos os dados e fontes de informação utilizados para calcular os indicadores devem ser enumerados nesta coluna, por exemplo, bases de dados das operações do Pilar II, estatísticas da UE/nacionais/regionais, SIG, etc. [↑](#footnote-ref-118)
118. Os indicadores de realizações comuns também podem ser utilizados, nomeadamente se o valor do indicador de realizações for necessário para calcular o indicador de resultados ou caso forneça informações importantes para responder à questão de avaliação, por exemplo, número de explorações/operações apoiadas (O3 e O4), áreas físicas apoiadas (O6), número de cabeças normais apoiadas (O8), etc. A seleção dos indicadores de realizações para responder à questão de avaliação cabe aos Estados-Membros. [↑](#footnote-ref-119)
119. Os valores dos indicadores de resultados complementares comuns são recolhidos separadamente para o numerador e para o denominador. [↑](#footnote-ref-120)
120. Os indicadores adicionais são opcionais e são estabelecidos pelos Estados-Membros para responder às questões de avaliação comuns caso os indicadores comuns sejam considerados insuficientes para o efeito. [↑](#footnote-ref-121)
121. Os indicadores de contexto comuns também podem ser utilizados para responder às questões de avaliação comuns, se for caso disso (por exemplo, ICC 14, ICC 17, ICC 26). [↑](#footnote-ref-122)
122. Explicar os problemas enfrentados pelo avaliador durante a avaliação (por exemplo, disponibilidade de dados e informações, questões de calendário e de coordenação, etc.) que podem ter comprometido a fiabilidade e a validade das constatações da avaliação. [↑](#footnote-ref-123)
123. Com base nos dados resultantes da análise apresentada nos pontos 3 e 4. [↑](#footnote-ref-124)
124. Com base nas informações recolhidas nos pontos 3 e 4 e na resposta dada no ponto 6. [↑](#footnote-ref-125)
125. Insert the number and title of the programme specific focus area, e.g. 2C – “Improving the economic performance and market participation of forestry enterprises” [↑](#footnote-ref-126)
126. Insert the title of programme specific evaluation question, e.g. “To what extent have the RDP interventions supported the improvement of economic performance and market participation of forestry enterprises?” [↑](#footnote-ref-127)
127. Explain reasons why the programme specific focus area has been introduced in the RDP, linking it to the SWOT and needs assessment and to the overall RDP intervention logic. [↑](#footnote-ref-128)
128. This covers measures /sub-measures which have shown secondary contribution during the evaluation not only those who have been planned to contribute additionally to focus areas other than those programmed during the programme design. [↑](#footnote-ref-129)
129. Programme specific result indicators are used to answer the PSEQ. Common indicators can be also used if relevant. [↑](#footnote-ref-130)
130. Programme specific judgment criteria specify the success of the intervention under the programme specific focus area and are linked to common and programme specific indicators used to answer the PSEQ [↑](#footnote-ref-131)
131. List common result indicators used in answering the CEQ. Ensure that the indicators are listed in a consistent way with the judgment criteria and placed in the same line. [↑](#footnote-ref-132)
132. List programme specific result indicators used in answering the PSEQ in consistency with programme specific judgment criteria. Indicators must be in consistency with the judgment criteria. [↑](#footnote-ref-133)
133. In case the same method was used in answering this PSEQ as in answering other evaluation questions, the description does not need to be repeated in all respective tables. It is sufficient just to provide the reference to the respective table of the SFC template, point 7, where the method is described in detail. [↑](#footnote-ref-134)
134. Quantitative methods are applicable for the assessment of all common complementary result indicators and for programme specific indicators of similar nature, apart from those which can be deducted directly from the monitoring system. [↑](#footnote-ref-135)
135. In case the same method was used for several indicators, the list of these indicators should be provided. [↑](#footnote-ref-136)
136. Explain the reasons why qualitative methods have been used to assess the RDP results linked to programme specific FA - introductory qualitative analysis, triangulation of quantitative findings, no data available (e.g. no RDP uptake under the FA), etc. [↑](#footnote-ref-137)
137. In case the same method was used for several indicators, the list of these indicators should be provided. [↑](#footnote-ref-138)
138. Values are based on the quantitative methods described above. [↑](#footnote-ref-139)
139. Value is aggregated from Pillar II operations database for output indicators, and/or from statistics databases for common indicators or programme specific indicators, if they are used to answer the PSEQ. [↑](#footnote-ref-140)
140. This column is filled for the common and programme specific indicators if they are expressed as ratio. [↑](#footnote-ref-141)
141. This column is filled for gross values of common and programme specific indicators, if applicable. Gross value is the value observed within the group of RDP beneficiaries. The gross value of indicators is inserted also in case the net value has been inserted in the table. If there are secondary contributions or LEADER/CLLD contributions to the value of indicator, please explain under point 6 “Answer to evaluation questions”. [↑](#footnote-ref-142)
142. This column is filled for net values of common and programme specific indicators, if applicable. Net value is the value of indicator attributed to the RDP intervention. See the guidelines Assessment of RDP results, chapter 7.2. If there are secondary contributions or LEADER/CLLD contributions to the value of indicator, please explain under point 6 “Answer to evaluation questions”. [↑](#footnote-ref-143)
143. All data and information sources used for calculation of indicators should be listed here, e.g. Pillar II operations database, EU/national/regional statistics, GIS etc. [↑](#footnote-ref-144)
144. The common output indicators can be also used to answer the PSEQ. The selection of output indicators for answering the evaluation question is done in MS. [↑](#footnote-ref-145)
145. The MS can also apply programme specific output indicators to answer the PSEQ. [↑](#footnote-ref-146)
146. The common indicators can be also used to answer PSEQ. Decision which common indicators could be used in done in MS. [↑](#footnote-ref-147)
147. PSEQ is answered with programme specific indicators which are developed in MS. [↑](#footnote-ref-148)
148. Explain problems faced by the evaluator during the assessment, e.g. data and information availability, timing and coordination issues, etc. which might have threatened the reliability and validity of evaluation findings. [↑](#footnote-ref-149)
149. On the basis of the evidence resulting from the analysis presented under points 4 and 5. [↑](#footnote-ref-150)
150. On the basis of the information collected under points 4 and 5 and the answer given under point 7. [↑](#footnote-ref-151)
151. Inserir o número e o título da área de incidência específica do programa, por exemplo 2C — «Melhorar o desempenho económico e a participação das empresas do setor da silvicultura no mercado» [↑](#footnote-ref-152)
152. Inserir o título da questão de avaliação específica do programa, por exemplo, «Em que medida as intervenções do PDR apoiaram a melhoria do desempenho económico e da participação das empresas do setor da silvicultura no mercado?» [↑](#footnote-ref-153)
153. Explicar os motivos pelos quais a área de incidência específica do programa foi introduzida no PDR, ligando-a à análise SWOT, à avaliação das necessidades e à lógica de intervenção geral do PDR. [↑](#footnote-ref-154)
154. Tal abrange as medidas/submedidas que apresentaram contribuições secundárias durante a avaliação e não apenas aquelas que se previa contribuiriam adicionalmente para áreas de incidência diferentes das programadas durante a conceção do programa. [↑](#footnote-ref-155)
155. Os indicadores de resultados específicos do programa são utilizados para responder à QAEP e caso o êxito seja especificado recorrendo a critérios de apreciação que não são medidos com os indicadores comuns. [↑](#footnote-ref-156)
156. Os critérios de apreciação específicos do programa indicam o êxito da intervenção no âmbito da área de incidência específica do programa e estão ligados aos indicadores comuns e específicos do programa utilizados para responder à QAEP. [↑](#footnote-ref-157)
157. Lista de indicadores de resultados comuns utilizados para responder à QAC. Garantir que os indicadores são enumerados de forma coerente com os critérios de apreciação e colocados na mesma linha. [↑](#footnote-ref-158)
158. Lista indicadores de resultados específicos do programa utilizados para responder à QAEP em consonância com critérios de apreciação específicos do programa. [↑](#footnote-ref-159)
159. Caso tenha sido utilizado o mesmo método para responder a esta QAEP e a outras questões de avaliação, não é necessário repetir a descrição em todos os quadros respetivos. Basta indicar a referência ao quadro respetivo do modelo do SFC, ponto 7, onde o método é descrito em pormenor. [↑](#footnote-ref-160)
160. Os métodos quantitativos aplicam-se à avaliação de todos os indicadores de resultados complementares comuns e aos indicadores específicos do programa de natureza semelhante, à exceção dos que podem ser deduzidos diretamente do sistema de acompanhamento. [↑](#footnote-ref-161)
161. Caso tenha sido utilizado o mesmo método para vários indicadores, deve ser apresentada a lista de indicadores. [↑](#footnote-ref-162)
162. Explicar as razões pelas quais foram utilizados métodos qualitativos para avaliar os resultados do PDR ligados à AI específica do programa — análise qualitativa introdutória, triangulação das constatações quantitativas, não existem dados disponíveis (por exemplo, ausência de utilização do PDR na AI), etc. [↑](#footnote-ref-163)
163. Caso tenha sido utilizado o mesmo método para vários indicadores, deve ser apresentada a lista de indicadores. [↑](#footnote-ref-164)
164. Os valores baseiam-se nos métodos quantitativos acima descritos. [↑](#footnote-ref-165)
165. O valor é agregado da base de dados de operações do Pilar II para os indicadores de realizações e/ou das bases de dados estatísticos para indicadores comuns ou indicadores específicos dos programas, caso estes sejam utilizados para responder à QAEP. [↑](#footnote-ref-166)
166. Se os indicadores comuns e específicos do programa forem expressos sob a forma de rácio, preencher esta coluna. [↑](#footnote-ref-167)
167. No caso de valores brutos dos indicadores comuns e específicos do programa, quando aplicável, preencher esta coluna. O valor bruto é o valor observado no âmbito do grupo de beneficiários do PDR. Inserir também o valor bruto dos indicadores caso o valor líquido tenha sido inserido no quadro. Se existirem contribuições secundárias ou contribuições do LEADER/DLBC para o valor do indicador, preencher o ponto 6 «Responder às questões de avaliação». [↑](#footnote-ref-168)
168. No caso de valores líquidos dos indicadores comuns e específicos do programa, se aplicável, preencher esta coluna. No caos de valores líquidos dos indicadores comuns e específicos do programa, se aplicável, preencher esta coluna. O valor líquido é o valor do indicador atribuído à intervenção do PDR. Ver as orientações de avaliação dos resultados do PDR, capítulo 7.2. Se existirem contribuições secundárias ou contribuições do LEADER/DLBC para o valor do indicador, preencher o ponto 6 «Responder às questões da avaliação». [↑](#footnote-ref-169)
169. Todos os dados e fontes de informação utilizados para calcular os indicadores devem ser enumerados nesta coluna, por exemplo, bases de dados das operações do Pilar II, estatísticas da UE/nacionais/regionais, SIG, etc. [↑](#footnote-ref-170)
170. Os indicadores de realizações comuns também podem ser utilizados para responder às QAEP. A seleção dos indicadores de realizações para responder à questão de avaliação cabe aos Estados-Membros. [↑](#footnote-ref-171)
171. Os Estados-Membros também podem aplicar indicadores de realizações específicos do programa para responder à QAEP. [↑](#footnote-ref-172)
172. Os indicadores comuns também podem ser utilizados para responder à QAEP. A decisão sobre a escolha dos indicadores comuns que podem ser utilizados cabe aos Estados-Membros. [↑](#footnote-ref-173)
173. A QAEP é respondida com indicadores específicos do programa que são estabelecidos nos Estados-Membros. [↑](#footnote-ref-174)
174. Explicar os problemas enfrentados pelo avaliador durante a avaliação (por exemplo, disponibilidade de dados e informações, questões de calendário e de coordenação, etc.) que possam ter comprometido a fiabilidade e a validade das constatações da avaliação. [↑](#footnote-ref-175)
175. Com base nos dados resultantes da análise apresentada nos pontos 4 e 5. [↑](#footnote-ref-176)
176. Com base nas informações recolhidas nos pontos 4 e 5 e na resposta dada no ponto 7. [↑](#footnote-ref-177)
177. Working Paper/UPDATED Guidelines for strategic programming for the period 2014-2020 [↑](#footnote-ref-178)
178. Working document: Target indicators fiches for Pillar II (Priority 1 – 6), Working document: Complementary result indicators fiches for Pillar II, Working document: Context indicators fiches, Working document: Impact indicators fiches and Working document: Defining proxy indicators for rural development programmes [↑](#footnote-ref-179)
179. Guidance fiche Performance framework review and reserve in 2014 – 2020, <http://ec.europa.eu/fisheries/reform/emff/doc/09-performance-framework_en.pdf> [↑](#footnote-ref-180)
180. Working paper: Common evaluation questions for rural development programmes 2014-2020, <https://enrd.ec.europa.eu/en/evaluation-helpdesks-publications> [↑](#footnote-ref-181)
181. Working document: Rural development monitoring – implementation report tables, Working document: Rural development programming and target setting, Data item list for Pillar II, Operations database [↑](#footnote-ref-182)
182. Regulation (EU) No 1305/2013, Art 71 [↑](#footnote-ref-183)
183. Regulation (EU) No 1305/2013, Art 70 [↑](#footnote-ref-184)
184. Commission implementing regulation No 808/2014, Annex VII [↑](#footnote-ref-185)
185. Regulation (EU) No 1305/2013, Art. 11 [↑](#footnote-ref-186)
186. Commission implementing regulation No 808/2014, Annex VII, point 2 [↑](#footnote-ref-187)
187. Regulation (EU) No 1303/2013, Art. 55 and Regulation (EU) No 1305/2013, Art. 77 [↑](#footnote-ref-188)
188. Regulation (EU) No 1303/2013, Art. 57 and Regulation (EU) No 1305/2013, Art. 78 [↑](#footnote-ref-189)
189. Commission Implementing Regulation (EU) No 808/2014 [↑](#footnote-ref-190)
190. Regulation (EU) No 1303/2013 [↑](#footnote-ref-191)
191. Regulation (EU) No 1305/2013 [↑](#footnote-ref-192)
192. Regulation (EU) No 1303/2013, Art. 50 and Commission implementing regulation No 808/2014, Annex VII, point 2 e) and point 3 [↑](#footnote-ref-193)
193. Regulation (EU) No 1305/2013, Art. 75 and Commission implementing regulation No 808/2014, Annex VII, point 2 [↑](#footnote-ref-194)
194. Regulation (EU) No 1305/2013, Art. 75 and Commission implementing regulation No 808/2014, Annex VII, point 2 [↑](#footnote-ref-195)
195. Commission implementing regulation, Annex VII, point 1 [↑](#footnote-ref-196)
196. Regulation (EU) No 1303/2013, Art. 50 and 57 (ex post), Commission implementing regulation No 808/2014, Art. 14.1 b) and Annex IV and Annex VII, point 1 and point 7 [↑](#footnote-ref-197)
197. Regulation (EU) No 1303/2013, Art. 46 [↑](#footnote-ref-198)
198. Commission implementing regulation No 808/2014, Art.14.4 [↑](#footnote-ref-199)
199. Regulation (EU) No 1303/2013, Art. 50 and Common implementing regulation No 808/2014, Annex VII, point 2 d) and e) [↑](#footnote-ref-200)
200. Regulation (EU) No 1303/2013, Art.50 [↑](#footnote-ref-201)
201. Regulation (EU) No 1303/2013, Art. 50 and Commission implementing regulation No 808/2014, Annex VII, point 7 [↑](#footnote-ref-202)
202. Common implementing regulation No 808/2014, Annex VII, point 8 [↑](#footnote-ref-203)
203. Common implementing regulation No 808/2014, Annex VII, point 6 [↑](#footnote-ref-204)
204. Commission implementing regulation (EU) no 808/2014, Annex I, part 5 [↑](#footnote-ref-205)
205. Commission implementing regulation (EU) no 808/2014, Annex I, part 5 [↑](#footnote-ref-206)